MARCOS BAGNO

preconceito lingüístico

o que é, como se faz

MARCOS BAGNO, tradutor, escritor e lingüista, é Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Lingüística do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, publicou *A língua dc Eulália: novela sociolingüística* (Ed. Contexto, 1997; em 13ª ed.); *Preconceito lingüístico:* o *que é, como se faz* (Ed. Loyola, 1999; em 15ª ed.); *Dramática da língua portuguesa* (Ed. Loyola, 2000; em 2ª ed.); *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa* (Parábola Ed., 2001; em 2ª ed.); *Língua materna: letramento, variação* e *ensino* (Parábola Ed., 2002). Além desses títulos, é autor de duas dezenas de obras literárias. Recebeu em 1988 o Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira e, em 1989, o Prêmio Carlos Drummond de Andrade de Poesia, entre outros. Selecionou e traduziu os artigos reunidos em *Norma lingüística* (Ed. Loyola, 2001). Traduziu *História concisa da lingüística,* de Barbara Weedwood (Parábola Ed., 2002), além de dezenas de obras científicas, filosóficas e literárias de autores como Balzac, Voltaire, H. G. Wells, Sartre, Oscar Wilde, etc. Vem se dedicando à investigação das implicações socioculturais do conceito de *norma,* sobretudo no que diz respeito ao ensino de português nas escolas brasileiras.

Obras do Autor:

A invenção das horas (contos), Ed. Scipione, 1988 (IV Prêmio Bienal Nestlé de Literatura Brasileira)
O papel roxo *da* maçã (infantil), Ed. Lê, 1989 (Prêmio "João de Barro" de Literatura Infantil)
Um céu azul para Clementina (infantil), Ed. Lê, 1991
Frevo, amor & graviola (juvenil), Ed. Atual, 1991
Amor, amora (juvenil), Ed. Bagaço, 1992
Os nomes do amor (juvenil) (co-autoria com Stela Maris Rezende), Editora Moderna, 1993
A vingança da cobra (juvenil), Ed. Ática, 1995
Dia de branco (juvenil), Ed. Lê, 1995
Miguel, o cravo & a rosa (infantil), Ed. Lê, 1995
Rua da Soledade (contos), Ed. Lê, 1995 (Prêmio Estado do Paraná 1989)
A barca de Zoé (infantil), Ed. Formato, 1995
Mirabília (contos), Editora Didática Paulista, 1996
Uma vitória diferente (juvenil) Ed. Lê, 1997
Unhas de ferro (juvenil), Ed. Lê, 1997
A Língua de Eulália (novela sociolingüística), Ed. Contexto, 1997
Pesquisa na escola — o *que é,* como *se faz,* Ed. Loyola, 1998
Machado de Assis para principiantes, Ed. Atica, 1998
Preconceito linguístico — o que é, como se faz, Ed. Loyola, 1999
Minimirim e o planeta que encolheu (infantil), Ed. lcone, 2000
O Processo de Independência do Brasil, Ed. Atica, 2000
Dramática da língua portuguesa, Ed. Loyola, 2000
Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa, Parábola Editorial, 2001
Norma lingüística, Ed. Loyola, 2001
Língua materna: letramento, variação e ensino, Parábola Editorial, 2002
O espelho dos nomes (juvenil) Ática, 2002

Marcos Bagno

Preconceito lingüístico
o que é, como se faz

Contra Capa

Diz-se que o "brasileiro não sabe Português" e que "Português é muito difícil". Estes são alguns dos mitos que compõem um preconceito muito presente na cultura brasileira: o lingüístico. Tudo por causa da confusão que se faz entre língua e gramática normativa (que não é a língua, mas só uma descrição parcial dela). Separe uma coisa da outra com este livro, que é um achado.

Revista *Nova Escola,* maio de 1999.

"Eu gostaria que alguém já tivesse escrito um livro como este sobre a língua inglesa".

Prof. Gregory Guy, *Universidade* de *York* (Canadá)

Sedule curavi humanas actiones non ridere,
non lugere, neque detestare, sed intellegere.
SPINOZA

(Tenho-me esforçado por não rir das ações humanas,
por não deplorá-las nem odiá-las, mas por entendê-las)

Sumário

Nota da digitalizadora: A numeração de páginas aqui refere-se a edição original, a paginação original, que encontra-se inserida entre colchetes no texto.

Entende-se que o texto que está antes da numeração entre colchetes é o que pertence aquela página e o texto que está após a numeração pertence a página seguinte

.

Primeiras palavras

Existe uma regra de ouro da Lingüística que diz: “só existe língua se houver seres humanos que a falem”. E o velho e bom Aristóteles nos ensina que o ser humano “é um animal político”. Usando essas duas afirmações como os termos de um silogismo (mais um presente que ganhamos de Aristóteles), chegamos à conclusão de que “tratar da *língua* é tratar de um tema *político”,* já que também é tratar de *seres humanos*. Por isso, o leitor e a leitora não deverão se espantar com o tom marcadamente politizado de muitas de minhas afirmações. É proposital; aliás, é inevitável. Temos de fazer um grande esforço para não incorrer no erro milenar dos gramáticos tradicionalistas de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas *vivas* que a falam.

O preconceito lingüístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa.* Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.

A língua é um enorme *iceberg* flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever **[pg. 09]** apenas uma parcela mais visível dele, a chamada *norma culta.* Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é *parcial* (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do *iceberg* que

emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito lingüístico.

Você sabe o que é um *igapó?* Na Amazônia, *igapó* é um trecho de mata inundada, uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Parece-me uma boa imagem para a gramática normativa. Enquanto a *língua* é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a *gramática normativa* é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia. Meu objetivo atualmente, junto com muitos outros lingüistas e pesquisadores, é acelerar ao máximo essa próxima cheia...

Este livro traz os primeiros resultados, sempre provisórios, das reflexões que venho fazendo sobre o tema do preconceito lingüístico. Ele reúne as principais conclusões a que cheguei, conclusões que pude compartilhar e discutir com as pessoas que me ouviram falar nas diversas palestras que dei ao longo de 1998.

Essas palestras, e o livro que delas nasceu, só foram possíveis graças ao esforço e ao carinho das seguintes **[pg. 10]** pessoas: Ângela Paiva Dionísio, Ariovaldo Guireli, Ataliba de Castilho, Cláudia Maia Ricardo, Doris da Cunha, Ésio Macedo Ribeiro, Irandé Antunes, José Luís Falotico Corrêa, Judith Hoffnagel, Lourenço Chacon, Lucila Nogueira, Marçal Aquino, Marcos Marcionilo Maria Amélia Almeida, Maria Marta Scherre, Maria da Piedade Sá, Marígia Viana, Rosely Falotico Corrêa e Sonia Alexandre.

Esta segunda edição traz mudanças bastante significativas em comparação com a primeira: alguns trechos foram eliminados, outros foram acrescentados, muitos sofreram profunda reformulação. Isso se deve à minha vontade de manter o livro sempre atualizado com a evolução de minha própria maneira de ver as coisas e sintonizado com as críticas, sugestões e comentários que o trabalho recebeu da parte de leitores e leitoras atentos e dispostos a colaborar na divulgação destas idéias.

Agradeço muito especialmente a Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, que me ajudou a preparar esta reedição, alertando-me para determinadas inconsistências teóricas e conceituais, nascidas de uma tentativa de simplificar (talvez demais) os conceitos da Lingüística para torná-los acessíveis a um público mais amplo. É claro que ainda sobram falhas e imperfeições — de minha inteira (ir)responsabilidade — e por isso convido os que desejarem participar desta luta que se engajem nela enviando-me suas opiniões.

A capa deste livro tem uma história que merece ser contada. As pessoas ali fotografadas são minha sogra, Alice Francisca, meu sogro, José Alexandre, e meu cunhado **[pg. 11]** mais novo, Sóstenes, cerca de vinte anos atrás. Como este é um livro que trata de discriminação e exclusão, decidi homenagear meus sogros que são, como costumo dizer, um “prato cheio” para alguns dos preconceitos mais vigorosos da nossa sociedade: negros, nordestinos, pobres, analfabetos. Alice Francisca também carrega o estigma de ser mulher numa cultura entranhadamente machista. Aprender a amar estas pessoas pelo que elas são, deixando de lado todos os rótulos discriminadores que tentam classificá-las em categorias supostamente inferiores às que eu e pessoas de minha extração

social ocupamos, tem sido uma lição fundamental para toda a minha vida pessoal e profissional.

É com este amor que me defendo das acusações que às vezes recebo de ser autor de um livro "demagógico". Não é demagogia: é opção consciente, política, declaradamente parcial. Peço simplesmente aos leitores e leitoras que meditem sobre esta situação que tanto me angustia: homenagear com um livro pessoas que jamais poderão lê-lo. Isso explica, decerto, a grande dose de indignação que em certos momentos passa à frente da reflexão científica serena e me faz assumir o tom apaixonado de quem não tolera nenhum tipo de intolerância, principalmente quando é fruto de uma visão de mundo estreita, inspirada em mitos e superstições que têm como único objetivo perpetuar os mecanismos de exclusão social.

MARCOS BAGNO
mbagno@terra.com.br

I

A mitologia do preconceito lingüístico

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica.

Infelizmente, porém, essa tendência não tem atingido um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira: o *preconceito lingüístico*. Muito pelo contrário, o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é "certo" e o que é "errado", sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos.

O preconceito lingüístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui. Outras afirmações são até bem-intencionadas, mas mesmo assim compõem uma espécie de "preconceito positivo", que também se afasta da realidade. Vamos examinar **[pg. 13]** algumas dessas afirmações falaciosas e ver em que medida elas são, na verdade, mitos e fantasias que qualquer análise mais rigorosa não demora a derrubar.

Estou convidando você, a partir de agora, a fazer junto comigo um pequeno passeio pela *mitologia do preconceito lingüístico.* Quando o passeio acabar, isto é, quando tivermos terminado de examinar os principais mitos, vamos tentar refletir juntos para encontrar os meios mais adequados de combater esse preconceito no nosso dia-a-dia, na nossa atividade pedagógica de professores em geral e, particularmente, de professores de língua portuguesa. **[pg. 14]**

Mito n° 1

"A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente"

Este é o maior e o mais sério dos mitos que compõem a mitologia do preconceito lingüístico no Brasil. Ele está tão arraigado em nossa cultura que até mesmo intelectuais de renome, pessoas de visão crítica e geralmente boas observadoras dos fenômenos sociais brasileiros, se deixam enganar por ele. É o caso, por exemplo, de Darcy Ribeiro, que em seu último grande estudo sobre o povo brasileiro escreveu:

> É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. *Falam uma mesma língua, sem dialetos* [grifo meu, *Folha de S. Paulo,* 5/2/95].

Existe também toda uma longa tradição de estudos filológicos e gramaticais que se baseou, durante muito tempo, nesse (pre)conceito irreal da "unidade lingüística do Brasil".

Esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma lingüística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc. **[pg. 15]**

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um *alto grau de diversidade e de variabilidade,* não só

por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de *status* social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

Como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder — são os *sem-língua*. É claro que eles também falam português, uma variedade de português não-padrão, com sua gramática particular, que no entanto não é reconhecida como válida, que é desprestigiada, ridicularizada, **[pg. 16]** alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português-padrão, o tomam como referência ideal — por isso podemos chamá-los de sem-língua.

O que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores têm mostrado é que os falantes das variedades lingüísticas desprestigiadas têm sérias dificuldades em compreender as

mensagens enviadas para eles pelo poder público, que se serve exclusivamente da língua-padrão. Como diz Maurizzio Gnerre[1] em seu livro *Linguagem, escrita e poder,* a Constituição afirma que todos os indivíduos são iguais perante a lei, mas essa mesma lei é redigida numa língua que só uma parcela pequena de brasileiros consegue entender. A discriminação social começa, portanto, já no texto da Constituição. É claro que Gnerre não está querendo dizer que a Constituição deveria ser escrita em língua não-padrão, mas sim que todos os brasileiros a que ela se refere deveriam ter acesso mais amplo e democrático a essa espécie de língua oficial que, restringindo seu caráter veicular a uma parte da população, exclui necessariamente uma outra, talvez a maior.

Muitas vezes, os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos. Um estudo bastante revelador dessa situação foi empreendido por Stella Maris Bortoni-Ricardo na periferia de Brasília e publicado no **[pg. 17]** artigo “Problemas de comunicação interdialetal”. Diante do que descobriu, a autora pode afirmar:

> A idéia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista lingüístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de conseqüências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los.

A mesma autora alerta para que não se confunda a idéia de “monolingüismo” com a de “homogeneidade lingüística”. O fato de no Brasil o português ser a língua da imensa maioria da população

---

[1] As referências bibliográficas completas de todas as obras citadas ao longo deste livro se encontram no final do volume.

não implica, automaticamente, que esse português seja um bloco compacto, coeso e homogêneo. Na verdade, como costumo dizer, o que habitualmente chamamos de *português* é um grande "balaio de gatos", onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idosos, recém-nascidos, gordos, magros, bem-nutridos, famintos etc. Cada um desses "gatos" é uma variedade do português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional.

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da "unidade" do português no Brasil e passem a reconhecer a *verdadeira diversidade lingüística de nosso país* para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão. O reconhecimento da **[pg. 18]** existência de muitas normas lingüísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja conseqüente com o fato comprovado de que a norma lingüística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira "língua estrangeira" para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma lingüística empregada no quotidiano é uma variedade de português não-padrão.

Felizmente, essa realidade lingüística marcada pela *diversidade* já é reconhecida pelas instituições oficiais encarregadas de planejar a educação no Brasil. Assim, nos *Parâmetros curriculares nacionais,* publicados pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1998, podemos ler que

> A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua[2].

São, de fato, boas novas! Espero que elas desçam das altas esferas governamentais e se propaguem pelas salas de aula de todo o país! **[pg. 19]**

---

[2] *Parâmetros curriculares nacionais*, Língua Portuguesa, 5ª a 8ª séries, p. 29.

Mito n° 2

"Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português"

Essas duas opiniões tão habituais, corriqueiras, comuns, e que na realidade são duas faces de uma mesma moeda enferrujada, refletem o complexo de inferioridade, o sentimento de sermos até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais "civilizado".

Podemos encontrar essa concepção expressa no livro *Língua viva,* de Sérgio Nogueira Duarte, que é uma coletânea de suas colunas sobre língua portuguesa publicadas no *Jornal do Brasil.* Ali a gente lê, na página 65:

> Sempre me perguntam onde se fala o melhor português. *Só pode ser em Portugal!* Já viajei muito pelo Brasil e já estive em todas as regiões. Sinceramente, não sei onde se fala melhor. Cada região tem suas qualidades e seus vícios de linguagem. [grifo meu]

Por isso não consigo concordar com o título do livro — que está longe de analisar a verdadeira *língua viva* usada em nosso país —, nem com o subtítulo: "uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro". Seria mais acertado dizer que se trata de uma análise "preconceituosa e desinformada" da língua falada e escrita por aqui. Mas não podemos culpar o autor, que é antes uma vítima do que propriamente um responsável por esse preconceito: ele está apenas exprimindo uma ideologia impregnada em nossa cultura há muito tempo.

É a mesma concepção torpe segundo a qual o Brasil é um país subdesenvolvido porque sua população não é uma raça "pura", mas sim o resultado de uma mistura — negativa — de raças, sendo que duas delas, a negra e a indígena, são "inferiores" à do branco europeu, por isso nosso "povinho" só pode ser o que é. Ora, há muito tempo a ciência destruiu o mito da raça pura, que é um conceito absurdo, sem nenhuma possibilidade de verificação na realidade de nenhum povo, por mais isolado que seja.

Assim, uma raça que não é "pura" não poderia falar uma língua "pura". Não é difícil encontrar intelectuais renomados que lamentem a "corrupção" do português falado no Brasil, língua de "matutos", de "caipiras infelizes", arremedo tosco da língua de Camões. É o que escreve, por exemplo, Arnaldo Niskier, presidente da Academia Brasileira de Letras, num artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (15/1/98):

> [...] pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa.
>
> [...] A classe dita culta mostra-se displicente em relação à língua nacional, e a indigência vocabular tomou conta da juventude e dos não tão jovens assim, quase como se aqueles se orgulhassem de sua própria ignorância e estes quisessem voltar atrás no tempo.

Para mostrar o quanto declarações desse tipo se baseiam mais em posturas preconceituosas — perpetuadas ao longo dos séculos pela desinformação ou má informação — do que em análises científicas acuradas dos fatos lingüísticos, vamos ler o seguinte trecho do filólogo Cândido de Figueiredo: **[pg. 21]**

Quanto mais progressiva é a civilização de um povo, mais sujeita é a sua língua a deturpações e vícios, sob a variada influência das relações internacionais, dos novos

inventos, das travancas da ignorância, e até dos caprichos da moda. [...] Sábios e romancistas, poetas e prosadores, e nomeadamente a imprensa periódica, parece haverem conspirado para dar curso às mais extraordinárias invenções e enxertos de linguagem.

Ora, essas palavras foram escritas em 1903 num livro chamado *O que se não deve dizer* (sim, o título é esse mesmo!). É surpreendente como elas têm o mesmo tom de queixa e censura das palavras de Niskier, escritas noventa e cinco anos depois! Niskier também faz, neste artigo, uma referência queixosa ao "pouco apreço que devotamos ao gosto pela leitura. Nosso índice *per capita* mal alcança dois livros por habitante; na França, por exemplo, oscila em torno de oito", e passa a elogiar os hábitos culturais dos franceses, que valorizam mais a leitura do que os brasileiros. Esqueceu-se, porém, de dizer que a França ocupa a 11ª posição no quadro do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), estabelecido pela ONU para avaliar a qualidade de vida nos 175 países do mundo. O Brasil, que em 1996 ocupava a 58ª posição, caiu, em 1999, para a 79ª, devido à sensível piora das condições sociais dos brasileiros como um todo. Diante de tamanha diferença, um índice *per capita* de dois livros por ano, num país com 60 milhões de analfabetos plenos e analfabetos funcionais (número igual ao da população total da França), é mesmo espantoso...

E da mesma forma como Niskier lamenta a "invasão" dos anglicismos, Figueiredo diz que "o enxerto da francesia **[pg. 22]** frutificou com [...] exuberância", classificando de "malária" o uso de palavras estrangeiras. E se quiséssemos recuar ainda mais no tempo, não teríamos dificuldades em encontrar outros autores vociferando contra a "ruína" da língua portuguesa e profetizando o "fim" dela.

Felizmente, nenhuma dessas profecias se concretizou. Os galicismos, na passagem do século XIX para o XX, e os anglicismos, na virada do terceiro milênio, não têm a força destruidora tão temida pelos puristas e conservadores. A língua portuguesa, nesses noventa e cinco anos, se manteve muito bem, obrigada, falada e escrita por cada vez mais gente, produziu uma literatura reconhecida mundialmente, é propagada também em nível internacional pelo grande prestígio de que goza a música popular brasileira — entre tantas outras provas de sua vitalidade. E a avalanche (ai, um galicismo!) de palavras estrangeiras tem de ser analisada sob a perspectiva da dependência político-econômica (e conseqüentemente cultural) do Brasil (e de Portugal) para com os centros mundiais de poder. Não adianta bradar contra a "invasão" de palavras na língua portuguesa sem analisar essa dependência. É querer eliminar os efeitos sem atacar as verdadeiras causas.

E essa história de dizer que "brasileiro não sabe português" e que "só em Portugal se fala bem português"? Trata-se de uma grande bobagem, infelizmente transmitida de geração a geração pelo ensino tradicional da gramática na escola.

O brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que nosso português é *diferente* do português falado em **[pg. 23]** Portugal. Quando dizemos que no Brasil se *fala português,* usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista lingüístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma *gramática* — isto é, tem regras de funcionamento — que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal. Por isso os lingüistas (os cientistas da linguagem) preferem usar o

termo *português brasileiro,* por ser mais claro e marcar bem essa diferença.

Na língua falada, as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil são tão grandes que muitas vezes surgem dificuldades de compreensão: no vocabulário, nas construções sintáticas, no uso de certas expressões, sem mencionar, é claro, as tremendas diferenças de pronúncia — no português de Portugal existem vogais e consoantes que nossos ouvidos brasileiros custam a reconhecer, porque não fazem parte de nosso sistema fonético[3]. E muitos estudos têm mostrado que os sistemas pronominais do português europeu e do português brasileiro são totalmente diferentes.

Por exemplo, os pronomes *o/a,* de construções como “eu o vi” e “eu a conheço”, estão praticamente extintos **[pg. 24]** no português falado no Brasil, ao passo que, no de Portugal, continuam firmes e fortes. Esses pronomes *nunca* aparecem na fala das crianças brasileiras nem na dos brasileiros não-alfabetizados e têm baixa ocorrência na fala dos indivíduos cultos, o que demonstra que são exclusivos da língua ensinada na escola, sobretudo da língua escrita, não fazendo parte, então, do repertório da *língua materna* dos brasileiros. Nossas crianças usam sem problema *me* e *te* — “Ela me bateu”, “Eu vou te pegar” —, mas *o/a* jamais, que são substituídos por *ele/ ela:* “Eu vou pegar ele”, “Eu vi ela”. As formas *lo* e *la* — *pegá-lo, vê-la* —, então, nem pensar. Se as crianças não usam é porque não ouvem os adultos usar, e se os adultos não usam

[3] Assistindo um dia desses a televisão portuguesa por cabo, ouvi os verbos *uprar* e *dlibrar.* Consegue adivinhar o que é? Sim, *operar* e *deliberar.* Também é comum os portugueses evitarem hiatos como “a água” introduzindo um [y] e pronunciando *ayágua.* Além disso, se uma palavra termina em *s* e a próxima começa com *c,* os portugueses fundem essas duas consoantes numa só, pronunciada como o *x* de *xixi:* “outros cinco” é pronunciado *otruxincu.* São realizações fonéticas totalmente estranhas à língua do brasileiro.

é porque não precisam desses pronomes. E mesmo na língua dos adultos escolarizados, esses pronomes só aparecem como um recurso estilístico, em situações de uso mais formais, quando o falante quer deixar claro que domina as regras impostas pela gramática escolar. A gramática escolar, no entanto, desconhece essa transformação por que a língua está passando e insiste em considerar "erradas" construções como "Eu conheço ele", "Você viu ela chegar" etc.

O único nível em que ainda é possível uma compreensão quase total entre brasileiros e portugueses é o da *língua escrita formal,* porque a ortografia é praticamente a mesma, com poucas diferenças. Mas um mesmo texto lido em voz alta por um brasileiro e por um português vai soar completamente diferente, ou melhor, *difrent!* Aliás, faça você mesmo a experiência: tente tirar a letra de uma música cantada por um cantor ou uma cantora da "terrinha" e veja **[pg. 25]** como é difícil![4] E por incrível que pareça, um dos principais obstáculos para a difusão no Brasil do cinema feito em Portugal é justamente... a língua — além das dificuldades de distribuição, ligadas ao quase monopólio do cinema americano. Como os brasileiros têm dificuldades em entender o português de Portugal, e como ficaria no mínimo estranho colocar legendas em filmes portugueses, o resultado é que praticamente nunca se vê filme português nos cinemas daqui. Temos a impressão de que Portugal não produz cinema, o que é falso: há bons cineastas

[4] Eu mesmo uma vez passei por uma situação embaraçosa: um amigo meu, francês, me enviou uma fita cassete com músicas do compositor português José Afonso (por sinal, maravilhoso) e me pediu para tirar a letra de uma delas, de que ele gostava muito. Depois de algumas tentativas, acabei desistindo, porque havia muitas frases inteiras das quais eu não pescava simplesmente nada. Ele, espantado, me perguntou: "Mas ele não canta em português?" Tive de explicar ao meu amigo que havia grandes diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal. Mas eu tive a minha vingança. Pedi a esse mesmo amigo, pouco depois, que transcrevesse a letra de uma canção gravada por uma cantor canadense, e ele teve a mesma dificuldade, porque o francês do Canadá às vezes pode ser incompreensível para um falante do francês da França...

portugueses, um dos quais, Manuel d'Oliveira, é reconhecido internacionalmente como um grande diretor.

No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma lingüística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os **[pg. 26]** *portugueses* falam. É a concepção que impera, por exemplo, no livro *Não erre mais!,* de Luiz Antonio Sacconi, que na página 64 explica:

> A Lua é *mais pequena* que a Terra
>
> Eis aí uma frase corretíssima, que muitos imaginam o contrário. *Mais pequeno* é expressão legítima, ***usada por todos os portugueses***, que usam *menor* quando se trata de idéia de qualidade: poeta *menor,* escritor *menor* etc. [grifo meu]

Fica implícito, então, que para considerar uma expressão “legítima” basta que ela seja “usada por todos os portugueses”, como se eles ditassem a norma lingüística válida para todos os povos que falam português. Ora, todos sabemos que *mais pequeno* não funciona no Brasil, é uma expressão rejeitada pela norma culta brasileira, que usa *menor* em todas as circunstâncias em que há comparação.

O mesmo espírito guiou a revista *Época* que, em sua edição de 14 de junho de 1999, estampou uma grande reportagem sobre “A ciência de escrever bem”, acerca da redação no vestibular. Entre as melhores redações apresentadas naquele ano ao vestibular da Universidade de São Paulo estava a de Henrique Suguri, 17 anos, que em determinado momento assim se expressou (p. 81):

> O Brasil hoje não é europeu, africano, asiático, indígena. Nós somos a mistura exata de tudo isso, completamente diferentes das nossas origens, únicos. E apesar disso, estamos indiscutivelmente atrelados aos princípios da nossa matriz. Talvez o ano 2000 possa servir para abrirmos os olhos e, em vez de comemorarmos os nossos cinco séculos coloniais, enterrarmos o que sobrou deles. **[pg. 27]**

Essa belíssima declaração de independência, essa consciência da especificidade cultural do povo brasileiro, essa valorização de nossa identidade nacional, única, parece que não foi totalmente compreendida pelos autores da reportagem. Pois estes, em vez de aceitar o convite do jovem vestibulando para enterrar o que sobrou dos cinco séculos de colonização, fizeram questão de comprovar, ao contrário, que ainda "estamos indiscutivelmente atrelados aos princípios da nossa matriz", incluindo aí, é claro, os princípios lingüísticos. Digo isso porque, na página 84 da mesma reportagem, aparece um quadro chamado "Como escrever bem", que tem como subtítulo:"Dicas que valem para brasileiros de todas as idades". Acontece que a primeiríssima destas dicas é a seguinte:

> O uso do gerúndio empobrece o texto. Lembre que não existe gerúndio no português falado em Portugal.

Ora, se são dicas para *brasileiros* que querem escrever bem, por que motivos eles têm de se lembrar do que existe ou não existe no *português de Portugal*? A dica, além de deixar à mostra sua inspiração neocolonialista, também afirma uma inverdade lingüística: no português de Portugal existe, sim, o gerúndio. A título de curiosidade, lembro-me do "Fado do ciúme" — sucesso na voz de Amália Rodrigues, uma das maiores cantoras portuguesas de todos os tempos —, cuja letra a certa altura diz: "antes prefiro morrer / do que contigo viver / *sabendo* que gostas dela". Esse

sabendo outra coisa não é senão um gerúndio. (Aproveito para chamar atenção para o *antes* **[pg. 28]** *prefiro...do que,* indício de que os portugueses também "erram" na hora de usar o *verbo preferir...)*

O que não existe no português falado em Portugal é a construção do tipo *estou comendo, ela está telefonando, Pedro esteve trabalhando muito* — situações em que os portugueses usam a preposição *a* seguida do verbo no infinitivo. Imagine agora se algum de nós, *brasileiros,* disser por aí frases como "estou a comer", "ela está a telefonar","Pedro esteve a trabalhar muito", que são uma das características mais marcantes do português de Portugal! Como não me canso de repetir, são simplesmente *diferenças* de uso — e diferença não é deficiência nem inferioridade. Quanto tempo ainda teremos de esperar para nos darmos conta, de uma vez por todas, de que somos "completamente diferentes das nossas origens, únicos", como tão brilhantemente escreveu Henrique Suguri em sua redação de vestibular?

Por causa desse preconceito é que somos obrigados a ensinar e aprender que o "certo" é dizer e escrever *Dê--me um beijo* e não *Me dá um beijo,* e que é "errado" dizer e escrever *Assisti o filme* e *Aluga-se casas,* porque lá em Portugal não é assim que se faz.

O mito de que "brasileiro não sabe português" também afeta o ensino de línguas estrangeiras. É muito comum verificar entre professores de inglês, francês ou espanhol um grande desânimo diante das dificuldades de ensinar o idioma estrangeiro. E é mais comum ainda ouvi-los dizer: "Os alunos já não sabem português, imagine se vão conseguir aprender outra língua", fazendo a velha confusão entre **[pg. 29]** *língua* e *gramática normativa.* É muito fácil atribuir aos outros a culpa do nosso próprio fracasso. Assim, em vez de buscar as causas da dificuldade de ensino na metodologia

empregada, nas diferenças de aptidão individual para o aprendizado de línguas ou na competência do próprio professor, é muito mais cômodo jogar a culpa no aluno ou na incompetência lingüística "inata" do brasileiro.

É curioso como muitos brasileiros assumem esse mesmo preconceito negativo também em relação a outras línguas, defendendo sempre a língua da metrópole contra a língua da ex-colônia. É o nosso eterno trauma de inferioridade, nosso desejo de nos aproximarmos, o máximo possível, do cultuado padrão "ideal", que é a Europa. Todo santo dia tenho de ouvir alguém me dizer que prefere o inglês britânico, porque acha o inglês americano "muito feio". A essas pessoas eu dou sempre a mesma resposta: aprenda o inglês britânico se quiser ler Shakespeare; mas se quiser dominar uma língua de uso internacional, aceita em todos os cantos do mundo como veículo de intercâmbio cultural, comercial, diplomático, tecnológico, científico etc., aprenda o inglês americano.

Se algum de nós disser a um norte-americano que ele "não sabe inglês" ou que o inglês falado nos Estados Unidos é "errado" ou "feio", ele decerto vai ficar chocado com nossa ignorância. Afinal, existe um argumento mais do que convincente para rebater essa acusação: o tamanho do país e a quantidade de falantes de inglês que ali vivem, além da importância dos Estados Unidos no panorama mundial. **[pg. 30]**

O mesmo argumento vale para o português do Brasil. Nosso país é 92 vezes e meia maior que Portugal, e nossa população é quase 15 vezes superior! Quando se trata de língua, temos de levar em conta a quantidade: só na cidade de São Paulo vivem mais falantes de português do que em toda a Europa! Além disso, o papel do Brasil no cenário político-econômico mundial é, de longe, muito

mais importante que o de Portugal. Não tem sentido nenhum, portanto, continuar alimentando essa fantasia de que os portugueses são os verdadeiros "donos" da língua, enquanto nós a utilizamos (e mal!) apenas por "empréstimo".

Existe, embutida nesse mito, a ilusão de que os portugueses falam e escrevem "tudo certo" e que seguem rigorosamente as regras da gramática ensinada na escola. A professora Irandé Antunes, de quem tive a honra de ser aluno na Universidade Federal de Pernambuco, me contou que quando estava para embarcar para Portugal, onde viveria alguns anos preparando seu doutorado, muitas pessoas no Brasil lhe disseram: "Você vai morar em Portugal? Então agora suas filhas vão aprender a falar direito!"

Não é nada disso. Assim como nós aqui cometemos nossos "pecados" contra a gramática normativa, os portugueses também cometem os deles, só que, mais uma vez, diferentes dos nossos. Em Portugal, por exemplo, o plural de *tu* não é *vós,* como querem as gramáticas normativas. O plural de *tu* é *vocês.* Pois bem, na hora de usar os possessivos, os portugueses usam *vosso/vossa,* que, teoricamente, só poderiam ser usados com referência a *vós: "Vocês* trouxeram os *vossos* filhos?" E num livro editado **[pg. 31]** em Portugal encontrei a seguinte pergunta: "Não *vos* sucede *sentirem-se* por vezes um pouco indefinidos?" É a famosa "mistura de tratamento", que causa tanto arrepio e dor de estômago nos gramáticos conservadores — "mistura" que, em termos científicos e não-preconceituosos, deve ser analisada, de fato, como uma *reorganização do sistema pronominal* da língua, tanto a de lá como a de cá.

Então, não há por que continuar difundindo essa idéia mais do que absurda de que "brasileiro não sabe português". O brasileiro

sabe o *seu* português, o português *do Brasil,* que é a língua materna de todos os que nascem e vivem aqui, enquanto os portugueses sabem o português *deles*. Nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas *diferentes* um do outro e atendem às necessidades lingüísticas das comunidades que os usam,necessidades que também são... diferentes!

Em seu livro *Emília no País da Gramática,* publicado em 1934, Monteiro Lobato já chamava a atenção para esse tipo de preconceito (que no entanto continua firme e forte no Brasil de hoje!). Numa conversa com as crianças do Sítio do Pica-pau Amarelo, a velha Dona Etimologia lhes diz (pp. 100-101):

> [...] Uma língua não pára nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que diziam os clássicos.
>
> — Quem vem a ser clássicos? — perguntou a menina [Narizinho].
>
> — Os entendidos chamam *clássicos* aos escritores antigos, como o padre Antônio Vieira, Frei Luís de Sousa, o padre **[pg. 32]** Manuel Bernardes e outros. Para os carranças, quem não escreve como eles está errado. Mas isso é curteza de vistas. Esses homens foram bons escritores *no seu tempo.* Se aparecessem agora seriam os primeiros a mudar, ou a adotar a língua de hoje, *para serem entendidos.* A língua variou muito e sobretudo aqui na cidade nova [o Brasil]. Inúmeras palavras que na cidade velha [Portugal] querem dizer uma coisa, aqui dizem outra. [...] Também no modo de pronunciar as palavras existem muitas variações. Aqui, todos dizem PEITO; lá, todos dizem PAITO, embora escrevam a palavra da mesma maneira. Aqui se diz TENHO e lá se diz TANHO. Aqui se diz VERÃO e lá se diz V'RÃO.
>
> — Também eles dizem por lá VATATA, VACALHAU, BACA, VESOURO — lembrou Pedrinho.
>
> — Sim, o povo de lá troca muito o V pelo B e vice-versa.
>
> — Nesse caso, aqui nesta cidade se fala mais direito do que na cidade velha — concluiu Narizinho.

— Por quê? Ambas têm o direito de falar como quiserem, e portanto ambas estão certas. O que sucede é que uma língua, sempre que muda de terra, começa a variar muito mais depressa do que se não tivesse mudado. Os costumes são outros, a natureza é outra — as necessidades de expressão tornam-se outras. Tudo junto força a língua que emigra a *adaptar-se* à sua nova pátria.

A língua desta cidade [Brasil] está ficando um *dialeto* da língua velha. Com o correr dos séculos é bem capaz de ficar tão diferente da língua velha como esta ficou diferente do latim. Vocês vão ver.

Monteiro Lobato, que morreu em 1948, estava muito mais por dentro das noções da lingüística moderna do que muito autor de gramática que está por aí hoje, “vivo e bulindo”, como se diz no Nordeste... **[pg. 33]**

É espantoso que a figura do gramático autoritário e intolerante — ridicularizado por Lobato na personagem do professor Aldrovando Cantagalo, em seu delicioso conto “O colocador de pronomes”, de 1924 (!) — tenha voltado à cena neste fim de século, sob a roupagem enganosamente moderna da televisão, do computador e da multimídia. **[pg. 34]**

Mito n° 3

"Português é muito difícil"

Essa afirmação preconceituosa é prima-irmã da idéia que acabamos de derrubar, a de que "brasileiro não sabe português". Como o nosso ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, as regras que aprendemos na escola em boa parte não correspondem à língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil. Por isso achamos que "português é uma língua difícil": porque temos de decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós. No dia em que nosso ensino de português se concentrar no *uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil* é bem provável que ninguém mais continue a repetir essa bobagem.

Todo falante nativo de uma língua *sabe* essa língua. Saber uma língua, no sentido científico do verbo *saber,* significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela.

Está provado e comprovado que uma criança entre os 3 e 4 anos de idade já domina perfeitamente as regras gramaticais de sua língua! O que ela não conhece são sutilezas, sofisticações e irregularidades no uso dessas regras, coisas que só a leitura e o estudo podem lhe dar. Mas nenhuma criança brasileira dessa idade vai dizer, por exemplo: *"Uma meninos chegou aqui amanhã".* Um estrangeiro, porém, que esteja começando a aprender português, poderá se confundir e falar assim. Por isso aquela piadinha que

muita gente solta quando vê uma criancinha estrangeira falando — "Tão pequeno e já fala tão bem **[pg. 35]** inglês [ou outra língua]" — tem seu fundo de verdade: muito pouca gente conseguirá falar uma língua estrangeira com tanta desenvoltura quanto uma criança de cinco anos que tem nela sua língua materna! Por quê? Porque toda e qualquer língua é "fácil" para quem nasceu e cresceu rodeado por ela! Se existisse língua "difícil", ninguém no mundo falaria húngaro, chinês ou guarani, e no entanto essas línguas são faladas por milhões de pessoas, inclusive criancinhas analfabetas!

Se tanta gente continua a repetir que "português é difícil" é porque o ensino tradicional da língua no Brasil não leva em conta o uso *brasileiro* do português. Um caso típico é o da regência verbal. O professor pode mandar o aluno copiar quinhentas mil vezes a frase: "Assisti *ao* filme". Quando esse mesmo aluno puser o pé fora da sala de aula, ele vai dizer ao colega: "Ainda não assisti *o* filme do Zorro!" Porque a *gramática brasileira* não sente a necessidade daquela preposição *a,* que era exigida na norma clássica literária, cem anos atrás, e que ainda está em vigor no português falado em Portugal, a dez mil quilômetros daqui! É um esforço árduo e inútil, um verdadeiro trabalho de Sísifo, tentar impor uma regra que não encontra justificativa na gramática intuitiva do falante.

A prova mais visível disso é que aquelas mesmas pessoas que, por causa da pressão policialesca da escola e da gramática tradicional, usam a preposição *a* depois do verbo *assistir,* também dizem que "o jogo *foi assistido* por vinte mil pessoas". Ora, se o verbo *assistir* pede uma preposição é porque ele não é transitivo direto, e só os verbos transitivos diretos podem, segundo as gramáticas, assumir a voz passiva. Desse modo, quem diz "assisti ao **[pg. 36]** jogo" não poderia, teoricamente, dizer "o jogo foi

assistido". Só que essa esquizofrenia gramatical acontece o tempo todo. Basta ler jornais como a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo,* cujos manuais de redação decretam que o verbo *assistir* tem que vir obrigatoriamente seguido da preposição *a.* Na voz ativa, a preposição aparece: "Vinte mil pagantes assistiram *ao* jogo", porque assim manda o manual da redação. Mas na hora de usar a voz passiva, a gramática intuitiva brasileira do redator se manifesta, e a gente encontra milhares de exemplos do tipo "o jogo *foi assistido* por vinte mil pagantes". Essas pessoas, então, ficam em cima do muro: "acertam" na voz ativa, por causa do patrulhamento lingüístico, mas "erram" na passiva, porque se deixam levar pelo uso normal do português brasileiro. Tudo isso por causa da cobrança indevida, por parte do ensino tradicional, de uma norma gramatical que não corresponde à realidade da língua falada no Brasil. O professor Sirio Possenti, da UNICAMP, em seu excelente livro *Por que (não) ensinar gramática na escola,* classifica a regência "assistir *a"* como um *arcaísmo,* uma forma sintática que já caiu em desuso, mas continua sendo cobrada injustificadamente pelo ensino tradicionalista, que se recusa a admitir a extinção desse e de muitos outros dinossauros lingüísticos.

Por isso tantas pessoas terminam seus estudos, depois de onze anos de ensino fundamental e médio, sentindo-se incompetentes para redigir o que quer que seja. E não é à toa: se durante todos esses anos os professores tivessem chamado a atenção dos alunos para o que é realmente interessante e importante, se tivessem desenvolvido **[pg. 37]** as habilidades de expressão dos alunos, em vez de entupir suas aulas com regras ilógicas e nomenclaturas incoerentes, as pessoas sentiriam muito mais confiança e prazer no momento de usar os recursos de seu idioma, que afinal é um

instrumento maravilhoso e que pertence a todos! Falaremos disso na terceira parte deste livro.

Se tantas pessoas inteligentes e cultas continuam achando que “não sabem português” ou que “português é muito difícil” é porque esta disciplina fascinante foi transformada numa “ciência esotérica”, numa “doutrina cabalística” que somente alguns “iluminados” (os gramáticos tradicionalistas!) conseguem dominar completamente. Eles continuam insistindo em nos fazer decorar coisas que ninguém mais usa (fósseis gramaticais!), e a nos convencer de que só eles podem salvar a língua portuguesa da “decadência” e da “corrupção”. Hoje em dia, aliás, alguns deles estão até fazendo sucesso na televisão, no rádio e em outros meios de comunicação, transformando essa suposta “dificuldade” do português num produto com boa saída comercial. Para o já citado Arnaldo Niskier, trata-se de uma “saudável epidemia que tomou conta da imprensa brasileira”. Que é epidemia, concordo, mas quanto a ser “saudável”, tenho muitas e sérias dúvidas... É livro, é curso em vídeo-cassete, é CD-ROM, é “Manual de Redação do Jornal Tal”, é “consultório gramatical” por telefone... Eles juram que quem não souber conjugar o verbo *apropinquar-se* vai direto para o inferno! Na segunda parte deste livro tratarei de explicar por que não considero “saudável” essa “epidemia”. **[pg. 38]**

No fundo, a idéia de que “português é muito difícil” serve como mais um dos instrumentos de manutenção do *status quo* das classes sociais privilegiadas. Essa entidade mística e sobrenatural chamada “português” só se revela aos poucos “iniciados”, aos que sabem as palavras mágicas exatas para fazê-la manifestar-se. Tal como na Índia antiga, o conhecimento da “gramática” é reservado a

uma casta sacerdotal, encarregada de preservá-la “pura” e “intacta”, longe do contato infeccioso dos párias.

A propaganda da suposta “dificuldade” da língua é, como diz Gnerre no livro já citado,”o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (p. 6). Sustentar que “português é muito difícil” é cavar uma profunda trincheira entre os poucos que “sabem a língua” e a massa enorme de “asnos” (termo usado por Luiz Antonio Sacconi em seu livro *Não erre mais!)* que necessitam, assim, do “auxílio” indispensável daqueles “mestres” para saltar com segurança por sobre o abismo da ignorância.

Em termos mais brandos, a embalagem do CD-ROM *Nossa língua portuguesa* oferece o produto como uma ajuda a evitar as “armadilhas” da língua. Ora, não é a “língua” que tem armadilhas, mas sim a *gramática normativa tradicional,* que as inventa precisamente para justificar sua existência e para nos convencer de que ela é indispensável.

Não seria a hora de acionar a Lei de Defesa do Consumidor contra essa “reserva de mercado”? **[pg. 39]**

Mito n° 4

"As pessoas sem instrução falam tudo errado"

O preconceito lingüístico se baseia na crença de que só existe, como vimos no Mito n° 1, *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, "errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente", e não é raro a gente ouvir que "isso não é português".

Um exemplo. Na visão preconceituosa dos fenômenos da língua, a transformação de L em R nos encontros consonantais como em *Cráudia, chicrete, praca, broco, pranta* é tremendamente estigmatizada e às vezes é considerada até como um sinal do "atraso mental" das pessoas que falam assim. Ora, estudando cientificamente a questão, é fácil descobrir que não estamos diante de um traço de "atraso mental" dos falantes "ignorantes" do português, mas simplesmente de um *fenômeno fonético* que contribuiu para a formação da própria língua portuguesa padrão. Basta olharmos para o seguinte quadro: **[pg. 40]**

PORTUGUÊS PADRÃO		ETIMOLOGIA	ORIGEM
branco	>	blank	germânico
brando	>	blandu	latim
cravo	>	clavu	latim

dobro	>	duplu	latim
escravo	>	sclavu	latim
fraco	>	flaccu	latim
frouxo	>	fluxu	latim
grude	>	gluten	latim
obrigar	>	obligare	latim
praga	>	plaga	latim
prata	>	plata	provençal
prega	>	plica	latim

Como é fácil notar, todas as palavras do português--padrão listadas acima tinham, na sua origem, um I bem nítido que se transformou em R. E agora? Se fôssemos pensar que as pessoas que dizem *Cráudia, chicrete* e *pranta* têm algum "defeito" ou "atraso mental", seríamos forçados a admitir que toda a população da província romana da Lusitânia também tinha esse mesmo problema na época em que a língua portuguesa estava se formando. E que o grande Luís de Camões também sofria desse mesmo mal, já que ele escreveu *ingrês, pubricar, pranta, frauta, frecha* na obra que é considerada até hoje o maior monumento literário do português clássico, o poema Os *Lusíadas.* E isso, é "craro", seria no mínimo absurdo.

Existem, evidentemente, falantes da norma culta urbana, pessoas escolarizadas, que têm problemas para **[pg. 41]** pronunciar os encontros consonantais com L. Nesses casos, sim, trata-se realmente de uma dificuldade física que pode ser resolvida com uma terapia fonoaudiológica. Não é dessas pessoas que estamos tratando aqui, mas dos brasileiros falantes das variedades não-padrão, em cujo sistema fonético simplesmente *não existe encontro consonantal*

com L, independentemente de terem ou não dificuldades articulatórias. Quando, na escola, se depararem com os encontros consonantais com L, é preciso que o professor tenha consciência de que se trata de um aspecto fonético "estrangeiro" para eles, do mesmo tipo dos que encontramos, por exemplo, nos cursos de inglês, quando nos esforçamos para pronunciar bem o TH de *throw* ou o I de *live.* É preciso separar bem os dois aspectos do fenômeno.

Se dizer *Cráudia, praca, pranta* é considerado "errado", e, por outro lado, dizer *frouxo, escravo, branco, praga* é considerado "certo", isso se deve simplesmente a uma questão que não é lingüística, mas *social* e *política* — as' pessoas que dizem *Cráudia, praca, pranta* pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada "feia","pobre","carente", quando na verdade é apenas *diferente* da língua ensinada na escola.

Ora, do ponto de vista exclusivamente *lingüístico,* o fenômeno que existe no português não-padrão é o mesmo que aconteceu na história do português-padrão, e **[pg. 42]** tem até um nome técnico: *rotacismo.* O rotacismo participou da formação da língua portuguesa padrão, como já vimos em *branco, escravo, praga, fraco* etc., mas ele continua vivo e atuante no português não-padrão, como em *broco, chicrete, pranta, Cráudia,* porque essa variedade não-padrão deixa que as tendências normais e inerentes à língua se manifestem livremente. Assim, o problema não está *naquilo* que se fala, mas em *quem* fala o *quê.* Neste caso, o preconceito lingüístico é decorrência de um preconceito social. Este tipo específico de preconceito é o que abordei em meu livro *A língua de Eulália.*

Minha heroína literária predileta, a boneca Emília, de Monteiro Lobato, não quis saber desse tipo de preconceito. Ao visitar, no País da Gramática, a prisão onde Dona Sintaxe mantinha enjaulados os "vícios de linguagem", revoltou-se ao ver atrás das grades o "Provincianismo", isto é, os "vícios" da fala rural, do "caipira" (p. 120):

> Emília não achou que fosse caso de conservar na cadeia o pobre matuto. Alegou que ele também estava trabalhando na evolução da língua e soltou-o.
>
> — Vá passear, seu Jeca. Muita coisa que hoje esta senhora condena vai ser lei um dia. Foi você quem inventou o VOCÊ em vez de TU, e só isso quanto não vale? Estamos livres da complicação antiga do Tuturututu.

Como se vê, do mesmo modo como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões. É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada **[pg. 43]** nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano lingüístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum do Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão.

Para mostrar que a fala nordestina nada tem de "engraçada" ou "ridícula", vamos fazer uma pequena comparação. Na pronúncia normal do Sudeste, a consoante que escrevemos T é pronunciada [tš]

(como em *tcheco)* toda vez que é seguida de um [i]. Esse fenômeno fonético se chama *palatalização*. Por causa dele, nós, sudestinos, pronunciamos [tšitšia] a palavra escrita TITIA. E todo mundo acha isso perfeitamente normal, ninguém tem vontade de rir quando um carioca, mineiro ou capixaba fala assim.

Quando, porém, um falante do Sudeste ouve um falante da zona rural nordestina pronunciar a palavra escrita OITO como [oytšu], ele acha isso "muito engraçado", "ridículo" ou "errado". Ora, do ponto de vista meramente lingüístico, o fenômeno é o mesmo — *palatalização* —, só que o elemento provocador dessa palatalização, o [y], está antes do [t] e não depois dele.

Então, se o fenômeno é o mesmo, por que na boca de um ele é "normal" e na boca de outro ele é "engraçado", **[pg. 44]** "feio" ou "errado"? Porque o que está em jogo aqui não é a língua, mas *a pessoa* que fala essa língua e a *região geográfica* onde essa pessoa vive. Se o Nordeste é "atrasado", "pobre", "subdesenvolvido" ou (na melhor das hipóteses) "pitoresco", então, "naturalmente", as pessoas que lá nasceram e a língua que elas falam também devem ser consideradas assim...

Ora, faça-me o favor, Rede Globo! **[pg. 45]**

Mito n°5

“O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”

Não sei quem foi a primeira pessoa que proferiu essa grande bobagem, mas a realidade é que até hoje ela continua sendo repetida por muita gente por aí, inclusive gente culta, que não sabe que isso é apenas um mito sem nenhuma fundamentação científica. De onde será que veio essa idéia? Esse mito nasceu, mais uma vez, da velha posição de subserviência em relação ao português de Portugal.

É sabido que no Maranhão ainda se usa com grande regularidade o pronome *tu,* seguido das formas verbais clássicas, com a terminação em -s característica da segunda pessoa: *tu vais, tu queres, tu dizes, tu comias, tu cantavas* etc. Na maior parte do Brasil, como sabemos, devido à *reorganização do sistema pronominal* de que já falei, o pronome *tu* foi substituído por *você.* Aliás, nas palavras da boneca Emília, “o *tu* já está velho coroco” e o que ele deve fazer, na opinião dela, “é ir arrumando a trouxa e pondo-se ao fresco”, e mudar-se de vez para o “bairro das palavras arcaicas”. De fato, o pronome *tu* está em vias de extinção na fala do brasileiro, e quando ainda é usado, como por exemplo em alguns falares característicos de certas camadas sociais do Rio de Janeiro, o verbo assume a forma da terceira pessoa: *tu vai, tu fica, tu quer, tu deixa disso* etc., que caracteriza também a fala informal de algumas outras regiões. Em Pernambuco, por **[pg. 46]** exemplo, é

muito comum a interjeição interrogativa *"tu acha?"* para indicar surpresa ou indignação.

Ora, somente por esse *arcaísmo,* por essa conservação de um único aspecto da linguagem clássica literária, que coincide com a língua falada em Portugal ainda hoje, é que se perpetua o mito de que o Maranhão é o lugar "onde melhor se fala o português" no Brasil.

Acontece, porém, que os defensores desse mito não se dão conta de que, ao utilizarem o critério prescritivista de correção para sustentá-lo, se esquecem de que os mesmos maranhenses que dizem *tu és, tu vais, tu foste, tu quiseste,* também dizem: *Esse é um bom livro para* ti *ler,* em vez da forma "correta", *Esse é um bom livro para* tu *leres.* Ou seja, eles atribuem ao pronome *ti* a mesma função de sujeito que em amplas regiões do Brasil, nas mais diversas camadas sociais (cultas inclusive), é atribuída ao pronome *mim* quando antecedido da preposição *para* e seguido de verbo no infinitivo: *Para mim fazer isso vou precisar da sua ajuda* — uma construção sintática que deixa tanta gente de cabelo em pé.

O que acontece com o português do Maranhão em relação ao português do resto do país é o mesmo que acontece com o português de Portugal em relação ao português do Brasil: não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente "melhor", "mais pura", "mais bonita", "mais correta" que outra. Toda variedade lingüística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para **[pg. 47]** se adequar às novas necessidades. Toda variedade lingüística é também o resultado de um processo histórico próprio, com suas vicissitudes e peripécias particulares. Se o português de São Luís do Maranhão e

de Belém do Pará, assim como o de Florianópolis, conservou o pronome *tu* com as conjugações verbais lusitanas, é porque nessas regiões aconteceu, no período colonial, uma forte imigração de açorianos, cujo dialeto específico influenciou a variedade de português brasileiro falado naqueles locais. O mesmo acontece com algumas características "italianizantes" do português da cidade de São Paulo, onde é grande a presença dos imigrantes italianos e seus descendentes, ou com castelhanismos evidentes na fala dos gaúchos, que mantêm estreitos contatos culturais com seus vizinhos argentinos e uruguaios.

Numa entrevista à revista *Veja* (10/9/97), Pasquale Cipro Neto disse que é "pura lenda" a idéia de que o Maranhão é o lugar do Brasil onde melhor se fala português. Ponto para ele. Infelizmente, continuando a tratar do assunto, não hesitou em afirmar que "no cômputo geral, o carioca é o que se expressa melhor sob a ótica da norma culta" e que

> a São Paulo que fala 'dois pastel' e acabou as ficha' é um horror. Não acredito que o fato de ser uma cidade com grande número de imigrantes seja uma explicação suficiente para esse português esquisito dos paulistanos. Na verdade, é inexplicável.

Faltam argumentos científicos rigorosos, por parte do entrevistado, que nos expliquem como chegou ao "cômputo **[pg. 48]** geral" que lhe permitiu atribuir ao carioca uma expressão "melhor sob a ótica da norma culta", nem com que critérios metodológicos chegou à conclusão de que o português paulistano é "esquisito". O uso de expressões tão generalizadoras como "o carioca" (de que classe social, de que faixa etária, com que nível de instrução?) ou "a São Paulo que fala" (quase vinte milhões de habitantes, duas vezes a população de Portugal!) acaba reforçando indiretamente (devido à

influência inegável de quem as formulou como formador de opinião) a idéia de que o falar carioca é “melhor” e digno de maior prestígio que os demais falares brasileiros — idéia que, no passado, levou até a se querer impor a pronúncia carioca como a oficial no teatro, no canto lírico e nas salas de aula do Brasil inteiro!

As pesquisas sociolingüísticas — que se baseiam em coleta de dados por meio de gravações da fala espontânea, viva, dos usuários nativos da língua — confirmam uma suposição óbvia: as pessoas das classes cultas de qualquer lugar dominam melhor a norma culta do que as pessoas das classes não-cultas de qualquer lugar. Falantes cultos do Rio de Janeiro, do Recife, de Porto Alegre, de São Paulo, de Catolé do Rocha ou de Guaratinguetá se expressarão igualmente bem “sob a ótica da norma culta”. Basta consultar, por exemplo, o enorme acervo de centenas de horas de gravação da fala urbana culta recolhido pelos pesquisadores do Projeto NURC[5] para confirmar que, **[pg. 49]** apesar das inevitáveis variações regionais, existe uma norma urbana culta geral brasileira. Muitos aspectos dessa norma urbana culta estão descritos nos seis volumes da *Gramática do português falado,* uma grande obra coletiva publicada pela Editora da UNICAMP, resultado do trabalho de investigação e análise de dezenas de lingüistas das mais diversas regiões do país.

De igual modo, fenômenos de concordância do tipo “dois pastel” e “acabou as ficha” são facilmente encontráveis na fala carioca, como podemos ouvir nas fitas gravadas do Projeto CENSO, que

---

[5] O material do Projeto NURC pode ser consultado nos vários livros publicados com as transcrições das fitas gravadas nas cincos diferentes cidades que compõem o projeto (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Alguns desses livros são: CASTILHO & PRETI, *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* (São Paulo, T. A. Queiroz/FAPESP, 1987 - vol. 1 - e 1988 - vol. 2); CALLOU & LOPES, *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 - vol. 1 -, 1993 - vol. 2 - e 1994 - vol. 3); HILGERT, *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre* (UFRS, 1997, vol. 1); MOTA & ROLLEMBERG, *A linguagem falada culta na cidade do Salvador* (UFBA, 1994, vol. 1); SÁ, CUNHA, LIMA & OLIVEIRA, *A linguagem falada culta na cidade do Recife* (UFPE, 1996).

investiga o uso da língua no Rio de Janeiro nas classes sociais não-cultas (isto é, pessoas que não cursaram universidade)[6]. Além disso, esse tipo de concordância se verifica de Norte a Sul do Brasil — e também em Portugal, segundo pesquisas recentes da professora Maria Marta Scherre. Essa mesma pesquisadora defendeu, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma tese de doutorado com o título *Reanálise da concordância* **[pg. 50]** *nominal em português,* com 555 páginas, que hoje é uma referência obrigatória para quem se aventurar a emitir opiniões a respeito. Scherre mostra que, ao contrário do que pensa Cipro, aqueles fenômenos de concordância são, na verdade, *altamente explicáveis.* Portanto não representam uma mera "esquisitice" dos paulistanos, muito menos um "horror".

Convém salientar que a determinação das normas culta e não-culta é uma questão de grau de freqüência das variantes (o que os normativistas considerariam erros ou acertos). Por exemplo, coisas como "os menino tudo" ou "houveram fatos" podem aparecer na fala de brasileiros cultos.

É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o "melhor" ou o "pior" português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura. Todas elas têm o seu valor, são veículos plenos e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. Se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazê-lo de modo absoluto, fonte do preconceito. Temos de levar em consideração a presença de regras variáveis em todas as variedades, a culta inclusive. **[pg. 51]**

---

[6] A análise de alguns fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro, com base no acervo do Projeto CENSO, se encontra no livro organizado por SILVA & SCHERRE, *Padrões sociolingüísticos,* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

Mito n° 6

“O certo é falar assim porque se escreve assim”

Diante de uma tabuleta escrita COLÉGIO é provável que um pernambucano, lendo-a em voz alta, diga CÒ*légio,* que um carioca diga CU*légio,* que um paulistano diga CÔ*légio*. E agora? Quem está certo? Ora, todos estão igualmente certos. O que acontece é que em toda língua do mundo existe um fenômeno chamado *variação,* isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico.

Infelizmente, existe uma tendência (mais um preconceito!) muito forte no ensino da língua de querer obrigar o aluno a pronunciar “do jeito que se escreve”, como se essa fosse a única maneira “certa” de falar português. (Imagine se alguém fosse falar inglês ou francês do jeito que se escreve!) Muitas gramáticas e livros didáticos chegam ao cúmulo de aconselhar o professor a “corrigir” quem fala *muleque, bêjo, minino, bisôro,* como se isso pudesse anular o fenômeno da variação, tão natural e tão antigo na história das línguas. Essa supervalorização da língua escrita combinada com o desprezo da língua falada é um preconceito que data de antes de Cristo!

É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada “artificial” e reprovando como “erradas” as pronúncias que são resultado natural das **[pg. 52]** forças internas que

governam o idioma. Seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer BU*nito* ou BO*nito,* mas que só pode escrever BONITO, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito, mas é preciso lembrar que ela funciona como a partitura de uma música: cada instrumentista vai interpretá-la de um modo todo seu, particular!

O pintor belga René Magritte (1898-1967) tem um quadro famoso, chamado *A traição das imagens,* no qual se vê a figura de um cachimbo e embaixo dela a frase escrita: "Isto não é um cachimbo".

Em que esse exemplo pode servir à nossa discussão? Isso não é um cachimbo de verdade, mas simplesmente a *representação gráfica, pictórica* de um cachimbo. O mesmo acontece com a escrita alfabética, em sua regulamentação ortográfica oficial. Ela não é a fala: é uma tentativa **[pg. 53]** de representação gráfica, pictórica e

convencional da língua falada. (Falarei mais detidamente da *paranóia ortográfica* na terceira parte deste livro.)

Quando digo que a escrita é uma *tentativa* de representação é porque sabemos que não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade.

Algumas ortografias, como a do espanhol, têm regras mais generalizáveis, mais simples e mais coerentes, que facilitam o ato de ler e escrever. Mesmo assim, no castelha-no-padrão da Espanha, pode sempre haver dúvidas: Z ou C? B ou V? G ou J?

Outras línguas, como o inglês, têm mais exceções do que regras, e é preciso aprender a escrever (e a pronunciar) praticamente cada palavra, pois a generalização das regras ortográficas tem boa chance de falhar: para um falante de português, é estranho imaginar que as palavras *jail* e *gaol* tenham a mesma pronúncia! Outras, ainda, como o chinês, não buscam reproduzir a língua falada, e optam pela escrita ideográfica.

Esta relação complicada entre língua falada e língua escrita precisa ser profundamente reexaminada no ensino. Durante mais de dois mil anos, os estudos gramaticais se dedicaram exclusivamente à língua escrita literária, formal. Foi somente no começo do século XX, com o nascimento da ciência lingüística, que a língua falada passou a ser considerada como o verdadeiro objeto de estudo científico. Afinal, a língua falada é a língua tal como foi aprendida pelo falante em seu contato com a família e com a comunidade, **[pg. 54]** logo nos primeiros anos de vida. É o instrumento básico de sobrevivência. Um grito de socorro tem muito mais eficácia do que essa mesma mensagem escrita.

A língua escrita, por seu lado, é totalmente artificial, exige treinamento, memorização, exercício, e obedece a regras fixas, de

tendência conservadora, além de ser uma representação não exaustiva da língua falada.

Faça você mesmo o teste: pegue uma palavra bem simples — *fogo,* por exemplo — e pronuncie-a com todas as inflexões e tons de voz que conseguir: espanto, medo, alegria, tristeza, saudade, ira, remorso, horror, felicidade, histeria, pavor... Depois tente reproduzir por escrito essas mesmas inflexões e tons de voz. É impossível. O máximo que a língua escrita oferece são os sinais de exclamação e de interrogação! A mera forma escrita não é capaz de traduzir as inflexões e as intenções pretendidas pelo falante. Por isso, os autores de textos teatrais indicam, entre parênteses, a emoção, sensação ou sentimento que o ator deve expressar numa dada fala.

A importância da língua falada para o estudo científico está principalmente no fato de ser nessa língua falada que ocorrem as mudanças e as variações que incessantemente vão transformando a língua. Quem quiser, por exemplo, conhecer o estado atual da língua portuguesa do Brasil precisará investigar empiricamente a língua falada (como fazem os pesquisadores dos projetos NURC e CENSO, que já citei, entre outros). Afinal, a escola, as gramáticas normativas e os livros didáticos até hoje afirmam que os pronomes-sujeitos de segunda pessoa são **[pg. 55]** *tu* e *vós,* que o pronome *você* é simplesmente uma "forma de tratamento", que a mesóclise *(dar-vo-lo-ei, di-lo-íamos, amar-nos-emos)* ainda é uma "opção" para a colocação dos pronomes oblíquos, ou que o futuro do subjuntivo do verbo *ver* é "vir". Essa, porém, já não é a realidade de boa parte da língua escrita no Brasil, que dirá da língua falada!

Do ponto de vista da história de cada indivíduo, o aprendizado da língua falada sempre precede o aprendizado da língua escrita,

quando ele acontece. Basta citar os bilhões de pessoas que nascem, crescem, vivem e morrem sem jamais aprender a ler e a escrever! E no entanto ninguém pode negar que são falantes perfeitamente competentes de suas línguas maternas.

Do ponto de vista da história da humanidade é a mesma coisa. A espécie humana tem, pelo menos, um milhão de anos. Ora, as primeiras formas de escrita, conforme a classificação tradicional dos historiadores, surgiram há apenas nove mil anos. A humanidade, portanto, passou 990.000 anos apenas falando!

Quando o estudo da gramática surgiu, no entanto, na Antigüidade clássica, seu objetivo declarado era investigar as regras da língua *escrita* para poder preservar as formas consideradas mais "corretas" e "elegantes" da língua *literária.* Aliás, a palavra *gramática,* em grego, significa exatamente "a arte de escrever".

Infelizmente, essas mesmas regras da língua literária começaram a ser cobradas da língua falada, o que é um disparate científico sem tamanho! **[pg. 56]**

Há cientistas que se dedicam especificamente a estudar as diferenças, semelhanças, inter-relações e interações que existem entre as duas modalidades. O ensino tradicional da língua, no entanto, quer que as pessoas falem sempre do mesmo modo como os grandes escritores escreveram suas obras. A gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral, e quer impor a ferro e fogo a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação lingüística que merece ser estudada.

Veja-se, por exemplo, o caso da *Nova gramática do português contemporâneo,* de Celso Cunha e Lindley Cintra. Ao definirem o objetivo de seu trabalho, os autores declaram, no prefácio:

> Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os *escritores* portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá. [grifo meu]

Essa obra, portanto, só pode ser consultada por quem tiver dúvidas no momento de *escrever* um texto *literário,* já que, segundo os próprios autores, não serão abordados fenômenos característicos de outras normas escritas, como a jornalística ou a da produção científica, muito menos os fenômenos típicos da língua falada.

A gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra é louvável pela honestidade com que declara seu objeto de estudo (embora, por diversas razões que não cabe aqui enumerar, eles não cumpram o que prometem no prefácio **[pg. 57]** e acabem tratando de fatos da língua oral ao lado de fenômenos característicos da escrita).

A maioria das outras obras desse gênero, porém, não faz assim: seus autores assumem a norma literária como a única digna de ser estudada, ensinada e praticada, e acham isso tão "natural" que nem se dão ao trabalho de defini-la como seu objeto de estudo. Fica evidente que para eles só essa norma literária conservadora merece o título de "língua portuguesa". O que é dito ali vale para todas as variedades do português, em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento histórico, em qualquer classe social, em qualquer faixa etária. Portanto, não é uma gramática, é uma panacéia...

Essa ênfase no texto literário tem produzido uma visão redutora da língua, identificando-a freqüentemente apenas com a regulamentação ortográfica.

Como se não bastasse, os autores de compêndios gramaticais, inclusive os mais recentes, não fazem a distinção básica, elementar, entre *ortografia* e *fonética,* isto é, entre as regras da língua escrita e os fenômenos da língua oral. Aliás, por mais incrível que pareça, muitos deles classificam a ortografia como uma das subdivisões da fonética! É o mesmo que querer incluir os ursinhos de pelúcia na classe dos mamíferos carnívoros!

Gramático muito mais criterioso e atento é o rinoceronte Quindim — personagem do Sítio do Pica-pau Amarelo, de Monteiro Lobato —, que levando as crianças do sítio a passear pelo "País da Gramática", insistiu muito para que seus "alunos" não confundissem letra e som (p. 6): **[pg. 58]**

> Trotou, trotou e, depois de muito trotar, deu com eles numa região onde o ar chiava de modo estranho.
>
> — Que zumbido será este? — indagou a menina [Narizinho]. — Parece que andam voando por aqui milhões de vespas invisíveis.
>
> — É que já entramos em terras do País da Gramática — explicou o rinoceronte. — Estes zumbidos são os *Sons Orais,* que voam soltos no espaço.
>
> — Não comece a falar difícil que nós ficamos na mesma — observou Emília. — Sons Orais, que pedantismo é esse?
>
> — Som Oral quer dizer som produzido pela boca. A, E, I, O, U são Sons Orais, como dizem os senhores gramáticos.
>
> — Pois diga logo que são letras! — gritou Emília.
>
> — Mas não são letras! — protestou o rinoceronte. — Quando você diz A ou O, você está *produzindo* um som, não está *escrevendo* uma letra. Letras são sinaizinhos que os homens usam para *representar* esses sons. Primeiro há os Sons Orais; depois é que aparecem as letras, para marcar esses sons orais. Entendeu?

O ar continuava num zunzum cada vez maior. Os meninos pararam, muito atentos, a ouvir.

— Estou percebendo muitos sons que conheço — disse Pedrinho, com a mão em concha ao ouvido.

— Todos os sons que andam zumbindo por aqui são velhos conhecidos seus, Pedrinho.

— Querem ver que é o tal alfabeto? — lembrou Narizinho. — E é mesmo!... Estou distinguindo todas as letras do alfabeto...

— Não, menina; você está apenas distinguindo todos os *sons* das letras do alfabeto — corrigiu o rinoceronte com uma pachorra igual à de dona Benta. — Se você *escrever* cada um desses sons, então, sim; então surgem as *letras* do alfabeto. **[pg. 59]**

Esse livro de Monteiro Lobato foi publicado em 1934. Mas as lições do rinoceronte Quindim ainda precisam ser lembradas e relembradas, pois a literatura gramatical perpetua até hoje a confusão entre *letra* e *fonema.*

É assim que procedem, por exemplo, Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante em sua *Gramática da língua portuguesa,* publicada no final de 1997. Por isso a gente não deve se surpreender quando esses autores explicam que a letra x representa o fonema /š/ depois de um ditongo, e dão como exemplo de palavras "com ditongo": *ameixa, caixa, peixe, eixo, frouxo, trouxa, baixo,* sem fazer a menor menção ao fenômeno de monotongação que já atingiu essas palavras na língua falada no Brasil, inclusive em sua norma culta urbana, resultando nas pronúncias "amêxa", "caxa", "pêxe", "êxo", "frôxo" e "baxo". O termo *ditongo* ("dois sons"), que se aplica a um fenômeno *fonético,* não cabe nesses exemplos, que retratam simplesmente a *convenção ortográfica* que ainda conserva, na *escrita,* as duas letras vogais antes do X. O que acontece é que esses "monotongos" podem vir a se ditongar em situações bem específicas, tal como a redução

da velocidade da fala com finalidade de dar ênfase ao enunciado. Pensemos, por exemplo, no uso das palavras *louco* e *loucura* quando usadas de modo afetado para indicar coisas surpreendentes ou muito boas: "Foi uma *louuucura!*"

Os mesmos autores dizem que na palavra QUAL existe um "ditongo crescente", quando qualquer brasileiro de ouvido mais afinado vai reconhecer aí, na verdade, um *tritongo.* É muito restrita, no português do Brasil, a pronúncia **[pg. 60]** /l/ ou /ɫ/ para o L que aparece em final de sílaba. Na grande maioria dos falares brasileiros, esse L se pronúncia como a semivogal /w/.

É o velho preconceito *grafocêntrico,* isto é, a análise de *toda a língua* do ponto de vista restrito da escrita, que impede o reconhecimento da verdadeira realidade lingüística.

Por isso, temos de desconfiar desses livros que se autodenominam "Gramática da língua portuguesa" sem especificar seu objeto de estudo. A "língua portuguesa" que eles abordam é uma *variedade específica,* dentre as muitas existentes, que tem de ser designada com todos os seus qualificativos: "Gramática da língua portuguesa escrita, literária, formal, antiga". Todos os demais fenômenos vivos da língua falada e de outras modalidades da língua escrita são deixados de fora desses livros. **[pg. 61]**

Mito n° 7

“É preciso saber gramática para falar e escrever bem”

É difícil encontrar alguém que não concorde com a declaração acima. Ela vive na ponta da língua da grande maioria dos professores de português e está formulada em muitos compêndios gramaticais, como a já citada *Gramática de* Cipro e Infante, cujas primeiríssimas palavras são: “A Gramática é instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua”.

É muito comum, também, os pais de alunos cobrarem dos professores o ensino dos “pontos” de gramática tais como eles próprios os aprenderam em seu tempo de escola. E não faltam casos de pais que protestaram veementemente contra professores e escolas que, tentando adotar uma prática de ensino da língua menos conservadora, não seguiam rigorosamente “o que está nas gramáticas”. Conheço gente que tirou seus filhos de uma escola porque o livro didático ali adotado não ensinava coisas “indispensáveis” como “antônimos”, “coletivos” e “análise sintática”...

Por que aquela declaração é um mito? Porque, como nos diz Mário Perini em *Sofrendo a gramática* (p. 50), “não existe um grão de evidência em favor disso; toda a evidência disponível é em contrário”. Afinal, se fosse assim, todos os gramáticos seriam grandes escritores (o que está longe de ser verdade), e os bons escritores seriam especialistas em gramática. **[pg. 62]**

Ora, os escritores são os primeiros a dizer que gramática não é com eles! Rubem Braga, indiscutivelmente um dos grandes de nossa literatura, escreveu uma crônica deliciosa a esse respeito chamada “Nascer no Cairo, ser fêmea de cupim”.

Carlos Drummond de Andrade (preciso de adjetivos para qualificá-lo?), no poema “Aula de Português” também dá testemunho de sua perturbação diante do “mistério” das “figuras de gramática, esquipáticas”, que compõem “o amazonas de minha ignorância”. Drummond ignorante?

E o que dizer de Machado de Assis que, ao abrir a gramática de um sobrinho, se espantou com sua própria “ignorância” por “não ter entendido nada”? Esse e outros casos são citados por Celso Pedro Luft em *Língua e liberdade* (pp. 23-25). E esse mesmo autor nos diz (p. 21):

> Um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo.

Mário Perini, no livro que citamos acima, chama a atenção para a “propaganda enganosa” contida no mito de que é preciso ensinar gramática para aprimorar o desempenho lingüístico dos alunos:

> Quando justificamos o ensino de gramática dizendo que é para que os alunos venham a escrever (ou ler, ou falar) melhor, estamos prometendo uma mercadoria que não podemos entregar. Os alunos percebem isso com bastante clareza, embora talvez não o possam explicitar; e esse é um dos fatores do descrédito da disciplina entre eles. **[pg. 63]**

E Sirio Possenti, já citado, lembra-nos que as primeiras gramáticas do Ocidente, as gregas, só foram elaboradas no século II

a. C, mas que muito antes disso já existira na Grécia uma literatura ampla e diversificada, que exerce influência até hoje em toda a cultura ocidental. A *Ilíada* e a *Odisséia* já eram conhecidas no século VI a. C, Platão escreveu seus fascinantes *Diálogos* entre os séculos V e IV a. C, na mesma época do grande dramaturgo Esquilo, verdadeiro criador da tragédia grega. Que gramática eles consultaram? Nenhuma. Como puderam então escrever e falar tão bem sua língua?

O que aconteceu, ao longo do tempo, foi uma *inversão* da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como "regras" e "padrões" as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, *a gramática normativa é decorrência da língua,* é subordinada a ela, dependente dela. Como a gramática, porém, passou a ser um *instrumento de poder e de controle,* surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua "bonita", "correta" e "pura". A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática. O que não está na gramática normativa "não é português". E os compêndios gramaticais se transformaram em livros sagrados, cujos dogmas e cânones têm de ser obedecidos à risca para não se cometer nenhuma "heresia". **[pg. 64]**

O resultado dessa inversão dos fatos históricos é visível, por exemplo, na *Gramática* de Cipro e Infante que, na p. 16, afirma:

> A Gramática normativa estabelece a *norma culta*, ou seja, o padrão lingüístico que socialmente é considerado modelar [...] As línguas que têm forma escrita, como é o caso do português, necessitam da Gramática normativa para que se garanta a existência de um padrão lingüístico uniforme [...].

Ora, não é a gramática normativa que "estabelece" a norma culta. A norma culta simplesmente *existe* como tal. A tarefa de uma gramática seria, isso sim, *definir, identificar e localizar* os falantes cultos, *coletar* a língua usada por eles e *descrever* essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes. Sem isso não podemos confiar em gramáticas como a de Domingos Paschoal Cegalla, que afirma simplesmente:

> Este livro pretende ser uma Gramática Normativa da Língua Portuguesa do Brasil, conforme a falam e escrevem as pessoas cultas na época atual [*Novíssima gramática da língua portuguesa,* p. xix].

Mas quem são essas "pessoas cultas na época atual"? Com que critérios o autor as classificou de "cultas"? Com que metodologia precisa identificou o modo como elas "falam e escrevem"? Pois é disso precisamente que mais necessitamos hoje no Brasil: da descrição detalhada e realista da norma culta objetiva, com base em coletas confiáveis que se utilizem dos recursos tecnológicos mais avançados, para que ela sirva de base ao ensino/aprendizagem **[pg. 65]** na escola, e não mais uma norma fictícia que se inspira num ideal lingüístico inatingível, baseado no uso literário, artístico, particular e exclusivo dos grandes escritores. Afinal, um instrutor de auto-escola quer formar bons motoristas, e não campeões internacionais de Fórmula 1. Um professor de português quer formar bons usuários da língua escrita e falada, e não prováveis candidatos ao Prêmio Nobel de literatura!

Por outro lado, não é a gramática normativa que vai "garantir a existência de um padrão lingüístico uniforme". Esse padrão lingüístico (que pode chegar a certo grau de uniformidade, mas nunca será totalmente uniforme, pois é usado por seres humanos

que nunca hão de ser criaturas física, psicológica e socialmente idênticas), como já dissemos, existe na sociedade, independentemente de haver ou não livros que o descrevam.

As plantas só existem porque os livros de botânica as descrevem? É claro que não. Os continentes só passaram a existir depois que os primeiros cartógrafos desenharam seus mapas? Difícil acreditar. A Terra só passou a ser esférica depois que as primeiras fotografias tiradas do espaço mostraram-na assim? Não. Sem os livros de receitas não haveria culinária? Eu sei muito bem que não: a melhor cozinheira que conheço, capaz de preparar centenas de pratos diferentes, os mais sofisticados, é uma pernambucana de quase oitenta anos, cem por cento analfabeta.

Esse mito está ligado à milenar confusão que se faz entre *língua* e *gramática normativa.* Mas é preciso desfazê-la. **[pg. 66]** Não há por que confundir o todo com a parte. Lembra-se do que eu falei na abertura do livro sobre a gramática normativa ser um *igapó?* Acho que vale a pena repetir aqui. Na Amazônia, *igapó é* uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Acho uma boa metáfora para a gramática normativa. Como eu disse, enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia.

É a mesma coisa que nos explica, em termos científicos, Luiz Carlos Cagliari em *Alfabetização & lingüística*[7]:

> A gramática normativa foi num primeiro momento uma gramática descritiva de um dialeto de uma língua. Depois a sociedade fez dela um corpo de leis para reger o uso da linguagem. Por sua própria natureza, uma gramática normativa está condenada ao fracasso, já que a linguagem é um fenômeno dinâmico e as línguas mudam com o tempo; e, para continuar sendo a expressão do poder social demonstrado por um dialeto, a gramática normativa deveria mudar.

Se não é o ensino/estudo da gramática que vai garantir a formação de bons usuários da língua, o que vai garanti-la? Existe muito debate a respeito entre os lingüistas **[pg. 67]** e os pedagogos. O certo é que eles são praticamente unânimes em combater aquele mito. Há lugar para a gramática na escola? Parece que sim. Mas também parece ser. um lugar bastante diferente do que lhe era atribuído na prática tradicional de ensino da língua. Na terceira parte deste livro, tentarei expor algumas opiniões a respeito.

De todo modo, algumas pessoas muito competentes já explicaram tudo isso melhor do que eu seria capaz. Por isso, ao leitor e à leitora interessados nesse tema recomendo a leitura, entre outros, dos já citados *Sofrendo a gramática,* de Mário Perini, *Por que (não) ensinar gramática na escola,* de Sírio Possenti, e *Língua e liberdade,* de Celso Pedro Luft, e também *Linguagem, língua e fala,* de Ernani Terra; *Contradições no ensino de português,* de Rosa Virgínia Mattos e Silva, e *Gramática na escola,* de Maria Helena de Moura Neves. Esses livros nos ajudam a compreender melhor os mecanismos de exclusão que agem por trás da imposição das normas gramaticais conservadoras no ensino da língua e de que

---

[7] Citado por Ernani Terra, *Linguagem, língua e fala*, p. 46.

modo poderíamos, em nossa prática pedagógica, tentar desmontá-los. **[pg. 68]**

Mito n°8

"O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social"

Este mito, que vem fechar nosso circuito mitológico, tem muito que ver com o primeiro, o mito da unidade lingüística do Brasil. Esses dois mitos são aparentados porque ambos tocam em sérias questões sociais. É muito comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um "instrumento de ascensão social". Seria então o caso de "dar uma língua" àqueles que eu chamei de "sem-língua"?

Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles domina a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade. Por outro lado, um grande fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de "caipira", com todas as formas sintáticas consideradas "erradas" pela gramática **[pg. 69]**

tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar.

O que estou tentando dizer é que o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. O domínio da norma culta de nada vai servir a uma pessoa que não tenha acesso às tecnologias modernas, aos avanços da medicina, aos empregos bem remunerados, à participação ativa e consciente nas decisões políticas que afetam sua vida e a de seus concidadãos. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente, a uma pessoa que viva numa zona rural onde um punhado de senhores feudais controlam extensões gigantescas de terra fértil, enquanto milhões de famílias de lavradores sem-terra não têm o que comer.

Achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela "suba na vida" é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana.

A violência urbana está intimamente ligada a uma situação social de profunda injustiça, que dá ao Brasil, como eu já disse, o triste segundo lugar entre os países com a pior distribuição de renda de todo o mundo, perdendo apenas para Botswana, um país africano desértico, muito menor e muito menos desenvolvido.

É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da **[pg. 70]** variação lingüística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso favorecer esse

reconhecimento, mas também garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito.

Como é fácil perceber, o que está em jogo não é a simples "transformação" de um indivíduo, que vai deixar de ser um "sem-língua padrão" para tornar-se um falante da variedade culta. O que está em jogo é *a transformação da sociedade como um todo,* pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma *exige desigualdades sociais profundas,* toda tentativa de promover a "ascensão" social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua.

Por isso eu me pergunto: será que "doando" a língua *padrão* a um indivíduo das classes subalternas ele vai, automaticamente, tornar-se *um patrão?* Não é mera coincidência etimológica o fato de *padrão* e *patrão* serem duas formas divergentes de uma mesma origem comum: o latim *patronu-,* que tem também a mesma raiz de *paternalismo* e *patriarcalismo.*

Valerá mesmo a pena promover a "ascensão social" para que alguém se enquadre dentro *desta sociedade em que vivemos,* tal como ela se apresenta hoje? Basta pensar um pouco nos indivíduos que detêm o poder no Brasil: não são (quando são) apenas falantes da norma culta, mas são sobretudo, em sua grande maioria, *homens,* **[pg. 71]** *brancos, heterossexuais, nascidos/criados na porção Sul-Sudeste* do país ou oriundos das *oligarquias feudais do Nordeste.*

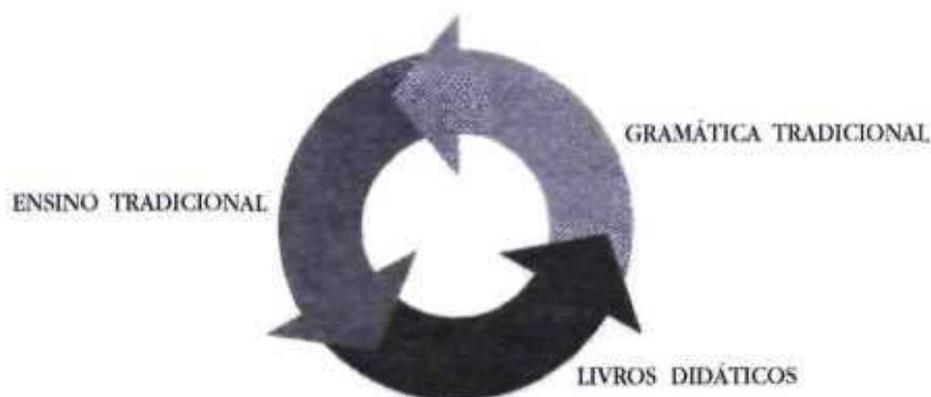
Como eu já tinha avisado na abertura do livro, falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes

práticas de cidadão, de professor e de cientista. Do contrário, estaremos apenas contribuindo para a manutenção do círculo vicioso do preconceito lingüístico e do irmão gêmeo dele, *o círculo vicioso da injustiça social.* **[pg. 72]**

II

O círculo vicioso do preconceito lingüístico

1. *Os três elementos que são quatro*

Os mitos que acabamos de examinar são transmitidos e perpetuados em nossa sociedade, cada um deles em grau maior ou menor, por um mecanismo que podemos chamar de *círculo vicioso do preconceito lingüístico.* Esse círculo vicioso se forma pela união de três elementos que, sem desrespeitar meus amigos teólogos, costumo denominar "Santíssima Trindade" do preconceito lingüístico. Esses três elementos são a *gramática tradicional,* os *métodos tradicionais de ensino* e os *livros didáticos:*

Como é que se forma esse círculo? Assim: a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua **[pg. 73]** vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores — fechando o círculo — recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua.

Á gramática tradicional, em sua vertente normativo-prescritivista, continua firme e forte, como é fácil verificar nos compêndios gramaticais mais recentes. As práticas de ensino variam muito de região para região, de escola para escola, e até de professor para professor, de acordo com as concepções pedagógicas adotadas. A tendência atual, mencionada no início deste livro, à crítica dos preconceitos e ao exercício da tolerância tem tornado o ambiente escolar bastante mais respirável e democrático do que, por exemplo, na época em que estudei, em plena ditadura militar. Como já vimos, a mais alta instância educacional do país, o Ministério da Educação, tem feito esforços louváveis para provocar uma reflexão sobre os temas relativos à ética e à cidadania plena do indivíduo, para estimular uma postura menos dogmática e mais flexível, por parte, pelo menos, das escolas públicas. Os já citados *Parâmetros curriculares nacionais* reconhecem que existe

> muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, são objeto de avaliação negativa.
>
> Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que **[pg. 74]** existe uma forma "correta" de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala "correta" é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso "consertar" a fala do aluno para evitar que ele escreva errado.
>
> Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural [...][1]

[1] Ministério da Educação e do Desporto (1998): *Parâmetros curriculares nacionais*, Língua Portuguesa, 5ª a 8ª séries, p. 31.

Temos ainda de esperar para ver em que medida esses esforços se refletirão na prática quotidiana, efetiva, dos professores em sala de aula. Acompanhando esse movimento, muitas editoras vêm tentando produzir um material didático mais compatível com as novas concepções pedagógicas, e o sistema oficial de avaliação dos livros didáticos, apesar de muito criticado, tem contribuído para uma revisão das formas tradicionais de elaboração desse tipo de livro.

Mas os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. E o tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito **[pg. 75]** que uma pessoa exerce contra si mesma. Infelizmente, ainda existem muitas mulheres que se consideram "inferiores" aos homens; existem negros que acreditam que seu lugar é mesmo de subserviência em relação aos brancos; existem homossexuais convictos de que sofrem de uma "doença" que pode, inclusive, ser curada...

Do mesmo modo, muitos brasileiros acreditam que "não sabem português", que "português é muito difícil" ou que a língua falada aqui é "toda errada". E ao contrário dos demais preconceitos, que vêm sendo atacados com algum sucesso com diversos métodos de combate, o preconceito lingüístico prossegue sua marcha. Se já existe uma mudança de atitude nos livros didáticos e na pedagogia

oficial, por que o círculo vicioso do preconceito lingüístico continua girando?

Intrigado com isso, comecei a prestar atenção à minha volta e cheguei à conclusão de que o círculo vicioso não estava completo. Descobri que, assim como os *Três Mosqueteiros* de Alexandre Dumas são quatro, também existe um quarto elemento oculto dentro daquele círculo. Como este quarto elemento não é tão compactamente institucionalizado quanto os demais, a gente deixa de percebê-lo.

Mas, afinal, que quarto elemento é esse? É aquilo que resolvi chamar de *comandos paragramaticais*. É todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, "consultórios gramaticais" **[pg. 76]** por telefone e por aí afora... É a "saudável epidemia" a que se refere Arnaldo Niskier no artigo que citei ao falar do Mito n° 2, "epidemia" que, para mim, nada tem de "saudável", e vou explicar por quê. O que os *comandos paragramaticais* poderiam representar de utilidade para quem tem dúvidas na hora de falar ou de escrever acaba se perdendo por trás da espessa neblina de preconceito que envolve essas manifestações da (multi)mídia. Assim, tudo o que elas fazem de concreto é perpetuar as velhas noções de que "brasileiro não sabe português" e de que "português é muito difícil".

É uma pena que seja assim. Todo esse formidável poder de influência dos meios de comunicação e dos recursos da informática poderia ser de grande utilidade se fosse usado precisamente na direção oposta: na destruição dos velhos mitos, na elevação da auto-estima lingüística dos brasileiros, na divulgação do que há de realmente fascinante no estudo da língua. Mas não é assim. Toda

vez que alguém se põe a falar da situação lingüística do Brasil, é para repetir as mesmas queixas e lamúrias de cem anos atrás ou mais.

Um exemplo. Na entrevista de Pasquale Cipro Neto à revista *Veja,* que citamos na primeira parte deste livro, o texto que antecede a entrevista propriamente dita repisa aqueles mesmos chavões bolorentos:

> [...] professor de português — um idioma que, de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros, precisa ser divulgado e explicado para os milhões que o têm como língua materna. **[pg. 77]**

E a primeira pergunta, como era de prever diante de uma abertura tão pessimista, só podia ser: *"Por que o português é tão mal falado e tão mal escrito no Brasil?"* E o entrevistado parte logo para a explicação das "causas visíveis" dessa situação, sem contestar em momento algum a afirmação, fácil de negar, contida na pergunta. E da mesma forma como Cândido de Figueiredo, em 1903, e Arnaldo Niskier, em 1998, ele investe contra os estrangeirismos declarando que

> o sujeito que usa um termo em inglês no lugar do equivalente em português é, na minha opinião, um idiota.

Ora, se ele mesmo reconhece que o uso de estrangeirismos é "a face mais irritante de um país colonizado culturalmente como o nosso", é injusto chamar de "idiota" a pessoa que é, de fato, uma *vítima* dessa colonização cultural. Se nosso comércio está repleto de nomes em inglês é porque os comerciantes e os industriais sabem que isso atrai mais o público, que qualquer produto com aparência de estrangeiro tem maior aceitação por parte do consumidor.

Quanto aos *comandos paragramaticais,* não faltam exemplos do preconceito lingüístico que os orienta. Como o espaço de que disponho neste livro é muito pequeno, não será possível fazer um exame pormenorizado de muitas dessas manifestações preconceituosas, por isso me limitarei a algumas mais gritantes, que merecem ser denunciadas. **[pg. 78]**

2. *Sob o império de Napoleão*

O mais respeitado e renomado propagador do preconceito lingüístico por meio de *comandos paragramaticais* no Brasil foi, durante longas décadas, o professor Napoleão Mendes de Almeida, até falecer no começo de 1998, aos 87 anos. Ele nunca escondeu sua intolerância e seu autoritarismo em suas colunas de jornal, e é fácil verificá-lo nas mais de 600 páginas de seu *Dicionário de questões vernáculas.* Como ele foi (e ainda é) aclamado por muitos como um "defensor intransigente da língua", parece-me oportuno mostrar de que maneira ele exerceu essa sua defesa.

O verbete VERNÁCULO do citado *Dicionário* começa assim:

> Os delinqüentes da língua portuguesa fazem do princípio histórico "quem faz a língua é o povo" verdadeiro moto para justificar o desprezo de seu estudo, de sua gramática, de seu vocabulário, esquecidos de que a falta de escola é que ocasiona a transformação, a deterioração, o apodrecimento de uma língua. Cozinheiras, babás, engraxates, trombadinhas, vagabundos, criminosos é que devem figurar, segundo esses derrotistas, como verdadeiros mestres de nossa sintaxe e legítimos defensores do nosso vocabulário.

Basta esse parágrafo para demonstrar que, além do preconceito lingüístico, está aí manifestado um profundo preconceito social. Em outras passagens do livro, ele fala novamente de "língua de cozinheiras" e de "infelizes caipiras". **[pg. 79]**

Para Napoleão Mendes de Almeida, a literatura brasileira morreu em 1908, junto com Machado de Assis. Toda a vasta produção do Modernismo e dos períodos seguintes é merecedora de seu mais profundo desprezo:

> Escritor é o que tem forma e conteúdo; aquela terá quem conhecer o idioma; este, quem tiver erudição e, principalmente, cultura. Se somente a forma, temos o frívolo; se somente o conteúdo, temos o técnico; se as duas coisas, temos o escritor; se nenhuma delas, teremos o... modernista.

Recusa-se a escrever o nome de Carlos Drummond de Andrade, a quem nega o título de poeta e escritor por ter usado o verbo *ter* no lugar de *haver* no célebre poema "No meio do caminho", pecado suficiente para condená-lo ao inferno dos gramáticos!

As explicações de Napoleão se baseiam exclusivamente em comparações com o latim e o grego, e freqüentemente atribuem a origem dos supostos "erros" da sintaxe dos brasileiros à imitação servil do francês ou do inglês, desconsiderando sistematicamente todas as contribuições da ciência lingüística moderna. Aliás, no verbete LINGÜÍSTICA, ele deixa transparecer sua desinformação acerca do que realmente é essa ciência:

> A lingüística não estuda idioma nem gramática nenhuma, a lingüística estuda a fala, explica fatos naturais de articulação, de formas de expressão oral do ser humano; como estudo da estrutura das línguas em geral, não vai além da fonética. Enganam-se os pais, enganam-se os filhos quando pensam estar a escola, a faculdade ensinando gramática, ensinando a língua da terra porque no programa consta "lingüística". O objeto da lingüística **[pg. 80]** é a língua no sentido da fala, de dom de expressar o homem por palavras o pensamento; é um estudo sem utilidade específica para este ou aquele idioma. [...] É um dos grandes enganos de certas faculdades de letras fazer alunos acreditar que estão a aprender a língua de

> sua terra com explanações de estrutura da fala do homem. É a lingüística um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em escolas brasileiras.

Para ele, estudar lingüística é “fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantinices”. Fica evidente por essas palavras que o professor Napoleão jamais pôs os pés numa boa universidade depois que o ensino da lingüística foi instituído nos cursos de letras do Brasil. E que tampouco leu um único sequer dos muitíssimos livros intitulados *Introdução à lingüística* para saber qual é o verdadeiro objeto de estudo dessa ciência. Acreditar que a lingüística “não vai além da fonética” é de uma ingenuidade imperdoável em alguém que julgava ter autoridade suficiente para policiar a língua dos jornalistas e dos escritores, para decretar o que é “certo” e “errado” no português brasileiro, para afirmar, sem papas na língua, no verbete VERNÁCULO, que

> é português estropiado que no Brasil se fala, língua de gíria, língua sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do 'deixô vê', do 'mande ele', do 'já te disse que você', do não lhe conheço', do 'fiz ele estudar', do 'vi os meninos saírem'.

Esse seu total desconhecimento da lingüística é que lhe permite fazer conjecturas sem nenhum fundamento científico ou de qualquer outra natureza como: **[pg. 81]**

> A gramática, no que diz respeito à função da palavra, é internacional. O que é sujeito em português é sujeito em chinês; o que é objeto direto em nosso idioma é objeto direto em qualquer outro, e o mesmo se diga de todas as funções sintáticas e de todas as classes de palavras.

Essa gramática “internacional” é pura ficção, fruto da ignorância lingüística do autor. Para comprovar isso, e usando o

exemplo que ele mesmo sugeriu — o chinês — basta um breve exame da literatura científica especializada:

> [em chinês] não existe nenhuma morfologia de casos que assinale diferenças entre relações gramaticais como sujeito, objeto direto ou objeto indireto, nem existe qualquer "concordância" ou flexão verbal para indicar o que é sujeito e o que é objeto. No chinês, de fato, há poucas razões gramaticais para se postular relações gramaticais, embora haja, é claro, meios de distinguir quem fez o quê a quem, tal como existem em todas as línguas[2].

Além disso, o mesmo estudo diz que em chinês não há nada que se possa classificar de "adjetivos", desmentindo, portanto, o que Napoleão pensa acerca da "internacionalidade" das "classes de palavras".

No caso de Napoleão Mendes de Almeida, a carga de preconceito lingüístico já não é a "neblina espessa" a que me referi mais acima: é uma verdadeira parede de rocha impermeável e intransponível, que impede o acesso a **[pg. 82]** qualquer eventual utilidade que suas explicações possam ter. Seu *Dicionário de questões vernáculas,* da perspectiva da ética mais elementar, desrespeita os direitos lingüísticos dos cidadãos brasileiros.

3. *Um festival de asneiras*

Na mesma linha de conduta preconceituosa se encontra o livro *Não erre mais!,* de Luiz Antonio Sacconi. A edição que tenho é a 23ª, de 1998, o que mostra o amplo sucesso da obra, um verdadeiro *best-seller*. Trata-se, contudo, de um prato cheio (420 páginas!) para quem desejar ver, em letra impressa, a perpetuação de todos os preconceitos que examinamos na primeira parte deste livro.

---

[2] LI, Charles & THOMPSON, Sandra. "Chinese", in COMRIE, B. (ed.), *The World's Major Languages,* London, Routledge, 1987, pp. 824-825.Tradução minha.

Quais são os problemas de *Não erre mais!?*. Para começar, o livro não tem o mais remoto critério de organização: os supostos "erros" são encadeados caoticamente, um após o outro, sem nenhuma distribuição baseada em tipos de "erros" (ortográficos, fonéticos, sintáticos, morfológicos) nem na mais elementar ordem alfabética de assunto.

Em seguida, tenta ensinar coisas perfeitamente inúteis, como a pronúncia "correta" do nome inglês do modelo de um carro que, por sinal, já deixou de ser fabricado *(Monza Classic SE)* e também das siglas FNM e DKW (igualmente extintas), a grafia "correta" do apelido da apresentadora de televisão Xuxa (que, segundo ele, deveria se escrever *Chucha),* ou a conjugação do verbo *apropinquar-se,* que ninguém em sã consciência usa no Brasil, a menos que queira provocar risos ou passar por pedante... **[pg. 83]**

Além disso, corrige "erros" cometidos por uma única pessoa, em determinada ocasião, em determinado momento, que não têm, portanto, a freqüência de uma regra variável (o que os prescritivistas chamam de "erro comum"), mas lapsos cometidos por alguém, o que não justifica sua inclusão num livro desse tipo.

Mas o pior de tudo é a enxurrada de expressões preconceituosas que inundam o livro de ponta a ponta. Apesar de Sacconi atribuí-las à sua "índole espirituosa" e dizer que isso "nada tem que ver com desprezo ou menosprezo aos ignorantes", o uso mesmo do termo "ignorantes" já constitui um sinal desse "desprezo ou menosprezo". Porque, lendo o livro, o leitor descobre que todos os brasileiros, com exceção do autor, são "ignorantes" no que diz respeito à língua: a cada página surge uma invectiva contra uma entidade amorfa e indefinida chamada "povo", contra os jornalistas em bloco, contra os autores de dicionários, contra a Academia

Brasileira de Letras, contra escritores clássicos, contra outros gramáticos, contra especialistas nas mais diversas ciências e técnicas... Fica claro, então, que a "norma culta" é uma flor única, que só germina no jardim da casa dele. Afinal, se todos os mapas e livros de geografia trazem a forma *Antártida,* que autoridade tem Sacconi para dizer que isso é "lamentável" e que a forma "certa" é "Antártica"?

Vamos examinar apenas as primeiras cem páginas de *Não erre mais!* (ir além disso seria maltratar demais o estômago do leitor). Nelas aparecem doze palavras derivadas **[pg. 84]** de *asno* ("asinino","asneira","asnice") para se referir àqueles mesmos "ignorantes" mencionados no texto de abertura do livro. Sendo ao todo 420 páginas, podemos imaginar quantas mais não aparecerão! ("Língua de jacu" é outra das expressões favoritas dele.)

Sacconi se revela, desse modo, um discípulo fiel e imitador perfeito de Cândido de Figueiredo, que em O *que se não deve dizer* (de 1903!) declara:

> Em geral, os espíritos fortes... na asneira julgam microscópicas as questões de letras, e até as questões de palavras (vol. 1, p. 17).

Os jornalistas são o alvo preferido das tiradas preconceituosas do autor de *Não erre mais!:*

> [...] essa mesma imprensa, para não fugir à sua regra maior, que é ignorar a coerência, põe os pés pelas mãos (p. 30).

> Essa gente que escreve em jornais é uma gracinha! (p. 40).

> Alguns de nossos jornais e jornalistas se tornaram um problema a mais para todos os professores de Português. Até quando? (p. 45).

> [...] excrescências comuns na boca e na pena de certos jornalistas versados em esporte. (p. 52).

> Há jornalistas que, de fato, inventam *a toda a hora,* aprontam com *todo o mundo...* (p. 54).

> Os jornalistas usam: o aumento *do* funcionalismo, o aumento *da* gasolina, o aumento *da* carne. É o mais puro aumento da incompetência... (p. 68). **[pg. 85]**

> Os brasileiros, por exemplo, vivem *mal e parcamente* num país onde os jornalistas escrevem muito *mal e parcamente...* (p. 77).

> Pra quem não sabe, redação de jornal é um lugar *aonde* só *deveria ir* gente que conhecesse um pouquinho a língua. Só um pouquinho... (p. 78).

> Essa gente ainda vai um dia inventar uma nova língua, inteligível só para si mesmos (p. 82).

> Não vamos aumentar *o diapasão* de críticas que temos feito a alguns jornalistas... (p. 86).

> A qualidade de nossos jornais *piora* (É preciso acrescentar *ainda mais?)* (p. 94)

Não bastasse esse ataque aos jornalistas, Sacconi não hesita em ofender preconceituosamente outros segmentos sociais. Para ele, a regência *namorar com* é “coisa de italianos” (p. 7). Para ele, a forma *peãozada* só pode existir na fala, pois o “correto” na escrita é *peonada,* e aconselha os peões a “que tenham o bom-senso de trocar essa forma pela outra quando escrevem. Se é que escrevem...” (p. 8), mostrando que, na sua opinião, todo peão é necessariamente analfabeto. O mesmo acontece em relação aos “erros” supostamente cometidos por caminhoneiros: “Camioneiros, contudo, incansáveis trabalhadores, merecem todo o perdão deste mundo...” (p. 21).

Seu ideário político também fica manifesto em declarações do tipo:

> Hoje em dia existem pessoas que fazem curso superior em greves, formam-se no assunto e mostram-se tão competentes **[pg. 86]** no ofício, que decidem em nome de toda a classe que representam: pela *continuidade* da greve! (p. 10).

> Recentemente, todavia, um comentarista de futebol, membro do PT, corintiano, resolveu dizer, no ar, mais asneiras do que comumente diz sobre aquilo que diz entender: futebol (p. 13).

Há declarações preconceituosas para quase todos os segmentos da sociedade:

> Costumo dizer que algarismo romano é como vizinho: devemos evitá-lo tanto quanto possível (p. 65).

> Leu-se, porém, num jornal: "Martins é quase um *octogenário*". Certamente, quem escreveu isso estaria bem para lá disso... (p. 68).

> São os [dicionários] que já passam dos setecentos anos, senão a obra, o seu autor... (p. 68).

> Na Bahia, porém, na sempre formidável Bahia, as pessoas *se* acordam. O mais interessante é que *se* acordam e vão direto à praia... (p. 73).

Sacconi aceita a crença primitiva e ingênua de que a palavra e o objeto a que ela se refere são uma e a mesma coisa: se a forma da palavra está "errada", o objeto não existe. Falando do nome *Antártida* (p. 15) ele diz: "Eis aí uma região do globo que, em verdade, não existe". Ao comentar o deslize de um repórter de televisão que pronunciou "ibero" em lugar de "ibéro" ao referir-se a um festival de rock, Sacconi afirma: "Esse festival, garantimos, não existiu". E ao condenar o uso do artigo *a* diante do nome da cidade de Franca (conforme tradição **[pg. 87]** antiga entre os lá nascidos) na frase *Moro na Franca,* ele rebate: "Não mora".

Numa atitude totalmente oposta à de um cientista da linguagem — cuja tarefa principal seria a descrição dos fatos da língua — ou à de um professor — que se esforçaria em justificar, com explicações razoáveis, a preferência por esta ou aquela forma de uso da língua — ele, após decretar o que é "certo" ou "errado", reafirma nosso Mito n° 3:

> Não perca nenhum tempo em perguntar *por quê,* caro leitor: basta não esquecer que estamos estudando a língua *portuguesa.* Com certeza... (p. 14).

Ou seja, a língua portuguesa é "difícil" e cheia de "mistérios inexplicáveis", como reza a mitologia do preconceito lingüístico.

Do ponto de vista das concepções lingüísticas do autor, o livro também é um desastre. Condena usos que já estão há muito consagrados na norma culta real (e não na fictícia, que só ele conhece), abonados nos mais diversos dicionários e na obra de muitos escritores de reconhecido talento. Tenta impor formas arcaicas, que causariam estranheza a qualquer falante bem instruído, e abolir construções que são perfeitamente aceitáveis, resultantes das inevitáveis transformações por que a língua passa.

Sua desinformação acerca das noções básicas de lingüística, sobretudo de sociolingüística e de história da língua, levam-no a atribuir obsessivamente à "Bahia" e a uma suposta "influência africana" uma série de variantes do **[pg. 88]** português do Brasil que se encontram documentadas nas mais diversas regiões do país, inclusive naquelas em que a presença negra foi ou é mínima. O que ele diz a respeito das línguas indígenas carece igualmente de toda fundamentação científica:

> Alguns preferem usar *taio,* no lugar de *talho,* transformando o *lh* em *i,* fato comum em certas regiões do País, mormente naquelas que receberam influência do elemento africano (p. 32).

> Em algumas regiões do Brasil (na Bahia, principalmente), o *d* dos gerúndios não soa. Dizem, então: *correno, andano, caíno,* em vez de *correndo, andando, caindo.* Trata-se de um caso típico de influência africana, que a Bahia recebeu enormemente. Também ao elemento negro devemos o fato de pronunciarmos muitas vezes:
> a) os infinitivos sem o *r* final (casá, vendê, menti);
> b) apenas *é* o *el* tônico final (papé, ané, coroné);
> c) *tamém* (em vez de *também), fulô* (em vez *de flor), sinhô, sinhá* (em vez de *senhor, senhora) fedô* (em vez *de fedor),* etc.;
> d) *muié* (em vez de *mulher), paiaço* (em vez de *palhaço)* (p. 38).

> Ocorre que, nas regiões banhadas pelo legendário rio Tietê, utilizado pelos bandeirantes, as pessoas realmente trocam o *l* pelo *r (arto, iguar, tarco,* etc.), por influência da língua dos indígenas, que não conheciam o som *lê,* mas apenas o som *rê* brando, de *caro, barato.* Os bandeirantes, preocupados em se aproximar dos índios (e das suas riquezas), faziam o que podiam para serem compreensíveis, para serem amáveis, gentis. Assim, toda palavra que tinha *lê* sofria a natural modificação [...] Começou, então, dessa forma, o hábito de trocar o *l* por *r,* fenômeno conhecido pelo nome de *rotacismo,* muito comum **[pg. 89]** nas cidades paulistas de Tatuí, Piracicaba, Tietê, Laranjal, Porto Feliz, Itu, Salto, Capivari, etc. (p. 98).

A vocalização do fonema */λ/,* que representamos graficamente com o LH, é um fenômeno que se verificou na história do francês e que está amplamente representado em diferentes variedades do castelhano faladas na Espanha e em países da América Central e do Sul. Não me consta que essas línguas tenham recebido “influência negra” nem muito menos “baiana”. Além disso, esse fenômeno não acontece apenas em “certas regiões do País”: ele está presente em *todas* as variedades não-padrão do português brasileiro, do

Amazonas ao Rio Grande do Sul. Ele tem explicações fonéticas e sociolingüísticas muito mais complexas do que a mera "influência africana".

Quanto à assimilação do tipo *-nd-* > *-nn-* > *-n-,* sobretudo nos gerúndios, ela se verifica também no dialeto napolitano, falado numa região (o sul da Itália) onde, até que os historiadores me desmintam, não houve escravidão de negros africanos nem colonização baiana. Ela existe amplamente documentada, mais uma vez, em *todas* as variedades não-padrão do português brasileiro e até mesmo na fala descontraída de muitas pessoas das camadas urbanas cultas. Trata-se, novamente, de um fenômeno fonético muito natural, que um rápido exame da história da língua esclarece sem dificuldades.

Por seu turno, a explicação dada pelo autor ao fenômeno do *rotacismo* é um verdadeiro disparate científico. Primeiro, porque os bandeirantes simplesmente *não falavam* **[pg. 90]** *português:* a língua que a grande maioria deles empregava era o que então se chamava *língua geral, língua brasílica* ou *nheengatu,* uma língua de base tupi que funcionava como instrumento de comunicação entre as diferentes nações indígenas em todo o litoral brasileiro e parte do interior. No século XVII, em cada cinco habitantes da cidade de São Paulo, apenas dois conheciam o português. O bandeirante paulista convocado para destruir o quilombo de Palmares, Domingos Jorge Velho, foi descrito pelo bispo de Pernambuco como "um bárbaro que nem falar sabe", e as autoridades pernambucanas que o contrataram tinham de usar um intérprete para se comunicar com ele, que só falava a *língua geral.*

Como nos explicam os historiadores, os bandeirantes, em sua maioria, eram mamelucos, isto é, filhos de pai português e mãe

índia, desconheciam totalmente a língua paterna e só falavam a materna:

> Nos primeiros dois séculos após a chegada de Cabral, o que se falava por estas bandas era o tupi mesmo. O idioma dos colonizadores só conseguiu se impor no litoral no século XVII e, no interior, no XVIII. Em São Paulo, até o começo do século passado, era possível escutar alguns caipiras contando casos em língua indígena. No Pará, os caboclos conversavam em *nheengatu* até os anos 40. [...] Era o idioma do povo,enquanto o português ficava para os governantes e para os negócios com a metrópole.
>
> [...] Derivado do dialeto de São Vicente, o tupi de São Paulo se desenvolveu e se espalhou no século XVIII, graças ao isolamento geográfico da cidade e à atividade pouco cristã dos **[pg. 91]** mamelucos paulistas: as bandeiras, expedições ao sertão em busca de escravos índios.[3]

Por isso, os bandeirantes não precisavam fazer "o que podiam para serem compreensíveis, para serem amáveis, gentis". Muito pelo contrário, o que a história nos conta é que os bandeirantes eram de uma crueldade desumana para com os índios, a quem buscavam escravizar a toda força, despojando-os de suas terras, de suas riquezas e, muitas vezes, de suas vidas. Conta-se de uma expedição bandeirante que capturou, no sertão, 500 índios para escravizá-los, mas que desses só 50 chegaram a São Paulo, por causa dos esforços dos bandeirantes "para serem amáveis, gentis".

Segundo, o *rotacismo* que se verifica em *alto* > *arto* também aconteceu na língua portuguesa padrão, em seu período de formação. Assim, do árabe AL-MAKHAZAN deriva o português *armazém*. O que acontece, de fato, é que as consoantes /l/ e /r/ são,

---

[3] *Superinteressante*, dezembro de 1998, pp. 82 e 84. Essa matéria da revista, muito bem elaborada, apóia-se em depoimentos de alguns importantes conhecedores das línguas indígenas brasileiras, inclusive aquele considerado o maior deles, o professor Aryon Rodrigues, da Universidade de Brasília.

do ponto de vista articulatório, parentas muito próximas, o que faz com que, na história de muitas línguas (e não só do português das "regiões banhadas pelo legendário rio Tietê") elas se substituam uma à outra indiferentemente. São as chamadas *consoantes líquidas,* que também têm muito parentesco com as vogais (o que faz também com que, em algumas variedades, **[pg. 92]** sejam substituídas por vogais, como é o caso do L. de final de sílaba que em quase todo o Brasil é pronunciado como um /w/).

Assim, o nome próprio *Guilherme* nos veio de um germânico WILHELM, enquanto nosso *Geraldo* veio do também germânico GEHRHARDT. Na língua culta coexistem as formas *aluguel* e *aluguer,* e nosso *papel* se originou do provençal *papér* (e este do grego *papyros).* No português medieval ao lado de *flor* havia a forma *frol,* cujo plural, *fróes,* sobreviveu como nome de família. A cidade do norte da África que em francês se chama *Alger* (do árabe *al-jazird)* em português é *Argel,* donde o nome do país, *Argélia* (em francês, *Algérie).* E a nossa palavra *porão* deriva do latim *planu-:* deve ter ocorrido primeiro o rotacism *pl-* > *pr-* e depois a quebra do grupo consonantal com a introdução de uma vogai o, exatamente como acontece na forma dialetal brasileira *fulô*. E tudo isso uns bons séculos antes da descoberta da Bahia!

A troca de /r/ por /l/ se chama *lambdacismo.* Ela ocorre, no português não-padrão, em variantes como *calvão, celveja, galfo.* O que as pesquisas dos sociolingüistas e dos foneticistas nos explicam é que tanto o *rotacismo* quanto o *lambdacismo* ocorrem em ambientes fonéticos específicos, isto é, diante de determinadas consoantes (quem diz *calvão,* por exemplo, não diz *calta,* mas sim *carta)* ou de acordo com a posição do fonema na palavra.

A vocalização do /λ/, a assimilação *-nd- > -nn- > -n-* e o rotacismo são fenômenos que caracterizam as variedades **[pg. 93]** não-padrão (sobretudo rurais) do português do Brasil e que, por isso, recebem uma forte carga de estigmatização, isto é, sofrem um grande preconceito por parte dos falantes das variedades urbanas. Tentei explicá-los cientificamente e (espero) sem preconceitos no meu livro *A língua de Eulália.*

Como é fácil concluir, o livro *Não erre mais!* está repleto de erros — erros de descrição dos fenômenos lingüísticos e, sobretudo, erros de conduta: preconceituosa e nada ética. Podemos dizer, portanto, usando as palavras do próprio Sacconi (p. 63), que se trata de "um verdadeiro festival de asneiras".

4. Beethoven não é dançado!

Nossa última investigação da presença "epidêmica" (para usar de novo o termo proposto por Arnaldo Niskier) do preconceito lingüístico nos *comandos paragramaticais* usará como material de análise uma coluna de jornal chamada "Dicas de Português", assinada por Dad Squarisi.

Vamos reproduzir o texto tal como publicado no *Diário de Pernambuco* de 15/11/98. Essa mesma coluna, porém, já tinha sido estampada no *Correio Braziliense* algum tempo antes (22/6/96), época em que o presidente Fernando Henrique Cardoso, numa visita a Portugal, acusou os brasileiros de serem todos "caipiras", declaração infelicíssima e desastrosa ("caipira" não pode ser usado como ofensa), com a qual, todavia, Squarisi parece concordar plenamente, já que qualifica o presidente de "iluminado". **[pg. 94]**

A republicação da coluna mais de dois anos depois prova que se trata de material distribuído por agência de notícias, com

possibilidade de já ter sido ou de ainda vir a ser publicado em outros jornais — uma perspectiva que, confesso, me dá arrepios. Por quê? Leia você mesmo e descubra:

Português ou Caipirês?

Dad Squarisi

Fiat lux. E a luz se fez. Clareou este mundão cheinho de jecas-tatus. À direita, à esquerda, à frente, atrás, só se vê uma paisagem. Caipiras, caipiras e mais caipiras. Alguns deslumbrados, outros desconfiados. Um — só um — iluminado. Pobre peixinho fora d'água! Tão longe da Europa, mas tão perto de paulistas, cariocas, baianos e maranhenses.

Antes tarde do que nunca. A definição do caráter tupiniquim lançou luz sobre um quebra-cabeça que atormenta este país capiau desde o século passado. Que língua falamos? A resposta veio das terras lusitanas.

Falamos o caipirês. Sem nenhum compromisso com a gramática portuguesa. Vale tudo: eu era, tu era, nós era, eles era. Por isso não fazemos concordância em frases como "Não se ataca as causas" ou "Vende-se carros".

Na língua de Camões, o verbo está enquadrado na lei da concordância. Sujeito no plural? O verbo vai atrás. Sem choro nem vela. Os sujeitos causas e carros estão no plural. O verbo, vaquinha de presépio, deveria acompanhá-los. Mas se faz de morto. O matuto, ingênuo, passa batido. Sabe por quê?

O sujeito pode ser ativo ou passivo. Ativo, pratica a ação expressa pelo verbo: Os caipiras (sujeito) desconhecem (ação) **[pg. 95]** o outro lado. Passivo, sofre a ação: O outro lado (sujeito) é

desconhecido (ação) pelos caipiras. Reparou? O sujeito — o outro lado — não pratica a ação.

Há duas formas de construir a voz passiva:

a. com o verbo ser (passiva analítica): A cultura caipira é estudada por ensaístas. Os carros são vendidos pela concessionária.

b. com o pronome se (passiva sintética): estuda-se a cultura caipira. Vendem-se carros. No caso, não aparece o agente. Mas o sujeito está lá. Passivo, mas firme.

Dica: use o truque dos tabaréus cuidadosos: troque a passiva sintética pela analítica. E faça a concordância com o sujeito. Vende-se casas ou vendem-se casas? Casas são vendidas (logo: Vendem-se casas). Não se ataca ou não se atacam as causas? As causas não são atacadas (não se atacam as causas). Fez-se ou fizeram-se a luz? A luz foi feita (fez-se a luz). Firmou-se ou firmaram-se acordos? Acordos foram firmados (firmaram-se acordos).

Na dúvida, não bobeie. Recorra ao truque. Só assim você chega lá e ganha o passaporte para o mundo. Adeus, Caipirolândia.

O que mais me impressionou nesse texto foi seu poder de síntese: em poucos parágrafos, a autora conseguiu reunir praticamente todos os chavões rançosos que compõem o preconceito lingüístico. Os preconceitos sociais e étnicos também foram contemplados.

O preconceito se manifesta já no título: “Português ou caipirês?” A partir daí, como milho de pipoca em óleo quente, pululam as palavras de conteúdo semântico fortemente preconceituoso: “mundão”, “jecas-tatus”, “caipiras, caipiras e mais caipiras”, “deslumbrados”, “tupiniquim”, **[pg. 96]** “capiau”,

“caipirês”, “matuto”, “tabaréus”, “Caipirolândia”. É ou não é um poderoso trabalho de síntese? Dispensa comentários.

Isso quanto à forma. Quanto ao conteúdo gramatical abordado pela autora, encontramos, mais uma vez, a atitude preconceituosa da pessoa que, conhecendo *uma única variedade da língua,* se arroga o direito de ofender, desprezar e ridicularizar os falantes das outras dezenas (senão centenas) de variedades. Mas já sabemos que o preconceito é fruto da ignorância, e o que Squarisi faz questão de afirmar em seu texto é seu absoluto desconhecimento da complexidade dos fenômenos lingüísticos. Temerosa de se aventurar na corrente vertiginosa do rio que é a língua, ela prefere continuar presa à água estagnada e malcheirosa de seu igapó...

A questão da partícula *se* em enunciados do tipo *Vende-se casas* vem sendo investigada há muito tempo nos estudos gramaticais e lingüísticos brasileiros. O que todos os estudiosos concluem é que, na língua falada no Brasil, no *português brasileiro,* ocorreu uma *reanálise sintática* nesse tipo de enunciado, isto é, o falante brasileiro não considera mais esses enunciados como *orações passivas sintéticas.*

O que a gramática normativa insiste em classificar como *sujeito* a gramática intuitiva do brasileiro interpreta como *objeto direto.* Respeitados filólogos e lingüistas da primeira metade do século XX, como Manuel Said Ali, Antenor Nascentes e Joaquim Mattoso Camara Jr., reconheceram o fenômeno. Muitas pesquisas científicas, baseadas **[pg. 97]** em coleta de dados da língua real, em levantamentos estatísticos rigorosos e em teorias lingüísticas consistentes, mostram que a imensa maioria dos brasileiros — de todas as classes sociais, cultos ou não, na língua falada e na língua escrita — usam *verbos no singular* nos enunciados em que aparece o

se com um verbo transitivo e um substantivo no plural: *Vende-se casas, Aluga-se salas, Joga-se búzios, Avia-se receitas...*

Mas não é porque somos “caipiras”, “jecas-tatus”, “matutos” ou “tabaréus”. É porque a língua *muda* com o tempo, segue seu curso, transforma-se. Afinal, se não fosse desse modo, ainda estaríamos falando latim... Na verdade, falamos latim, um latim que sofreu tantas transformações que deixou de ser *latim* e passou a ser *português.* Da mesma forma, o português do Brasil — queiram os gramáticos ou não — também está se transformando, e um dia, daqui a alguns séculos, será uma língua diferente da falada em Portugal — *mais* diferente do que já é...

Em meu livro *A língua de Eulália,* tratei com bastante detalhe das questões relativas às assim chamadas *orações passivas sintéticas* (que na minha opinião e na de muitos lingüistas simplesmente não existem). Me ocuparei aqui apenas do esfarrapado “truque”, com o qual a autora da coluna “Português ou caipirês?” acredita, ingenuamente, resolver todos os problemas da fala dos “caipiras, caipiras e mais caipiras”.

Falar é construir um texto, num dado momento, num determinado lugar, dentro de um contexto de fala definido, visando um determinado efeito. Quando o falante usa **[pg. 98]** uma frase com a partícula se, ele quer se valer dos recursos que esse tipo de construção sintática lhe oferece para chegar ao efeito que visa provocar naquele determinado contexto. Trocar essa frase por outra é trocar, também, ao mesmo tempo, o efeito visado.

Há situações em que só as orações com *se* funcionam. Imagine um carro em cujo vidro traseiro lemos um cartaz escrito: *Vende-se.* Se fôssemos aplicar o “truque” sugerido pelas gramáticas normativas teríamos: *É vendido.* Que efeito pode ter uma frase

assim, afixada num carro? Como disse Manuel Said Ali, ela só servirá para fazer o leitor duvidar da sanidade mental de quem a escreveu.

Em outras ocasiões, apenas as orações na voz passiva atingem o efeito desejado: *Animais mortos foram trazidos com a enchente.* Aplicando o "truque": *Animais mortos se trouxeram com a enchente*... Alguém diz isso assim?

Podemos também perguntar por que *Vende-se esta casa* é "igual" a *Esta casa é vendida* e somente a isso? Por que não dizer que também é igual a *Estão vendendo esta casa, Alguém está vendendo esta casa* etc.?

Além disso, a "substituição" é de mão única: *Alugam-se salas* é "igual" a *Salas são alugadas,* mas a substituição no sentido contrário não funciona: *De que <u>são feitos </u>esses doces?* pode ser substituído por *De que <u>se fazem </u>esses doces?* ou por *De que esses doces <u>se fazem</u>?* — serão essas construções naturais, espontâneas, características da língua portuguesa? Me parece que não. **[pg. 99]**

Se na capa de uma revista sobre telenovelas está escrito *Henrique <u>é preso</u>* isso "equivale" a *Henrique se <u>prende</u>?*

Uma reportagem intitulada *O que fazer quando <u>se tem</u> problemas com o vizinho* também poderia chamar-se *O que fazer quando <u>são tidos</u> problemas com o vizinho?*

Onde está, portanto, a alegada "equivalência"?

Um dia desses, meu filho de 9 anos chegou em casa revoltado porque a professora queria que, numa festa da escola, as meninas dançassem uma música de Beethoven. Sua reação foi dizer: *Não se dança Beethoven!* Na mesma hora pensei em como ficaria essa frase "substituída" por sua "equivalente" na voz passiva "analítica": *Beethoven não é dançado!* Faz algum sentido para você? Para mim

também não, mas talvez nós sejamos demasiado “capiaus” para atingir o nível de “iluminação” a que só a professora Squarisi e o presidente Fernando Henrique Cardoso têm acesso.

O “truque” também falha porque, na obtenção do efeito desejado, a *colocação dos termos na oração* é importantíssima:

(1) Com este método, mistura-se a água com a areia.

(2) Com este método, a água mistura-se com a areia.

Está claro que em (1) temos uma oração na voz ativa em que o sujeito é indeterminado e o objeto de MISTURA--SE é ÁGUA. Já em (2) o sujeito passa a ser ÁGUA e a partícula *se* indica que se trata de um verbo *reflexivo.* **[pg. 100]**

A posição dos elementos no enunciado, quando alterada, altera também a interpretação de seu significado, desviando-se do efeito pretendido pelo falante. É o que acontece com

(3) Não se encontra João no prédio.

(4) João não se encontra no prédio.

Em (3) JOÃO é o *objeto* do verbo ENCONTRA, ao passo que em (4) JOÃO é o *sujeito.*

Compare-se ainda esses três enunciados:

(5) Muita gente demitiu-se da Ford.

(6) Demitiu-se muita gente da Ford.

(7) Muita gente foi demitida da Ford.

Em (5) está claro que a demissão foi voluntária porque o *sujeito* evidente da oração é MUITA GENTE. Em (6) o *sujeito é indeterminado,* e essa indeterminação está indicada pela partícula *se,* sendo MUITA GENTE O *objeto* da demissão. As orações (5) e (6) podem ser perfeitamente classificadas de *ativas.* Já em (7) temos,

sim, uma verdadeira *oração na voz passiva* em que o *sujeito,* MUITA GENTE, sofre a ação praticada: *demitir.* Se no lugar de MUITA GENTE tivéssemos MUITOS OPERÁRIOS e quiséssemos fazer a mesma análise, obteríamos:

(8) Muitos operários demitiram-se da Ford.

(9) Demitiu-se muitos operários da Ford.

(10) Muitos operários foram demitidos da Ford.

A frase (9) não teria o mesmo efeito se o verbo estivesse no plural: *Demitiram-se muitos operários da Ford* **[pg. 101]** seria simplesmente a mesma frase (8) com o *sujeito* colocado depois do verbo, ao contrário da ordem natural do português, que é a do sujeito *antes* do verbo. Se a intenção do falante é dizer que muitos operários perderam, a contragosto, seus empregos, o verbo *tem de ser conjugado no singular* porque os operários, neste caso, são o *objeto* da demissão, *sofreram* com essa ação, não a praticaram.

Minhas explicações levam em conta, como é fácil perceber, três critérios de análise dos enunciados lingüísticos:

1) o *sintático* — a colocação dos termos na oração;
2) o *semântico* — o significado que cada tipo de enunciado assume segundo a posição ocupada pelos termos na oração;
3) o *pragmático* — o efeito visado pelo falante ao escolher enunciar uma oração na *voz ativa, passiva ou reflexiva.*

A análise de Dad Squarisi é bem mais pobre, pois só leva em conta o critério *sintático,* reduzindo-o a um jogo de supostas equivalências. É a atitude comum do gramático tradicionalista, que encara a língua como um objeto descontextualizado, inerte, congelado, morto, fora do tempo, fora do espaço, independente das pessoas que a falam. Para ela e para outros membros dos *comandos*

para-gramaticais, defensores intransigentes da “norma oculta”, não há diferença nenhuma entre *Não se dança Beethoven* e *Beethoven não é dançado,* diferença que uma criança de 9 anos — conhecedora, como todas as crianças de sua idade, das regras constitutivas de sua língua materna — **[pg. 102]** soube reconhecer intuitivamente no momento de enunciar sua reação, alcançando em cheio o efeito desejado.

A autora da coluna diz que não temos “nenhum compromisso com a gramática portuguesa”. Talvez ela não saiba — e se soubesse decerto ficaria muito triste —, mas nem mesmo os portugueses têm esse compromisso. Lendo anúncios publicados no jornal lisboeta *Diário de Notícias* de 22/07/97, a lingüista Maria Marta Scherre[4] verificou que ali havia alternância entre verbos no plural e no singular, embora todos os substantivos estivessem no plural:

Vendem-se lotes de prédios c/ licenças a pagamento
Vende-se magníficas instalações loja com armazém
Vendem-se andares novos
Vende-se lotes de terreno
Vende-se andares no lumiar
Aluga-se escritórios Laranjeiras
Compra-se dois espaços de garagem
Procura-se áreas até 150 m^2

Teremos de incluir Portugal entre as províncias da “Caipirolândia”?

Por fim, Dad Squarisi apóia-se no nome glorioso de Camões (e é glorioso mesmo!) para justificar seus ataques **[pg. 103]** grosseiros

---

[4] A professora Scherre analisou detalhadamente o preconceito contido nessa e em outras colunas assinadas por Dad Squarisi no texto “Preconceito lingüístico: *doa-se lindos filhotes de poodle”,* a ser publicado brevemente em obra coletiva organizada pelo professor Dermeval da Hora, da Universidade Federal da Paraíba. Agradeço a ela a gentileza de ter-me possibilitado ler seu excelente ensaio antes de entregá-lo à publicação.

contra quem não se "enquadra" na "lei da concordância". Ora, n'*Os Lusíadas encontra-se os* seguintes versos:

> E como por toda África se soa, / lhe diz, os grandes feitos que fizeram (canto II, 103).

Seria o caso de incluir Camões entre os "jecas-tatus"? Afinal, pelas regras sintáticas da língua da professora Squarisi, os GRANDES FEITOS é o "sujeito" de SE SOA, e por isso o verbo deveria estar *no* plural... Só que não está.

Parece incrível que, depois de tanto tempo em vigor na língua falada no Brasil, esta regra de uso do pronome SE ainda seja rejeitada pelos gramáticos prescritivistas. Eles continuam agindo como o professor Aldrovando Cantagalo, do conto "O colocador de pronomes" de Monteiro Lobato, publicado em 1924. Ao ver uma placa com os dizeres "Ferra-se cavalos", o histérico gramático tentou explicar ao ferreiro que o verbo deveria estar no plural porque o "sujeito" da frase era "cavalos". E foi obrigado a receber esta aula perfeita de sintaxe brasileira:

> — V. Sa. me perdoe, mas o sujeito que ferra os cavalos sou eu, e eu não sou plural. Aquele SE da tabuleta refere-se cá a este seu criado.

Alguém já viu um cavalo pôr ferradura em si mesmo? Talvez o professor Aldrovando Cantagalo em seus delírios normativistas, que ainda acometem muita gente hoje em dia! **[pg. 104]**

III

A desconstrução do preconceito lingüístico

1. *Reconhecimento da crise*

De que modo poderemos romper o círculo vicioso do preconceito lingüístico? Como conseguiremos escapar do igapó estagnado e mergulhar nas águas dinâmicas e vivificantes do grande rio da língua?

Uma coisa não podemos deixar de reconhecer: existe atualmente uma crise no ensino da língua portuguesa. Muitos professores, alertados em debates e conferências ou pela leitura de bons textos científicos, já não recorrem tão exclusivamente à gramática normativa como única fonte de explicação para os fenômenos lingüísticos. Por outro lado, sentem falta de outros instrumentos didáticos que possam, senão substituir, ao menos complementar criticamente os compêndios gramaticais tradicionais. Muita gente acredita e defende que é a *norma culta* que deve constituir o objeto de ensino/aprendizagem em sala de aula. Mas o que é e onde está essa *norma culta?*

Não é difícil perceber que a norma culta — por diversas razões de ordem política, econômica, social, cultural — é algo reservado a poucas pessoas no Brasil. Vimos isso no Mito n° 1 e no nº 8. É o mesmo que acontece com a alimentação, **[pg. 105]** a saúde, a educação, a habitação, o transporte, o acesso às novas tecnologias etc. Uns poucos privilegiados se locomovem em carros importados,

enquanto a grande maioria usa um transporte público deficiente, precário e, se não bastasse, caro demais — conheço pessoas humildes que vão a pé para o trabalho, despertando no meio da madrugada e caminhando durante horas da periferia até os bairros centrais, porque seu salário não lhes permite tomar ônibus, trem nem metrô.

Podemos identificar três problemas básicos a esse respeito.

Primeiro, e mais óbvio, a quantidade injustificável de analfabetos que existe neste país. Estatísticas oficiais, do IBGE, falam de 18 a 20 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade — duas vezes a população de Portugal! Some-se a isso os milhões de crianças em idade escolar que não freqüentam nenhuma escola. Temos também um alto índice de *analfabetos funcionais,* isto é, pessoas que freqüentaram a escola por um período insuficiente para desenvolver plenamente as habilidades de leitura e redação. A média nacional de educação da força de trabalho é de 3,9 anos de escola: seriam, no total, 45 milhões de analfabetos funcionais ou semi-analfabetos. Analfabetos plenos e analfabetos funcionais seriam, ao todo, mais de 60 milhões de brasileiros: duas vezes a população da Argentina!

Numa lista de 175 países elaborada pela ONU, o Brasil ocupa o 93° lugar em índice de escolarização, ficando atrás até mesmo de países como a Etiópia e a Índia, exemplos clássicos de subdesenvolvimento crônico. Só que o Brasil **[pg. 106]** é uma das dez maiores economias do planeta! Ocupamos também o 80° lugar em investimentos na educação. E ninguém pode alegar que isso se deve ao tamanho do país ou da população: a China, bem maior que o Brasil e com uma população de 1,2 bilhão de habitantes, tem 6 % de analfabetos, enquanto o Brasil tem 18,4 %, segundo o Banco

Mundial. E na China esses analfabetos vivem em áreas muito remotas, nas montanhas ou nos desertos, enquanto os nossos estão na periferia das grandes cidades e até mesmo trabalhando dentro de nossas casas. Tudo isso num país cuja Constituição diz que a educação é "dever do Estado".

A norma culta, como vimos, está tradicionalmente muito vinculada à norma literária, à língua escrita. Com tantos analfabetos, lamentar a "decadência" ou a "corrupção" da norma culta no Brasil é, no mínimo, uma atitude cínica.

Segundo, por razões históricas e culturais, a maioria das pessoas plenamente alfabetizadas não cultivam nem desenvolvem suas habilidades lingüísticas no nível da norma culta. Ler e, sobretudo, escrever não fazem parte da cultura das nossas classes sociais alfabetizadas. Isso se prende aos velhos preconceitos de que "brasileiro não sabe português" e de que "português é difícil", veiculados pelas práticas tradicionais de ensino. Esse ensino tradicional, como eu já disse, em vez de incentivar o uso das habilidades lingüísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva), cuja conseqüência **[pg. 107]** inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência.

Em minha experiência de tradutor profissional, já me deparei algumas vezes com situações que poderíamos classificar de surrealistas. Pessoas que fizeram doutorado no exterior me procuram para que eu traduza para o português teses escritas originalmente em inglês ou francês. Quando pergunto à pessoa por que ela mesma não faz a tradução, a resposta que eu recebo é

chocante: "É porque eu não sei português". Como é possível? Uma pessoa que escreveu uma tese de 500 ou 600 páginas num idioma estrangeiro, e que obteve assim o seu grau de doutor, de Ph.D., em sua especialidade científica, tem receios de escrever em sua própria língua materna? Existe algum problema aí, e eu não posso aceitar a explicação dada por tantos professores de que os alunos é que são preguiçosos e não conseguem aprender, ou, pior ainda, que "português é muito difícil". O problema certamente está no *modo* como se ensina português e *naquilo* que é ensinado sob o rótulo de *língua portuguesa.*

Terceiro, o dilema relativo à *norma culta* se prende ao fato de que esse termo é usado pela tradição gramatical conservadora para designar uma modalidade de língua que, como já vimos na primeira parte deste livro, não corresponde à língua efetivamente usada pelas pessoas cultas do Brasil nos dias de hoje, mas sim a um *ideal* lingüístico inspirado no português de Portugal, nas opções estilísticas dos grandes escritores do passado, nas regras sintáticas que mais se aproximem dos modelos da gramática latina, ou simplesmente no gosto pessoal do gramático **[pg. 108]** — para Napoleão Mendes de Almeida, por exemplo, o "certo" é dizer *eu odio* e não EU ODEIO...[1]

Dentro desse conceito de "norma culta", a proibição de começar um período com pronome oblíquo *(Me empreste seu livro)* é justificada com a afirmação de que em Portugal (!) ninguém fala assim. De igual modo, a recusa dos gramáticos conservadores em aceitar que em frases como *Vende-se casas* o pronome *se*

---

[1] Outros termos empregados indistintamente pelos prescritivistas são: *norma padrão, língua padrão, língua culta, padrão culto.* Todos eles, porém, carecem de uma definição teórica rigorosa, sendo usados basicamente como um sinônimo geral de "bom português", em contraste com tudo o que "não é português".

desempenha uma função semelhante à de *sujeito* se baseia no fato de que, em latim (!!), o pronome *se* nunca exercia essa função. Dizer ou escrever *eu prefiro mais X do que Y é* um “pecado”, na opinião deles, porque o prefixo *prae-* em latim (!!!) funcionava para formar superlativos analíticos, contendo em si mesmo a idéia de “muito” ou “mais do que”... Além disso, é “errado” dizer *outra alternativa* porque *alter* em latim (!!!!) já significava “outro”. Mas desde quando nós falamos latim no Brasil?

A distância entre norma culta *real* e norma culta *ideal* pode ser medida em afirmações como esta, de Rocha Lima, em sua *Gramática normativa da língua portuguesa* (p. 15):

> Em extensas faixas do Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, a consoante /l/, quando em final de sílaba, apresenta uma pronúncia “relaxada”, que a aproxima da semivogal /w/. Este **[pg. 109]** fato faz que desapareçam oposições como as de *mal* e *mau, alto* e *auto, servil e serviu* — **oposições que** a **língua culta procura cuidadosamente observar** [grifo meu].

Basta ouvir os locutores de rádio, os apresentadores de telejornal e os professores universitários — três profissões que exigem educação de nível superior e, portanto, domínio da norma culta — para verificar que a afirmação de Rocha Lima não se baseia na realidade empiricamente analisável. É provável que nenhum falante da língua culta se preocupe, hoje em dia, em fazer a distinção entre as palavras por ele citadas. No acervo de gravações da língua urbana culta coletado pelo Projeto NURC, a que já me referi no Mito n° 5, não se percebe essa suposta “preocupação” em distinguir as duas pronúncias. A pronúncia do L *como /l/* e não como */w/* só se verifica na fala de pessoas bastante idosas ou de

falantes de variedades bem específicas de português, como a gaúcha (e, mesmo assim, não de modo geral).

Essa mesma idealização da *norma culta* como um padrão lingüístico 100% "puro" — *como* uma pedra preciosa sem nenhuma jaça, como uma pepita de ouro livre de toda ganga — se verifica, por exemplo, num texto publicado por Pasquale Cipro Neto em sua página na revista *Cult* (n° 11, junho de 1998, p. 44). Para ele, os usos não-normativos de *onde* constituem uma "praga". E o uso feito por Chico Buarque, numa canção, de *onde* no lugar de *quando* indica que o poeta-compositor "caiu na esparrela".

Lemos no texto de Cipro que "a diferença entre *onde* e *aonde* também deixa muita gente de cabelo em pé". **[pg. 110]** Depois de explicar o uso "correto" de cada uma das duas formas, ele diz que "mesmo em escritores renomados se vê o emprego de *onde* e *aonde* sem critério", e cita o exemplo do poema "A onda" de Manuel Bandeira, que escreveu: "Aonde anda a onda". E chama a atenção para o fato de que "em termos de língua culta, para cada 99 ocorrências corretas de *onde,* há uma de *aonde".* Diante dessa estatística (que ele cita sem indicar a fonte de seus dados nem a metodologia empregada para coletá-los), a lógica nos leva a concluir que o problema então não está na falta de "critério" dos falantes da norma culta, mas sim na concepção que o autor do texto tem de "língua culta". Afinal, se Chico Buarque, Manuel Bandeira e Machado de Assis (que no poema "Niâni", parte III, estrofe 2, escreveu:"Mas *aonde* te vais agora, / *Onde* vais, esposo meu?") não servem como exemplos de usuários da "língua culta", quem servirá?

Em seu livro *Com todas as letras* (que tem o sugestivo subtítulo de "o português simplificado", que nos remete logo ao Mito 3), o jornalista Eduardo Martins tenta ensinar o uso "correto" do verbo

pedir. Depois de ler as explicações dadas ali, na página 16, passei a aplicar um teste para controlar se o que ele chama de "norma culta" realmente merece esse nome. Assim, toda vez que vou dar uma palestra em congressos e seminários ou conversar com professores de português, escrevo o seguinte enunciado na lousa e pergunto o que há de errado com ele:

> João está doente, por isso me pediu para vir aqui no lugar dele. **[pg. 111]**

Deixo que as pessoas reflitam e dêem suas opiniões. Cada uma arrisca uma hipótese, mas ninguém detecta o "erro" denunciado por Martins em seu livro. E você, já descobriu qual é? Pois saiba, caro leitor, cara leitora, que a construção *pedir para* "só pode ser empregada quando o sentido é o de pedir permissão, licença ou autorização". Segundo o autor de *Com todas as letras,* se a idéia de permissão ou licença não estiver implícita ou subentendida, o "certo" é usar *pedir que* + *subjuntivo: "João* está doente, por isso *me pediu que viesse* aqui no lugar dele". E ele abre suas explicações afirmando:

> A locução *pedir para é* um dos melhores exemplos do abismo existente entre a linguagem coloquial e a norma culta do idioma.

E eu me vejo obrigado a reagir dizendo: "Nada disso, senhor jornalista! "A locução *pedir para* é um exemplo do abismo que existe, sim, mas entre a *verdadeira norma culta* usada pelas pessoas cultas do Brasil e aquilo que ele e outros não-especialistas em lingüística, que se baseiam exclusivamente na norma gramatical mais conservadora e prescritiva, chamam de "norma culta". O que Martins rotula de "linguagem coloquial" (termo, aliás, que quase sempre é empregado com sentido pejorativo) é, na

verdade, uma manifestação da norma culta objetiva, real, empiricamente coletável e analisável. E a prova maior disso é que os falantes cultos (professores de português!) a quem ofereço *meu* "teste" reconhecem tranqüilamente a gramaticalidade, a aceitabilidade de construções como a do enunciado que escrevo na lousa. Como é possível, **[pg. 112]** então, falar de "erro" se a construção não causa estranheza a falantes cultos e é perfeitamente assimilada do ponto de vista semântico e pragmático, se não há nenhuma ambigüidade em sua interpretação (que é o argumento quase sempre apresentado pelos prescritivistas, que normalmente analisam a língua sem levar em conta o contexto da enunciação)?

De onde vem esse abismo entre o conceito sociolingüístico de *norma culta* e a noção vaga (e preconceituosa) de "língua culta" exibida pelos *comandos paragramaticais?* Como tantos especialistas de verdade vêm insistindo em mostrar, esse abismo nasce da recusa dos defensores da gramática tradicional de acompanhar os avanços da ciência da linguagem. Consultando, por exemplo, a bibliografia do livro *Com todas as letras,* de Eduardo Martins, lançado no início de 1999, verifica-se que dos 26 títulos consultados por ele nenhum é de obra científica especializada: 10 são *comandos paragramaticais* em forma de livros que listam não-sei-quantos-mil "erros de português" (entre os quais o *Manual de Redação e Estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo,* de autoria do mesmo Martins); 11 são dicionários de língua e/ou de regências verbais e nominais (obras escritas à moda antiga e não segundo os critérios da lexicografia contemporânea), e 5 são gramáticas normativas. Como todo *comando para-gramatical* digno do nome, este também se caracteriza por sua inflexível *endogamia:* para conservar a "pureza"

de sua língua, só aceita manter relações com indivíduos de sua própria casta. **[pg. 113]**

Como reconhece o próprio Ministério da Educação, no documento já citado,

> não se pode mais insistir na idéia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade lingüística de prestígio (p. 31).

Para separar o *ideal* do *real,* como eu já disse, é necessário empreender a *identificação e a descrição da verdadeira língua falada e escrita pelas classes cultas do Brasil.* É uma tarefa que tem de ser feita, e que está sendo feita. Infelizmente, os resultados já obtidos na execução dessa tarefa são de acesso difícil à maioria das pessoas porque se encontram expostos em livros e teses escritos em linguagem extremamente técnica — como de fato exige o rigor científico —, e recorrem, em suas análises e interpretações, a diferentes modelos teóricos, todos eles muito sofisticados e de difícil compreensão para o leitor comum não familiarizado *com* eles.

É preciso escrever uma *gramática da norma culta brasileira* em termos simples (mas não simplistas), claros e precisos, com um objetivo declaradamente didático--pedagógico, que sirva de ferramenta útil e prática para professores, alunos e falantes em geral. Sem essa gramática que nos descreva e explique a língua *efetivamente* falada pelas classes cultas, continuaremos à mercê das gramáticas normativas tradicionais, que chamam erradamente de *norma culta* uma modalidade de língua que não é *culta,* mas sim *cultuada:* não a norma culta como ela *é,* mas a norma **[pg. 114]** culta como *deveria ser,* segundo as concepções antiquadas dos perpetuadores do círculo vicioso do preconceito lingüístico.

2. Mudança de atitude

Enquanto essa gramática não chega, temos de combater o preconceito lingüístico com as armas de que dispomos. E a primeira campanha a ser feita, por todos na sociedade, é a favor da *mudança de atitude.* Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria *auto-estima lingüística:* recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber lingüístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que "brasileiro não sabe português", que "português é muito difícil", que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas "falam tudo errado". Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um *comando paragramatical* e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes.

Da parte do professor em geral, e do professor de língua em particular, essa mudança de atitude deve refletir-se na não-aceitação de dogmas, na adoção de uma nova postura (crítica) em relação a seu próprio objeto de trabalho: a *norma culta.*

Do ponto de vista *teórico,* esta nova postura pode ser simbolizada numa simples troca de sílaba. Em vez de REPETIR alguma coisa, o professor deveria REFLETIR sobre **[pg. 115]** ela. Diante da velha doutrina gramatical normativa, o professor não deveria limitar-se a transmiti-la tal e qual ela se encontra compendiada nos manuais gramaticais ou nos livros didáticos.

É necessário lançar dúvidas sobre o que está dito ali, questionar a validade daquelas explicações, filtrá-las, tomando inclusive como base seu próprio saber lingüístico, devidamente

valorizado: "Eu não falo assim, não escrevo assim; meus colegas também não; escritores que tenho lido não seguem essa regra — será que ela pertence *de fato* à norma culta?"

Posta a dúvida, passa-se à investigação, ao levantamento de hipóteses, à busca de explicações que esclareçam o fenômeno que provocou o questionamento. Se milhões de brasileiros de norte a sul, de leste a oeste, em todas as regiões e em todas as classes sociais falam e escrevem *Aluga-se salas* ou se há flutuação no uso de *onde* e *aonde,* o problema, evidentemente, não está nesses milhões de pessoas, mas na explicação insuficiente (errada, até, nesses casos) dada a esses fenômenos pela gramática tradicional.

Nessa nova postura de *reflexão, é* indispensável que o professor procure, tanto quanto possível, estar sempre a par dos avanços das ciências da linguagem e da educação: lendo literatura científica atualizada, assinando revistas especializadas, filiando-se a associações profissionais, freqüentando cursos em universidades, aderindo a projetos de pesquisa, participando de congressos, levantando suas dúvidas e inquietações em debates e mesas-redondas... **[pg. 116]**

Do ponto de vista *prático,* a nova postura pode ser representada na eliminação de uma única sílaba também. Em vez de REPRODUZIR a tradição gramatical, o professor deve PRODUZIR seu próprio conhecimento da gramática, transformando-se num pesquisador em tempo integral, num orientador de pesquisas a serem empreendidas em sala de aula, junto com seus alunos. Parar de querer entregar regras (mal descritas) já prontas, e começar a descobrir métodos inteligentes e prazerosos para que os próprios aprendizes deduzam essas regras em textos vivos, coerentes, bem construídos, interessantes, tanto de língua escrita como de língua

falada. Tentei dar uma contribuição inicial a esse processo na segunda parte do meu livro *Pesquisa na escola: o que é, como se faz.*

A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento — toda língua viva é uma *língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação.* É uma fênix que de tempos em tempos renasce das próprias cinzas. É uma roseira que, quanto mais a gente vai podando, flores mais bonitas vai dando. E o professor também deve preferir ser uma "metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo", como cantava Raul Seixas (contrariando, nesses mesmos versos, a "velha opinião formada" de que o verbo *preferir* não pode ser usado com a construção *do que*...).

Tudo muda no universo, e a língua também. A comparação da língua a um rio me faz lembrar do filósofo grego **[pg. 117]** Heráclito que disse que "ninguém se banha duas vezes no mesmo rio": na segunda vez, já não é a mesma pessoa, já não é o mesmo rio.

Não precisamos ter medo disso quando formos dar aula de português. Um professor de química, física, biologia ou história sabe perfeitamente que muito do que ele está ensinando hoje pode vir a ser reformulado ou até negado amanhã por alguma nova descoberta, por algum novo avanço tecnológico que permitirá ver coisas que antes não se via. Toda ciência, para merecer esse nome, tem que ser, como se diz em inglês, *"work in progress",* um trabalho em andamento, uma construção ininterrupta, uma "obra aberta". E a lingüística (dentro da qual se inclui a gramática) é uma ciência assim. Por isso,

> não há razão para que o professor de gramática seja dispensado da formação científica que se exige de um professor de biologia ou de psicologia. [...] É definitivamente necessário começar a conceber a gramática como uma disciplina viva, em revisão e elaboração constante.

Essas palavras de Mário Perini em sua *Gramática descritiva do português* (pp. 16 e 17) sintetizam o que eu disse mais acima a respeito de uma nova postura *teórica* e *prática* por parte do professor de língua portuguesa.

3. *O que é ensinar português?*

Para romper o círculo vicioso do preconceito lingüístico no ponto em que temos mais poder para atacá-lo — a prática de ensino —, precisamos rever toda uma série **[pg. 118]** de “velhas opiniões formadas” que ainda dominam nossa maneira de ver nosso próprio trabalho.

Logo de início, convém fazer a pergunta: o que é ensinar português? Que objetivo pretendemos alcançar com nossa prática em sala de aula?

Os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil visam, por incrível que pareça, a formação de *professores de português!* O ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego à nomenclatura — nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta. Esforçar-se para que o aluno conheça de cor o nome de todas as classes de palavras, saiba identificar os termos da oração, classifique as orações segundo seus tipos, decore as definições tradicionais de *sujeito, objeto, verbo, conjunção* etc. — nada disso é garantia de que esse aluno se tornará um usuário competente da língua culta.

Quando alguém se matricula numa auto-escola, espera que o instrutor lhe ensine tudo o que for necessário para se tornar um bom motorista, não é? Imagine, porém, se o instrutor passar onze anos abrindo a tampa do motor e explicando o nome de cada peça, de cada parafuso, de cada correia, de cada fio; explicando de que modo uma parte se encaixa na outra, o lugar que cada uma deve ocupar dentro do compartimento do motor para permitir o funcionamento do carro e assim por diante... Esse aluno tem alguma chance de se tornar um bom motorista? Acho difícil. Quando muito, estará se candidatando a um emprego de mecânico de automóveis... Mas quantas pessoas existem por aí, dirigindo tranqüilamente seus **[pg. 119]** carros, tirando o máximo proveito deles, sem ter a menor idéia do que acontece dentro do motor?

Hoje em dia, cada vez mais pessoas estão usando um computador. A retumbante maioria delas consegue fazer um bom uso de sua máquina conhecendo apenas os programas, os *softwares*. O *hardware,* isto é, a parte mecânica do computador, a estrutura física das placas, dos *chips,* das conexões etc., fica para os especialistas, os técnicos.

E então? O que pretendemos formar com nosso ensino: motoristas da língua ou mecânicos da gramática? Devemos insistir nos componentes *hard* ou devemos dar preferência ao bom manejo dos *soft?*[2]

Nós, sim, professores, temos que conhecer profundamente o *hardware* da língua, a mecânica do idioma, porque *nós* somos os instrutores, os especialistas, os técnicos. Mas não os nossos alunos. Precisamos, portanto, redirecionar todos os nossos esforços, voltá-

---

[2] *Hard* em inglês significa “duro, rígido”, enquanto *soft* significa “macio, maleável”. Qual dessas duas opções de ensino você acha que nossos alunos escolheriam se tivessem chance?

los para a descoberta de novas maneiras que nos permitam fazer de nossos alunos bons motoristas da língua, bons usuários de seus programas.

Por isso é que Sírio Possenti, depois de exibir argumentos com os quais concordo integralmente, diz nas páginas 53-54 de *Por que (não) ensinar gramática na escola:*

> Todas as sugestões feitas nos textos anteriores só farão sentido se os professores estiverem convencidos — ou puderem ser convencidos — de que o domínio efetivo e ativo de uma língua **[pg. 120]** dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. Em outras palavras, se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra. Que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada "sobre" ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber muito "sobre" uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais.

Quando digo coisas assim em público, algumas pessoas levantam a objeção de que o ensino da nomenclatura tradicional, das definições, das classificações, da análise sintática é necessário porque são essas coisas que serão cobradas ao aluno no momento de fazer um concurso ou de prestar o vestibular. Se é assim, cabe a nós, professores, pressionar pelos meios de que dispomos — associações profissionais, sindicatos, cartas à imprensa — para que as provas de concursos sejam elaboradas de outra maneira, trocando as velhas concepções de língua por novas. Não temos de nos conformar passivamente com uma situação absurda e prosseguir na reprodução dos velhos vícios gramatiqueiros simplesmente porque haverá uma cobrança futura ao aluno.

Quanto ao vestibular — Deus seja mil vezes louvado! —, ele está desaparecendo. Diversas universidades públicas e privadas estão encontrando novos meios de seleção e admissão de alunos aos cursos superiores. Afinal, poucas instituições houve no Brasil tão obtusas, nefastas, injustas, antidemocráticas e perniciosas quanto o vestibular. Nunca consegui entender por que uma pessoa **[pg. 121]** que quer estudar Direito precisa fazer prova de física, química, biologia e matemática, se o que ela aprendeu dessas matérias já foi avaliado na conclusão do 2° grau.

Com o fim do vestibular, desaparecerá também — assim esperamos ardentemente — toda a indústria que se formou em torno dele: os nefandos "cursinhos" onde ninguém aprende nada, onde não há nenhuma produção de conhecimento mas apenas reprodução de informações desconexas, onde centenas de alunos se apinham numa sala, onde tudo o que se faz é entupir a cabeça do aluno com "truques" e "macetes" que em nada contribuem para a sua verdadeira formação intelectual e humanística.

4. *O que é erro?*

Outro modo interessante de romper *com* o círculo vicioso do preconceito lingüístico é reavaliar a noção de *erro. A* noção tradicional (eu diria *até folclórica)* de *erro é* que permite que pessoas como Sacconi escrevam livros absurdos como *Não erre mais!* e vendam milhares de exemplares deles.

Como vimos na primeira parte do livro, o Mito 6 expressa a prática milenar de confundir *língua* em geral com *escrita* e, mais reduzidamente ainda, com *ortografia oficial.* A tal ponto que uma elevada porcentagem do que se rotula de "erro de português" é, na verdade, mero desvio da ortografia oficial. O vigor desse mito se

depreende, por exemplo, num exercício de pesquisa sugerido por um livro didático de publicação recente (Carvalho & Ribeiro, 1998: 125). Após apresentar o poema **[pg. 122]** "Erro de português", de Oswald de Andrade, os autores pedem ao aluno:

> 1. Procure localizar erros de português em cartazes, placas, ou até mesmo na fala de pessoas que você conhece. Transcreva-os em seu caderno.

Ora, em cartazes e placas não aparecem "erros de português" e, sim, "erros" de ortografia. Escrever, digamos, LOGINHA DE ARTEZANATO onde a lei obriga a escrever LOJINHA DE ARTESANATO em nada vai prejudicar a intenção do autor da placa: informar que ali se vende objetos de artesanato. Neste caso, nem mesmo a realização fonética da placa "certa" e da placa "errada" vai apresentar diferença. O fato também de haver "erro" na placa não significa de forma nenhuma que os objetos ali vendidos sejam de qualidade inferior, "errados" ou "feios".

Se mais acima escrevi "lei" é porque se trata exatamente disso. A ortografia oficial é fruto de um gesto político, é determinada por decreto, é resultado de negociações e pressões de toda ordem (geopolíticas, econômicas, ideológicas). No início do século XX o "certo" era escrever: EM NICTHEROY ELLE POUDE ESTUDAR SCIENCIAS NATURAES, CHIMICA E PHYSICA. Se hoje o "certo" é escrever: EM NITERÓI ELE PÔDE ESTUDAR CIÊNCIAS NATURAIS, QUÍMICA E FÍSICA, isso não altera a sintaxe nem a semântica do enunciado: o que mudou foi só a ortografia.

O exercício proposto por Carvalho & Ribeiro, além de confundir *português* com *ortografia do português,* também admite implicitamente a existência de "erros" na **[pg. 123]** "fala de pessoas que você conhece". O problema aqui é ainda mais grave porque, do

ponto de vista científico, simplesmente *não existe erro de português.* Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a *gramaticalidade* ou *agramaticalidade* de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua.

Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização: erra-se ao tocar piano, erra-se ao dar um comando ao computador, erra-se ao falar/escrever uma língua estrangeira. A língua *materna* não é um saber desse tipo: ela é *adquirida* pela criança desde o útero, é absorvida junto com o leite *materno.* Por isso qualquer criança entre os 3 e 4 anos de idade (se não menos) já domina plenamente a gramática de sua língua. O resultado disso é, como diz Perini (1997:11), que "nosso conhecimento da língua é ao mesmo tempo altamente complexo, incrivelmente exato e extremamente seguro".

E o mesmo autor prossegue, afirmando (p. 13) que

> qualquer falante de português possui um conhecimento *implícito* altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E [...] esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram **[pg. 124]** gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas.

Assim, podemos até dizer que existem "erros de português", só que nenhum falante nativo da língua os comete! Por exemplo, seriam "errados" os enunciados abaixo (o asterisco indica construção agramatical):

(1) *Aquela garoto me xingou

(2) *Eu nos vimos ontem na escola

(3) *Júlia chegou semana que vem

(4) *Não duvido que ele não queira não vir aqui

(5) *Que o livro que a moça que Luís que trabalha comigo me apresentou escreveu é bom não nego.

Esses enunciados, precisamente por serem *agramaticais,* isto é, por não respeitarem as regras de funcionamento da nossa língua, não aparecem na fala espontânea e natural de falantes nativos do português do Brasil, mesmo que sejam crianças pequenas que ainda não freqüentam escola ou adultos totalmente iletrados.

O que está em jogo aqui, evidentemente, é a noção de *erro* e seu estreito vínculo com o que tradicionalmente é chamado de *português.* Como já mostrei, existe, no nível da língua escrita, a confusão entre *português* e *ortografia oficial* da língua portuguesa. No nível da língua falada, os termos que se confundem, ou que são tomados como equivalentes, são *português, gramática normativa* e *variedade padrão.* **[pg. 125]**

Em relação à língua escrita, seria pedagogicamente proveitoso substituir a noção de *erro* pela de *tentativa de acerto.* Afinal, a língua escrita é uma tentativa de *analisar* a língua falada, e essa análise será feita, pelo usuário da escrita no momento de grafar sua mensagem, de acordo com seu perfil sociolingüístico. Uma pessoa com poucos anos de escolarização, pouco habituada à prática da leitura e da escrita, tendo como quadro de referência apenas uma

suposta equivalência unívoca entre som e letra, fará uma análise dotada de reduzido instrumental teórico, empregando como ferramenta básica a *analogia*. Assim, quem escreveu CHÍCARA em vez de XÍCARA não fez isso porque quis errar, mas sim porque quis acertar. Se existe CHINELO, CHICOTE, CHIQUEIRO, CHICLETE, por analogia se chega à possibilidade de também haver CHÍCARA. É importante notar que os "erros" de ortografia são constantes: troca de J por G, de S por Z, de CH por X e assim por diante — justamente por serem casos em que é necessário fazer uma análise da relação fala-escrita que ultrapassa os limites teóricos da suposta equivalência som-letra. Dificilmente alguém vai tentar escrever XÍCARA usando um J, um G, um S no lugar do X oficial, porque faltam dados de experiência para uma analogia razoável. Por outro lado, uma pessoa que tenha freqüentado a escola por muitos anos, que leia e escreva assiduamente, que se tenha familiarizado com o uso do dicionário, que tenha sido despertada para a existência das regularidades e irregularidades da língua escrita, saberá que a simples *analogia* não será suficiente como guia no momento de escrever — outros quadros de referência terão de ser acessados: a cultura **[pg. 126]** erudita, a etimologia das palavras, as reformas ortográficas, os critérios de normativização da ortografia etc.

Quanto à língua falada, fica óbvio que o rótulo de *erro* é aplicado a toda e qualquer manifestação lingüística (fonética, morfológica e sintática, principalmente) que se diferencie das regras prescritas pela gramática normativa, que se apresenta como codificação da "língua culta", embora na verdade seja a codificação de um padrão idealizado, que não coincide com a verdadeira variedade culta objetiva. Dentro dessa conceituação, são igualmente "errados" os enunciados abaixo

(6) A Joana é uma menina que ela sabe o que faz

(7) *A Joana que ela sabe é uma menina o que faz,

muito embora (6) seja perfeitamente inteligível, decodificável, interpretável e, portanto, *gramatical,* aceitável, enquanto (7) é claramente *agramatical* e, por conseguinte, *não ocorre na fala normal de nenhum brasileiro.* No entanto, (6) é considerado tão "errado" quanto (7) porque nenhum dos dois enunciados se enquadra nas prescrições da gramática normativa (e de seus autoproclamados defensores, os *comandos paragramaticais).* O enunciado (6), porém, tem uma sintaxe, uma semântica e uma pragmática que *qualquer falante nativo do português do Brasil* (sem preocupações normativistas) *aceita* com tranqüilidade, e a prova disso é que enunciados desse tipo são proferidos aos milhões diariamente em todos os cantos do país, por pessoas de todas as classes sociais, inclusive as consideradas cultas. (É certo que construções **[pg. 127]** desse tipo não aparecem em textos cultos *escritos,* mas é preciso distinguir as variedades cultas faladas das variedades cultas escritas, coisa que os prescritivistas em geral não fazem.) Trata-se, aqui, de uma *regramaticalização* do pronome *que,* de toda uma complexa *perda de casos gramaticais,* fenômeno que vem sendo estudado há bastante tempo, tendo sido já tema de muitos ensaios, dissertações e teses científicas. Mas a prova oferecida pelo uso intenso de construções sintáticas como a de (6) não convence os defensores da gramática normativa e os membros dos *comandos paragramaticais,* que não conseguiriam sobreviver sem a noção de *erro.*

É preciso ter sempre em mente que tudo aquilo que é considerado *erro* ou *desvio* pela gramática tradicional tem uma

explicação lógica, científica, perfeitamente demonstrável. Só por isso é que os agentes dos *comandos paragramaticais* podem falar de "erros comuns". Os gramáticos conservadores não se dão conta de que o próprio adjetivo "comum" usado por eles mostra que se trata de um fenômeno amplo de variação, de uma transformação que está se processando nos mecanismos de funcionamento geral da língua. Em sua cegueira dogmática, eles falam de "vício comum", "erro vulgar", "praga", "corrupção muito difundida", sem perceber que estão, na verdade, reconhecendo que aquilo que eles consideram "certo" é que deve apresentar algum problema, alguma disfunção, alguma impossibilidade de uso que impede que a maioria das pessoas obedeça àquela regra. A única explicação inaceitável (embora seja a preferida dos conservadores) é a de que essas pessoas são "asnos", "ignorantes" ou "idiotas". **[pg. 128]**

A nova postura teórica e prática consiste em procurar conhecer as regras que estão levando os falantes da língua a usar *X* onde se esperaria *Y,* identificar essas regras, descrevê-las, pesquisar explicações científicas para elas, e, se possível, apresentá-las a seus alunos. Foi o que tentei fazer em meu livro *A língua de Eulália,* e foi também o que fiz neste livro ao contestar a explicação paleozóica de Dad Squarisi para a alta freqüência de *Vende-se casas* em lugar de *Vendem-se casas.*

O bom professor age como o filósofo Spinoza, que escreveu:

> Tenho-me esforçado por não rir das ações humanas, por não deplorá-las nem odiá-las, mas por entendê-las.

Pessoas como Napoleão Mendes de Almeida, Luiz Antonio Sacconi e Dad Squarisi agem exatamente ao contrário de Spinoza. Sacconi, ao recorrer a um humor de gosto duvidoso, chega mesmo a

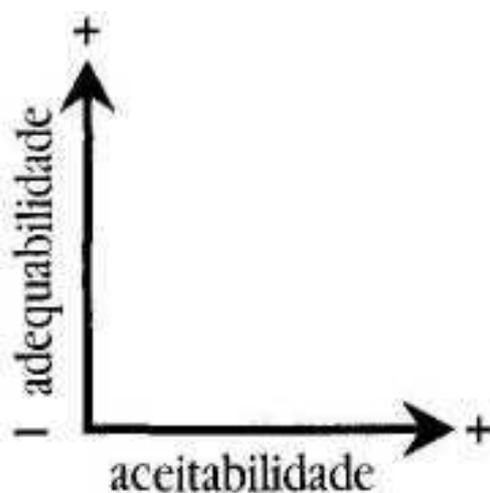
escrever, preto no branco:”Eu, porém, *odeio* gente que só diz asneiras...” (p. 43). De um verdadeiro professor devemos sempre esperar *compaixão, solidariedade, empatia,* nunca o ódio — muito menos o riso deplorador.

5. *Então vale tudo?*

Algumas pessoas me dizem que a eliminação da noção de *erro* dará a entender que, em termos de língua, *vale tudo.* Não é bem assim. Na verdade, em termos de língua, *tudo vale* alguma coisa, mas esse valor vai depender de uma série de fatores. Falar gíria vale? Claro que **[pg. 129]** vale: no lugar certo, no contexto adequado, com as pessoas certas. E usar palavrão? A mesma coisa.

Uma das principais tarefas do professor de língua é conscientizar seu aluno de que a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta. Ninguém vai só de maiô fazer compras num *shopping-center,* nem vai entrar na praia, num dia de sol quente, usando terno de lã, chapéu de feltro e luvas...

Usar a língua, tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da *adequabilidade* e o da *aceitabilidade.*

Quando falamos (ou escrevemos), tendemos a nos adequar à situação de uso da língua em que nos encontramos: se é uma situação formal, tentaremos usar uma linguagem formal; se é uma situação descontraída, uma linguagem descontraída, e assim por diante. Essa nossa tentativa de *adequação* se baseia naquilo que consideramos ser o grau de *aceitabilidade* do que estamos dizendo por parte de nosso interlocutor ou interlocutores. Podemos representar tudo isso graficamente mais ou menos assim:

É totalmente inadequado, por exemplo, fazer uma palestra num congresso científico usando gíria, expressões **[pg. 130]** marcadamente regionais, palavrões etc. A platéia dificilmente aceitará isso. É claro que se o objetivo do palestrante for precisamente chocar seus ouvintes, aquela linguagem será muito adequada... Não é adequado que um agrônomo se dirija a um lavrador analfabeto usando uma terminologia altamente técnica e especializada, a menos que queira não se fazer entender. Como sempre, tudo vai depender de *quem diz o quê, a quem, como, quando, onde, por quê e visando que efeito...*

6. *A paranóia ortográfica*

A atitude tradicional do professor de português, ao receber um texto produzido por um aluno, é procurar imediatamente os “erros”, direcionar toda a sua atenção para a localização e erradicação do que está “incorreto”. É uma preocupação quase exclusiva com a *forma,* pouco importando o que haja ali de *conteúdo.* É sobretudo aquilo que chamo de *paranóia ortográfica:* uma obsessão neurótica para que todas as palavras tragam o acento gráfico, que todos os Ç

tenham sua cedilha, que todos os J e G estejam nos lugares certos... e assim por diante. Aliás, uma porcentagem enorme do que todo mundo chama de "erro de português" diz respeito a meras incorreções ortográficas.

Ora, saber ortografia não tem nada a ver com saber a língua. São dois tipos diferentes de conhecimento. A ortografia não faz parte da *gramática* da língua, isto é, das regras de funcionamento da língua. Como vimos no Mito n° 6, muitas pessoas nascem, crescem, vivem e morrem sem jamais aprender a ler e a escrever, sendo, no entanto, conhecedores perfeitos da *gramática* de sua língua. **[pg. 131]**

A ortografia oficial é fruto de um decreto, de um ato institucional por parte do governo, e fica muitas vezes sujeita aos gostos pessoais ou às interpretações dos fenômenos lingüísticos por parte dos filólogos que ajudam a estabelecê-la. Por isso, na virada do século XIX para o XX se escrevia ELLE; na primeira metade do século XX se escreveu ÊLE e agora, no limiar do século XXI, se escreve ELE.

Por isso, a lei nos manda escrever HUMO OU HÚMUS, mas ÚMIDO e UMIDADE, embora sejam todas palavras da mesma família (em Portugal todas essas palavras têm H).

Por isso também temos de escrever ESTRANHO e ESTRANGEIRO, com s, embora sejam palavras formadas com base no prefixo EXTRA-, presente em EXTRAORDINÁRIO, EXTRAVAGANTE, EXTRAPOLAR etc. (em espanhol se escreve EXTRÁNEO e EXTRANJERO).

Por isso o adjetivo EXTENSO e o substantivo EXTENSÃO apresentam um x, mas o verbo ESTENDER (vá lá saber por quê!) se escreve com um s. E o adjetivo MACIÇO se escreve com c embora seja derivado de MASSA, com SS.

Se os legisladores da língua podem ser tão incoerentes no momento de definir a ortografia oficial, não há por que estranhar (ou *extranhar)* que as pessoas em geral também se confundam. Mas não é o que pensam Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante, que na p. 33 de sua *Gramática,* escrevem:

> Não é admissível que com um alfabeto tão restrito (apenas 23 letras!) se cometam tantos erros ortográficos pelo Brasil afora. Estude com cuidado este capítulo para integrar o grupo de cidadãos que sabem grafar corretamente as palavras da língua portuguesa. **[pg. 132]**

Essa *Gramática* filia-se à tradição que atribui ao domínio da escrita um elemento de *distinção social,* que é na verdade um elemento de *dominação* por parte dos letrados sobre os iletrados.

Existe um mito ingênuo de que a linguagem humana tem a finalidade de "comunicar", de "transmitir idéias" — mito que as modernas correntes da lingüística vêm tratando de demolir, provando que a linguagem é muitas vezes um poderoso instrumento de *ocultação da verdade,* de *manipulação do outro,* de *controle,* de *intimidação,* de *opressão,* de *emudecimento.* Ao lado dele, também existe o mito de que a escrita tem o objetivo de "difundir as idéias". No entanto, uma simples investigação histórica mostra que, em muitos casos, a escrita funcionou, e ainda funciona, com a finalidade oposta: ocultar o saber, reservá-lo a uns poucos para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso.

Como nos informa Leda Tfouni em seu livro *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso,* a escrita na Índia esteve profundamente ligada aos textos sagrados, a que só tinham acesso os sacerdotes, os "iniciados", os que passavam por um longo processo de "preparação": no fundo, a garantia de que poderiam ler

aqueles textos guardando-os em segredo. De fato, a célebre gramática de Panini (século V a. C), que esmiuça toda a estrutura da língua sânscrita clássica, tinha um objetivo específico: permitir a leitura "correta" e a interpretação "exata" dos textos sagrados. Era, portanto, a filologia a serviço da casta sacerdotal. Convém lembrar que foi necessária a Reforma protestante, no século **[pg. 133]** XVI, para que a Igreja católica romana permitisse a "popularização" da Bíblia, tolerando que as Escrituras fossem lidas e estudadas em outras línguas vivas e não somente em latim. A primeira tradução da Bíblia para o português, por exemplo, só aconteceu em 1719, por obra de um protestante, João Ferreira de Almeida.

Na China, o sistema ideográfico de escrita exerceu durante séculos a função de assegurar o poder aos burocratas e aos religiosos. Realmente, a grande quantidade de ideogramas, juntamente com o alto grau de sofisticação de seus desenhos, eram obstáculos para que as pessoas do povo pudessem aprender a ler e escrever. Pesquisadores citados por Tfouni relatam que apesar de os chineses conhecerem a escrita alfabética desde o século II d.C, eles se recusaram a aceitá-la até a época atual, provavelmente porque seu código antigo, mais complexo e pouquíssimo prático, há séculos se estabelecera como o meio de expressão de uma vasta produção literária, *"além de estar inextricavelmente ligado às instituições religiosas e de ser aceito como marca distintiva das classes educadas"* (grifos de Tfouni).

A mesma autora (p. 12) atribui à introdução da escrita alfabética na Grécia, no século V-VI a.C, todo um processo de radicais transformações culturais, políticas e sociais:

> O aparecimento, entre outras coisas, do pensamento lógico-empírico e filosófico, a formalização da História e da Lógica enquanto disciplinas intelectuais, e a própria democracia grega têm íntima relação com a expansão e solidificação da escrita fonética na Grécia e na Jônia. **[pg. 134]**

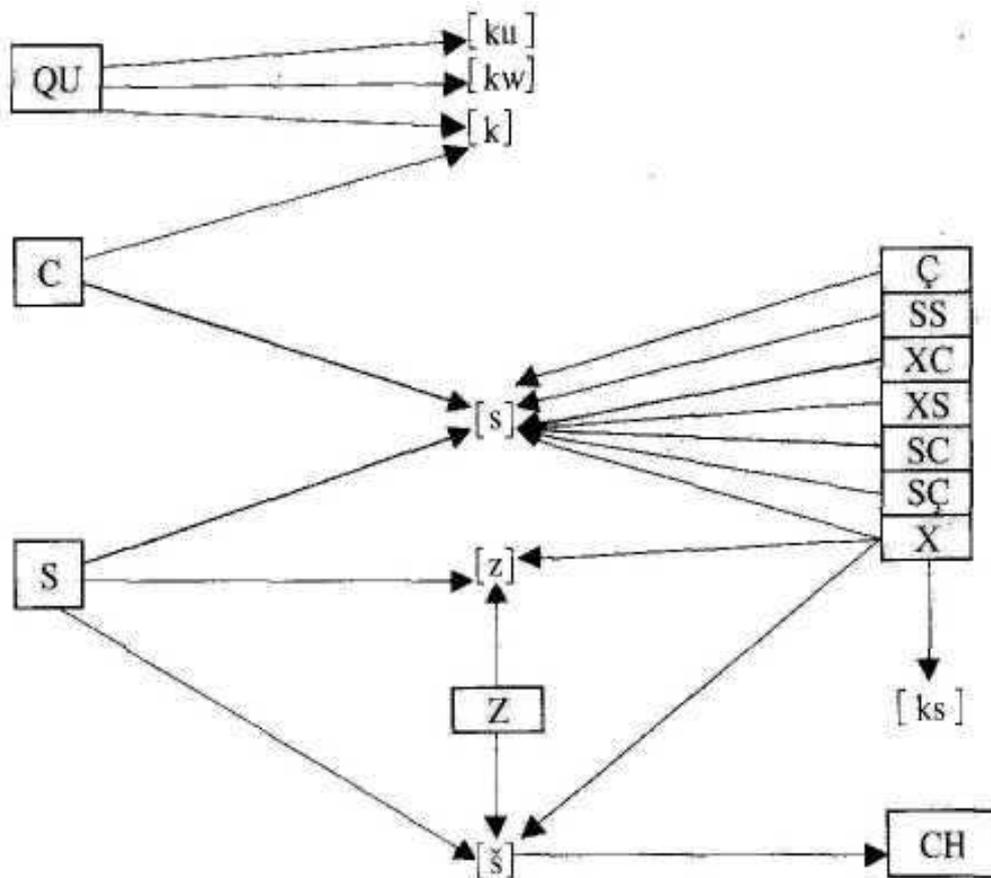
Por quê? Porque, ao contrário de outras civilizações suas contemporâneas, a grega não tem uma casta sacerdotal monopolizadora dos livros sagrados. A própria escrita não é um segredo dos governantes e escribas, mas é de domínio público e comum, possibilitando, agora sim, a ampla difusão e discussão de idéias.

Assim, se por um lado a escrita pode ser apontada como uma das causas fundamentais do surgimento de civilizações modernas e do desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial das sociedades em que foi adotada, por outro, não convém negligenciar fatores como as relações de poder e dominação que governam a utilização restrita ou generalizada de um código escrito.

Ao convidar o leitor a fazer parte do "grupo de cidadãos que sabem grafar corretamente as palavras da língua portuguesa", Cipro e Infante afirmam, implicitamente, que esse conhecimento não é amplo e generalizado (nem poderia ser: 60 milhões de analfabetos!), mas sim restrito a um "grupo de cidadãos".

Outra idéia ingênua dos autores é achar "inadmissível" o número de erros de ortografia cometidos "pelo Brasil afora" já que nosso alfabeto tem apenas 23 letras! Ora, o alfabeto tem 23 letras, sim, mas elas podem se juntar em centenas (senão milhares) de combinações diferentes, criando a riqueza inumerável das palavras da língua portuguesa. E essas combinações possíveis nada têm de coerentes: nosso sistema ortográfico, como explica Miriam Lemle, é, ao mesmo tempo, um sistema de representação fonêmica, um

sistema de representação **[pg. 135]** morfofonêmica, um sistema com memória etimológica e um sistema que privilegia uma variedade dialetal em detrimento de outra[3].

Para termos uma idéia das complexas combinações possíveis entre as letras de nosso alfabeto e os sons que elas podem representar, vamos ver as relações que existem entre os fonemas [k], [s], [š] (este é o som da letra x em *xixi)* e [z] e suas possíveis representações ortográficas[4]

[pg. 136]

---

[3] Ver o interessante prefácio de Miriam Lemle ao livro *Leitura, ortografia e fonologia,* de Myrian Barbosa da Silva.
[4] Este quadro inspira-se no da p. 32 do livro de Myrian Barbosa da Silva, com pequenas alterações.

Contando o número de flechas, identificamos ao todo 21 relações entre realização fonética e representação gráfica. Mas se fôssemos levar em conta toda as diversidades de pronúncia que existem no universo da língua portuguesa, no Brasil e fora dele, certamente encontraríamos muitas mais[5]. Vamos dar exemplos só das 21 relações do nosso esquema:

1. QU → [ku]: *obliqúe*
2. QU → [kw]: *quase*
3. QU → [k]: *quero*
4. C → [k]: *casa*
5. C → [s]: *céu*
6. S → [s]: *sol*
7. S → [š]: *festa* (na pronúncia carioca, paraense, lisboeta, entre outras)
8. S → [z]: *rosa*
9. Z → [z]: *azul*
10. Z → [š]: *raiz* (nas mesmas pronúncias citadas em 7)
11. X → [s]: *próximo*
12. X → [ks]: *fixo* **[pg. 137]**
13. X → [z]: *exame*
14. X → [š]: *xícara*
15. Ç → [s]: *aço*
16. SS → [s]: *osso*
17. XC → [s]: *exceto*
18. XS → [s]: *exsudar*
19. SC → [s]: *descer*
20. SÇ → [s]: *cresça*

[5] Gosto de propor o seguinte desafio às pessoas que ainda se iludem com o mito de que "o certo é escrever assim porque se fala assim": você sabia que a letra S pode representar o som do J em *já?* Depois de alguns momentos de reflexão, dou a resposta: na pronúncia do Rio de Janeiro, de Belém ou de Lisboa, numa palavra como MESMO O S tem "som de J", e o próprio nome de Lisboa na fala de seus nativos se pronuncia *lijboa*. Nessas pronúncias, uma frase como AS MESMAS BOAS GAROTAS soa *aj mejmaj boaj garotax*, por causa de características fonéticas típicas do português (culto inclusive) falado nesses locais. Além disso, na fala não-culta do Rio de Janeiro é comum a pronúncia *mermo* ou *me'mo* para o que se escreve MESMO. A complexidade da relação letra-som, como se vê, é muito maior do que as pessoas em geral pensam, sobretudo quando se leva em conta todas as variedades nacionais, regionais, sociais, estilísticas etc. da língua.

21. CH → [š]: *chave*

Parece complicado? E é! Diante de uma situação dessas, que é apenas uma das muitas séries de inter-relações entre letra e som que existem na língua portuguesa, não nos parece nem um pouco “inadmissível” a existência de dúvidas e hesitações por parte dos brasileiros, inclusive dos bem alfabetizados, no momento de escrever.

Vamos abandonar, portanto, a idéia (preconceituosa) de que quem escreve “tudo errado” é um “ignorante” da língua. O aprendizado da ortografia se faz pelo contato íntimo e freqüente com textos bem escritos, e não com regras mal elaboradas ou com exercícios pouco esclarecedores.

Ao recebermos um texto escrito por alguém (ou ao ouvir alguém falar), vamos procurar ver, antes de tudo, *o que* ele/ela está querendo comunicar, para só depois nos preocuparmos com os detalhes de *como* ele/ela está se comunicando. Vamos fazer a nós mesmos as seguintes perguntas:

— Esse texto (ou esse discurso) é coerente?

— Traz idéias originais? **[pg. 138]**

— Ofende algum princípio ético?

— É preconceituoso?

— Reproduz idéias autoritárias ou intolerantes?

— Mostra um espírito crítico e/ou criativo?

— Demonstra um senso estético?

— Comunica que sentimentos?

— Ensina-me alguma coisa?

— Desperta minhas emoções? Quais?

— ...

E assim por diante. Isso é que é educar: dar voz ao outro, reconhecer seu direito à palavra, encorajá-lo a manifestar-se... Sem

isso, não é de admirar que a atividade de redação seja tão problemática na escola.

Eu confesso que sinto muito maior prazer ao ler (ou ouvir) um texto cheio de "erros de português" — mas com idéias originais, inovadoras, coerentes, bem expressas —, um texto isento de preconceitos e de idéias rançosas, do que ao ler um texto com todas as vírgulas no lugar, com todas as regências cultas respeitadas, todas as concordâncias verbais e nominais, mas repleto de intolerância, de deboche, de sarcasmo, de concepções degradantes e por aí afora.

7. *Subvertendo o preconceito lingüístico*

Por mais que isso nos entristeça ou irrite, é preciso reconhecer que o preconceito lingüístico está aí, firme e forte. Não podemos ter a ilusão de querer acabar com ele de uma hora para outra, porque isso só será possível **[pg. 139]** quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos, que é uma sociedade que, para existir, precisa da discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria, da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização. Apesar disso, acredito também que podemos praticar alguns pequenos atos subversivos, uma pequena guerrilha contra o preconceito, sobretudo porque nós, professores, somos muito importantes como formadores de opinião. E quais são estes pequenos atos de sabotagem contra o preconceito?

Primeiro, formando-nos e informando-nos. Não me canso de insistir: é preciso que cada professor de língua assuma uma posição de *cientista e investigador,* de *produtor de seu próprio conhecimento*

lingüístico teórico e prático, e abandone a velha atitude *repetidora e reprodutora* de uma doutrina gramatical contraditória e incoerente.

Segundo, fazendo a crítica ativa da nossa prática diária em sala de aula. Por questão de sobrevivência (às vezes até sobrevivência *física* mesmo!), talvez tenhamos de continuar ensinando aquelas coisas que nos são cobradas pela sociedade, pela direção das escolas, pelos pais dos nossos alunos. Mas podemos ensinar essas coisas criticando-as ao mesmo tempo e deixando bem claro que aquilo ali não é *tudo* o que se pode saber a respeito da língua, que há um milhão de outras coisas muito mais **[pg. 140]** interessantes e gostosas para descobrir no universo da linguagem.

Terceiro, diante das cobranças de pais, diretores ou donos de escola, mostrar que as ciências todas evoluem, e que a ciência da linguagem também evolui. Que as mentalidades mudam, que as posturas do próprio Ministério da Educação hoje são outras. Não se pode negar que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* representam um grande avanço para a renovação do ensino da língua portuguesa. Vamos tentar adquirir, copiar, ter sempre à mão esses Parâmetros para nos defender das pessoas que nos cobram um ensino à moda antiga: "Olha aqui, ó, o Ministério da Educação tá dizendo que a gente deve ensinar de uma maneira diferente, nova, atualizada. Ou você quer que seu filho continue aprendendo coisas que não servem mais para nada?".

Há algumas boas comparações que nos ajudam a argumentar melhor. Quando eu estava na escola, o *certo* em astronomia era que somente o planeta Saturno tinha anéis. Hoje, graças às inovações tecnológicas, já sabemos que Urano e Netuno também têm anéis. A cada ano são descobertas dezenas de espécies novas de animais e plantas (no mesmo ritmo, infelizmente, das que são extintas para

sempre). Recentemente, encontrou-se o fóssil de um dinossauro carnívoro maior e mais forte que o tiranossauro, considerado durante muito tempo o maior predador que jamais existiu. Os achados dos arqueólogos a todo momento nos fazem rever e reformular nossas idéias sobre **[pg. 141]** a história dos povos antigos. Os mapas com as divisões políticas da Europa de dez anos atrás já não têm nenhuma utilidade prática hoje em dia, a não ser para o pesquisador investigar o que mudou de lá para cá. Se tantas mudanças acontecem nas outras áreas do conhecimento, decorrentes das transformações do universo, da natureza e da sociedade, sendo acolhidas como naturais e inevitáveis, por que só o estudo-ensino da língua estaria isento de crítica e reformulação?

Quarto, assumir uma nova postura, usando como matéria de reflexão as seguintes noções, que chamei de DEZ CISÕES, porque representam de fato uma *cisão,* um corte do cordão umbilical que sempre nos prendeu às velhas doutrinas gramaticais (o símbolo de infinito no final da lista é um convite a quem quiser acrescentar outras cisões):

DEZ CISÕES

para um ensino de língua

não (ou menos) preconceituoso

1) Conscientizar-se de que todo falante nativo de uma língua é um usuário competente dessa língua, por isso ele SABE essa língua. Entre os 3 e 4 anos de idade, uma criança já domina integralmente a gramática de sua língua. Sendo assim,

2) aceitar a idéia de que *não existe erro de português*. Existem *diferenças* de uso ou *alternativas* de uso em relação à regra única proposta pela gramática normativa. **[pg. 142]**

3) Não confundir erro de português (que, afinal, não existe) com simples erro de *ortografia*. A ortografia é artificial, ao contrário da língua, que é natural. A ortografia é uma decisão política, é imposta por decreto, por isso ela pode mudar, e muda, de uma época para outra. Em 1899 as pessoas estudavam *psychologia* e história do *Egypto;* em 1999 elas estudam *psicologia* e história do *Egito*. Línguas que não têm escrita nem por isso deixam de ter sua gramática.

4) Reconhecer que tudo o que a Gramática Tradicional chama de *erro* é na verdade um *fenômeno* que tem uma explicação científica perfeitamente demonstrável. Se milhões de pessoas (cultas inclusive) estão optando por um uso que difere da regra prescrita nas gramáticas normativas é porque há alguma regra nova sobrepondo-se à antiga. Assim, o problema está com a regra tradicional, e não com as pessoas, que são falantes nativos e perfeitamente competentes de sua língua. Nada é por acaso.

5) Conscientizar-se de que *toda língua muda e varia*. O que hoje é visto como “certo” já foi “erro” no passado. O que hoje é considerado “erro” pode vir a ser perfeitamente aceito como “certo” no futuro da língua. Um exemplo: no português medieval existia um verbo *leixar* (que aparece até na Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel *I).* Com o tempo, esse verbo foi sendo pronunciado *deixar,* porque [d] e [l] são consoantes aparentadas, o que permitiu a troca de uma pela outra. Hoje quem pronunciar *leixar* vai estar

cometendo um “erro” (vai ser acusado de *desleixo),* muito embora essa forma seja mais próxima da origem **[pg. 143]** latina, *laxare* (compare-se, por exemplo, o francês *laisser* e o italiano *lasciare).* Por isso é bom evitar classificar algum fenômeno gramatical de “erro”: ele pode ser, na verdade, um indício do que será a língua no futuro.

6) Dar-se conta de que a língua portuguesa não vai nem bem, nem mal. Ela simplesmente VAI, isto é, segue seu rumo, prossegue em sua evolução, em sua transformação, que não pode ser detida (a não ser com a eliminação física de todos os seus falantes).

7) Respeitar a variedade lingüística de toda e qualquer pessoa, pois isso equivale a respeitar a integridade física e espiritual dessa pessoa como ser humano, porque

8) a língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos Nós *somos* a língua que falamos. A língua que falamos molda nosso modo de ver o mundo e nosso modo de ver o mundo molda a língua que falamos. Para os falantes de português, por exemplo, a diferença entre *ser* e *estar* é fundamental: *eu estou infeliz* é radicalmente diferente, para nós, de *eu sou infeliz.* Ora, línguas como o inglês, o francês e o alemão têm um único verbo para exprimir as duas coisas. Outras, como o russo, não têm verbo nenhum, dizendo algo assim como: *Eu - infeliz* (o russo, na escrita, usa mesmo um travessão onde nós inserimos um verbo de ligação). Assim,

9) uma vez que a língua está em tudo e tudo está na língua, o professor de português é professor de TUDO. (Alguém já me disse que talvez por isso o professor de português devesse receber um

salário igual à soma dos salários de todos os outros professores!) **[pg. 144]**

10) Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano. Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir, é elevar e não rebaixar a auto-estima do indivíduo. Somente assim, no início de cada ano letivo este indivíduo poderá comemorar a *volta às aulas,* em vez de lamentar a *volta às jaulas!*

[pg. 145]

IV

O preconceito contra a lingüística e os lingüistas

1. *Uma "religião" mais velha que o cristianismo*

O ensino de língua na escola é a única disciplina em que existe uma disputa entre duas perspectivas distintas, dois modos diferentes de encarar o fenômeno da linguagem: a doutrina gramatical tradicional, surgida no mundo helenístico no século III a.C, e a lingüística moderna, que se firmou como ciência autônoma no final do século XIX e início do XX. Qualquer pessoa bem informada acharia no mínimo estranho se um professor de biologia ensinasse a seus alunos que as moscas nascem da carne podre, ou se um professor de ciências dissesse que a Terra é plana e o Sol gira em torno dela, ou ainda se um professor de química afirmasse que a mistura dos "quatro elementos" (ar, água, terra e fogo) pode resultar em ouro! São idéias mais do que ultrapassadas e que começaram a ser substituídas por novas concepções mais verossímeis a partir do período da história do conhecimento ocidental conhecido como o nascimento da ciência moderna (século XVI em diante). Ninguém se espanta, porém, quando um professor de língua ensina que os substantivos **[pg. 147]** são "palavras que representam os seres em geral", ou que sujeito é "o ser do qual se diz alguma coisa", ou que verbo é "a palavra que exprime ação ou movimento". São afirmações tão imprecisas e incoerentes (para não dizer francamente falsas) quanto a de que as avestruzes enterram a

cabeça na areia ou que apontar para as estrelas faz nascer verruga nos dedos! E no entanto elas continuam sendo estampadas nos manuais de gramática, nos livros didáticos, nas apostilas, e cobradas em testes, exames e provas de vestibular!

A doutrina gramatical tradicional, mais velha que a religião cristã, passou incólume pela grande revolução científica que abalou os fundamentos do conhecimento e do pensamento ocidental a partir do século XVI. Basta examinar o que acontece na escola. É muito comum o ensino das outras disciplinas fazer uma abordagem crítica dos saberes do passado, mostrando de que maneira a evolução da sociedade, da ciência e da tecnologia levou o ser humano a abandonar velhas crenças e superstições. Em livros didáticos de biologia, física, química, história, geografia etc., é freqüente encontrar afirmações do tipo: "Durante muito tempo se acreditou que [...], mas os avanços da pesquisa e do conhecimento revelaram que [...]". Quem não se lembra de algum professor contando a história de Copérnico, Galileu, Newton, Darwin, Pasteur e outros que revolucionaram o conhecimento humano? Isso só não acontece nas aulas de língua! Os termos e conceitos da Gramática Tradicional — estabelecidos há mais de 2.300 anos! — continuam a ser repassados praticamente **[pg. 148]** intactos de uma geração de alunos para outra, como se desde aquela época remota não tivesse acontecido nada na ciência da linguagem. O ensino tradicional opera assim uma imobilização do tempo, um apagamento das condições sociais e históricas que permitiram o surgimento e a permanência da Gramática Tradicional.

A Gramática Tradicional permanece viva e forte porque, ao longo da história, ela deixou de ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi

transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais. Assim como, no curso do tempo, tem se falado da Família, da Pátria, da Lei, da Fé etc. como entidades sacrossantas, como valores perenes e imutáveis, também a "Língua" foi elevada a essa categoria abstrata, devendo, portanto, ser "preservada" em sua "pureza", "defendida" dos ataques dos "barbarismos", "conservada" como um "patrimônio" que não pode sofrer "ruína" e "corrupção". Nessa concepção nada científica, língua não é toda e qualquer manifestação oral e/ou escrita de qualquer ser humano, de qualquer falante nativo do idioma: "a Língua", com artigo definido e inicial maiúscula, é somente aquele ideal de pureza e virtude, falado e escrito, é claro, pelos "puros" e "virtuosos" que estão no topo da pirâmide social e que, por isso, merecem exercer seu domínio sobre as demais camadas da população. A língua deixou de ser fato concreto para se transformar em valor abstrato.

Querer cobrar, hoje em dia, a observância dos mesmos padrões lingüísticos do passado é querer preservar, **[pg. 149]** ao mesmo tempo, *idéias, mentalidades e estruturas sociais* do passado. A Gramática Tradicional, funcionando como uma *ideologia lingüística,* foi e ainda é, como toda ideologia, o lugar das certezas, uma doutrina sólida e compacta, com uma única resposta correta para todas as dúvidas. Por isso, o que não está abonado na gramática normativa é "erro" ou simplesmente "não é português", e se alguma palavra não se encontra no dicionário é porque simplesmente ela "não existe"! A lingüística moderna, ao encarar a língua como um objeto passível de ser analisado e interpretado segundo métodos e critérios científicos, devolveu a língua ao seu lugar de *fato social,* abalando as noções antigas que apresentavam a

língua como um *valor ideológico*. Assim, a lingüística, como toda ciência, é o lugar das surpresas, das descobertas, do novo, da substituição de paradigmas, da reformulação crítica das teorias.

Ora, o novo assusta, o novo subverte as certezas, compromete as estruturas de poder e dominação há muito vigentes. Não é por acaso que, mesmo entre profissionais que deveriam ter a lingüística como seu corpo teórico e prático de referência, a doutrina gramatical tradicional ainda encontre um apoio e uma defesa quase irracionais. É o que se vê, hoje em dia, na imprensa e na mídia brasileira, com os *comandos paragramaticais* analisados neste livro, essa enxurrada de programas de televisão e de rádio, colunas de jornal e revista que tentam preservar as noções mais conservadoras do "certo" e do "errado", desprezando o saber acumulado por mais de um século **[pg. 150]** de ciência lingüística moderna, que tem no Brasil centros de pesquisa de excelência reconhecida internacionalmente. Isso para não falar também dos grupos de pessoas que dizem promover ridículos "movimentos de defesa da língua portuguesa", como se fosse necessário defender a língua de seus próprios falantes nativos, a quem ela pertence de fato e de direito. A matéria de capa da revista *Veja* de 7/11/2001 ("Falar e escrever bem") e a estréia de Pasquale Cipro Neto no programa *Fantástico* da Rede Globo no mesmo ano são exemplos perfeitos do obscurantismo anticientífico que envolve, nos meios de comunicação, tudo o que diz respeito à língua e ao ensino da língua. A participação de Pasquale no *Fantástico* faz regredir em pelo menos 25 anos os grandes avanços já obtidos pela Lingüística na renovação do ensino de língua na escola brasileira.

O grande problema está na confusão que reina na mentalidade das pessoas que atribuem uma "crise" à língua, quando, de fato, *a*

crise existe é na escola, é no sistema educacional brasileiro, classificado entre os piores do mundo, apesar de nosso país ser o mais rico e industrializado do Hemisfério Sul, além de ser a décima economia capitalista do planeta. *A língua não está em crise,* muito pelo contrário: nunca em toda a sua história o português foi tão falado, tão escrito, tão impresso e tão difundido mundo afora pelos mais diferentes meios de comunicação. E a participação do Brasil, com seus 170 milhões de falantes nativos, é de longe a mais relevante **[pg. 151]** e a mais importante. Crise existe, sim, na escola pública brasileira, de todos os níveis, desde o pré-primário até a universidade, sobretudo depois que o duplo governo presidido por Fernando Henrique Cardoso passou a empregar todos os esforços possíveis para demolir, sistematicamente, o já cambaleante e sucateado sistema de ensino público do Brasil (como tem feito, aliás, com todo o patrimônio público dos brasileiros). É essa escola arruinada, com professores despreparados e pessimamente remunerados, que não oferece aos alunos as mínimas condições de letramento necessárias para o pleno exercício da cidadania. Tentar atribuir as deficiências dos brasileiros no uso mais formal da língua aos próprios brasileiros que não têm "amor ao idioma" ou, pior ainda, ao próprio idioma, é não querer ver a realidade, é lançar a culpa sobre quem, de fato, é a vítima maior deste processo perverso.

Desse modo, achar que a língua está em "crise" e que para superar essa "crise" é necessário sustentar a doutrina gramatical sem submetê-la a uma crítica serena e bem-fundada é, a meu ver, uma atitude que só pode ter duas explicações: a *ignorância científica* (a pessoa nunca ouviu falar de lingüística) ou a *desonestidade intelectual* (tendo entrado em contato com a ciência lingüística, finge que não a conhece) — pior ainda é quando essa

atitude se sustenta num indisfarçado e indisfarçável *preconceito social*. Não podemos aceitar nenhuma dessas explicações para justificar o trabalho daqueles que se proclamam "especialistas" em questões de linguagem. Que um leigo continue a repetir os mitos preconceituosos e as idéias **[pg. 152]** infundadas que circulam na sociedade sobre língua e linguagem é algo que podemos compreender e explicar com base numa análise sociológica e histórica. Mas que assim proceda um autoproclamado especialista que, ainda por cima, se atribui o papel de julgar e condenar o comportamento lingüístico de seus semelhantes... é algo que não podemos aceitar e que devemos, sim, denunciar e combater.

Pelas mesmas razões que levaram à transformação da Gramática Tradicional num instrumento de dominação e exclusão social é que a atividade dos lingüistas brasileiros vem sofrendo ataques grosseiros por parte de auto-intitulados "filósofos" que representam, na verdade, a reação mais conservadora (e muitas vezes com acentos claramente fascistas) contra qualquer tentativa de democratização do saber e da sociedade. É a mesma ira que leva os fundamentalistas (pseudo)cristãos a querer impedir o ensino da teoria evolucionista de Darwin em escolas norte-americanas. Assim como esses fundamentalistas, para defender seu ponto de vista obscurantista, acusam Darwin de afirmar que "o homem descende do macaco" (coisa que ele jamais escreveu em nenhuma de suas obras: sua teoria é a de que os humanos e os demais primatas descendem de um ancestral comum), também os atuais detratores da ciência lingüística acusam os estudiosos da linguagem de defenderem o não-ensino das formas padronizadas do português, numa tentativa de transformar toda uma argumentação detalhada

e sofisticada em duas ou três afirmações toscas e propositadamente deturpadas. **[pg. 153]**

2. *Português ortodoxo? Que língua é essa?*

É fácil mostrar de que modo essa oposição à ciência lingüística está viva e ativa no Brasil nos dias de hoje. Para começar, vamos invocar novamente o espectro daquele que se tornou uma espécie de arquétipo folclórico do gramático autoritário, conservador e intolerante: Napoleão Mendes de Almeida. Tudo o que ele escreveu constitui um material suculento e abundante para diversos tipos de investigação sobre idéias não-científicas: como já vimos na segunda parte deste livro, dos textos de Napoleão gotejam preconceitos sociais, raciais, lingüísticos entre outros; ao mesmo tempo, pululam neles as afirmações mais estapafúrdias possíveis sobre língua, gramática e ensino. Vamos repetir aqui o que ele escreveu no *Dicionário de Questões Vernáculas,* no verbete "lingüística":

> Para fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantinices, perde o estudante o tempo que deveria dedicar ao conhecimento efetivo da língua. [...] Que adorno cultural representa um diploma de lingüística a quem escreve, ou deixa meia dúzia de vezes passar num mesmo artigo de jornal, os mais tolos erros de gramática?
> [...] Enganam-se os pais, enganam-se os filhos quando pensam estar a escola, a faculdade ensinando gramática, ensinando a língua da terra porque no programa consta 'lingüística'. O objeto da lingüística é a língua no sentido da fala, de dom de expressar o homem por palavras o pensamento; é um estudo sem utilidade específica para este ou aquele idioma. [...] É a lingüística um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em escolas brasileiras. **[pg. 154]**

Como já comentei esse texto mais atrás (pp. 80-81), vou apenas chamar a atenção para o seguinte fato: Napoleão Mendes de Almeida morreu em 1998 (aos 87 anos). Se tivesse escrito esse

verbete até 1930, seria mais fácil entender sua postura anticientífica, analisando-a dentro do contexto das idéias e das concepções de língua e linguagem que vigoravam naquela época, em que a ciência lingüística ainda não tinha se instalado definitivamente nos grandes centros de ensino e de pesquisa. Mas, em 1998, muita água já tinha passado debaixo da ponte científica, os estudos da linguagem já tinham enfrentado diversas revoluções epistemológicas, amplamente divulgadas nos meios acadêmicos e até nas escolas fundamental e média. Não há nada que possa justificar esse conceito tão mesquinho e tacanho, essa idéia tola de que a lingüística só estuda os sons da fala...

Volto a falar de Napoleão Mendes de Almeida porque sua morte mereceu um artigo assinado por Pasquale Cipro Neto na *Folha de S. Paulo,* jornal onde Pasquale é “consultor de português”. Nesse artigo, depois de falar do estilo rebuscado e barroco de Napoleão, Pasquale escreveu o seguinte (27/4/1998):

> Talvez por isso, os lingüistas autoproclamados de vanguarda o têm como conservador e consideram inútil o estudo de sua obra. Meticuloso, Napoleão era essencialmente gramático e como tal deve ser encarado. Muita gente o admira e respeita, sobretudo por seu curso de português e latim por correspondência. **[pg. 155]**

E conclui o artigo com estas palavras:

> Uma coisa, porém, é incontestável: quem quiser estudar o português ortodoxo — para prestar concurso público, advogar, exercer a magistratura ou carreira diplomática — certamente precisará consultar a obra de Napoleão.

É muito interessante aqui o uso da expressão “português ortodoxo”. Como se sabe, a noção de *ortodoxia* foi inventada — pouco depois da instituição do cristianismo como religião oficial do

império romano — para definir os dogmas oficiais da Igreja, as únicas maneiras certas e admissíveis de acreditar em Deus, em Cristo, na Virgem Maria, na Santíssima Trindade etc. Quem se desviasse desses dogmas era acusado de *heresia* e condenado às mais diversas punições, como o exílio, a prisão, a tortura e a morte na fogueira. O conceito de *ortodoxia* se relaciona com uma série de outras noções do mesmo campo semântico: *dogma, intolerância, inflexibilidade, pecado, penitência, castigo, excomunhão* e outras aparentadas. Ao "erro" do herético corresponde a "infalibilidade" do ortodoxo. Se é possível falar em "português ortodoxo" é porque certamente também deve existir, na mentalidade de seus defensores e em oposição a ele, um "português herético", um "português pecador", que merece castigo e excomunhão... E nós sabemos que é precisamente essa mentalidade de perseguição, acusação e condenação que está por trás, até hoje, da ação dos defensores intransigentes dessa nebulosa "ortodoxia" gramatical. **[pg. 156]**

3. *Devaneios de idiotas e ociosos*

Mas o que será, afinal, o "português ortodoxo" de Pasquale Cipro Neto? Não é muito difícil descobrir, basta ler com atenção as coisas que ele escreve. Analisando, por exemplo, a fala do político Francisco Rossi, candidato ao governo de São Paulo em 1998, Pasquale escreveu, na mesma *Folha de S. Paulo* (21/8/1998):

> Referindo-se a Gilson Menezes, Rossi disse que o prefeito de Diadema "foi um dos que levantou bandeira". Alguns lingüistas perdem seu precioso tempo em devaneios com que tentam explicar por que o falante brasileiro prefere o singular nesses casos. Dizem que essa opção ocorre porque o que se quer é colocar em evidência o elemento de que se fala. Balela. Por que não se aceita que se diga "Ela

> é uma das moças bonita da sala", ou "Ele é um dos deputados inscrito para falar"? Porque não se quer dizer que ela é a única moça bonita, nem que o deputado é o único inscrito. Das moças bonitas, ela é uma. Dos deputados inscritos para falar, ele é um. Dos que levantaram bandeira, Gilson é um. Então Gilson foi um dos que levantaram bandeira.

Temos aqui uma das muitas ocasiões em que Pasquale, sistematicamente, só menciona os lingüistas para lançar sobre eles as mais diversas acusações. Nesse texto, temos a associação de *lingüistas* com *devaneios* e *balela.* Mas é sempre assim. Quem consultar, por exemplo, o cd-rom que reúne todas as edições do jornal *Folha de S. Paulo* entre os anos de 1994 e 2000, vai ver que nas colunas assinadas por Pasquale, a palavra *lingüista* vem sempre **[pg. 157]** acompanhada de alguma nota depreciativa. Também na revista *Cult,* onde escreve regularmente, Pasquale já chamou os lingüistas de "deslumbrados".

Sobre o fato gramatical que ele analisa, detectando "erro comum" na fala de Francisco Rossi, é muito instrutivo ler o que o filólogo e gramático Evanildo Bechara afirmou numa entrevista ao jornal *UERJ em questão* (n° 72, fevereiro/abril de 2001). Para justificar a suposta necessidade de elaboração de uma gramática normativa com a chancela da Academia Brasileira de Letras, Bechara declarou:

> Vejamos um exemplo: a expressão "um dos que". A língua permite que você diga: "Carlos é um dos alunos que trabalha"; ou "um dos alunos que trabalham". Há professores que consideram mais lógica a concordância do verbo no plural. Outros acham que a concordância deve ser no singular. Mas a língua admite as duas possibilidades. O que não se pode fazer é optar por uma forma e considerar a outra errada, como muitas vezes fazem as bancas examinadoras.

Evanildo Bechara é, sem a menor possibilidade de dúvida, o mais importante gramático brasileiro vivo. Apesar de sua inegável competência como estudioso da língua, suas posturas políticas e pedagógicas não têm nada de revolucionárias, e o simples fato de pertencer à Academia Brasileira de Letras é exemplo de sua filiação a um ideário conservador e elitista — ele já declarou, por exemplo, que a função da escola é levar os alunos a falar "melhor e com os melhores" porque na sua opinião existe uma "necessidade da vigência da hierarquização e da **[pg. 158]** normatividade", esquecendo-se de que a hierarquização só pode parecer "necessária" para os que ocupam, evidentemente, o topo da hierarquia e se consideram, naturalmente, "os melhores"...[1] Ora, Pasquale Cipro Neto consegue ser mais conservador e elitista ainda do que Bechara. Para o gramático profissional, "a língua admite as duas possibilidades". Para o colunista da *Folha,* a admissão dessas possibilidades representa "devaneios" e "balela". Agora fica mais fácil entender o que Pasquale chama de "português ortodoxo": é um conceito de língua certa que é mais certa ainda do que a língua dos gramáticos profissionais, da própria Academia Brasileira de Letras.

Em outra coluna (28/5/1998) ele fala de "lingüistas defensores do vale-tudo", numa absoluta distorção do verdadeiro papel do lingüista como investigador de todos os fenômenos da língua, e não só como caçador de "erros" e juiz do uso.

Vejamos um último exemplo dessa concepção obscurantista que Pasquale Cipro Neto divulga da lingüística e dos lingüistas, e que em nada difere da opinião de Napoleão Mendes de Almeida. A única diferença entre os dois é que Napoleão nunca escondeu suas

---

[1] Evanildo Bechara, "A sobrevivência da língua culta", in *Academia Brasileira de Letras na Imprensa 1999,* Rio de Janeiro, ABL, 1999, pp. 63-70.

posições retrógradas, tendo-as assumido com toda franqueza e nitidez ao longo de sua vida, ao passo que Cipro Neto tenta dar verniz “moderno” à sua atividade, posando de progressista. O abismo entre seu discurso e sua prática, no **[pg. 159]** entanto, é amplo, largo e fundo. Numa coluna publicada em 20/11/1997, comentando a fala de representantes do governo numa entrevista na televisão, Pasquale escreveu:

> Quem assistiu à entrevista coletiva concedida pela equipe econômica no último dia 10 deve ter tido congestão de “de que”. Um dos membros da equipe, cujo nome é melhor não citar, abusou do direito de usar a bendita expressão: “O governo considera de que”; “Não nos parece de que esse caso”; “Penso de que não será” etc.
>
> Santo Deus! De onde o homem, graduadíssimo, professor, tirou tanto de? Os verbos considerar, pensar e parecer pedem a preposição de? É óbvio que não. Alguém pensa algo, alguém considera algo, algo parece a alguém. Onde está o de? Perguntem ao homem.
>
> Nada de “de que”: “Não nos parece que”, “Penso que”, “O governo considera que”.

E agora, ao ataque:

> Alguns lingüistas (alguns), idiotas, dirão que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc. Esses ociosos não conseguem perceber que os homens não estavam na mesa de um boteco, batendo papo. Estavam falando para o país, sobre um assunto técnico, usando linguagem teoricamente culta. Quem assiste a esse tipo de transmissão normalmente acredita nessas pessoas, tem-nas como modelo. Adolescentes que vão fazer vestibular ouvem o cidadão dizendo “de que, de que, de que” e acham que isso é o máximo. A Fuvest faz uma questão a respeito, como já fez há dois ou três anos. E muitos, ingenuamente, erram. E alguns idiotas, ociosos, dizem que a fala é sempre boa, que isso e aquilo. **[pg. 160]**

Esse tipo de afirmação é tão chocante, é reveladora de um tamanho desconhecimento, de uma ignorância tão manifesta, que

leva mesmo a pensar que Pasquale não acredita no que escreve. Que deve haver alguma razão secreta para ele publicar coisas que depõem tão abertamente contra sua própria inteligência! Afinal, o fenômeno do *dequeísmo* já tem merecido, nos últimos quinze anos pelo menos, a atenção de diversos pesquisadores, já foi tema de dissertações e de teses, de artigos publicados em livros e revistas científicas... (além disso, também ocorre no espanhol culto falado na América Latina, não sendo, portanto, invenção de brasileiro "burro"...). Será que custava tanto assim ele procurar ler, informar-se sobre o fenômeno? E quem são afinal esses "lingüistas idiotas e ociosos" que dizem que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc.? Pasquale nunca dá nome aos bois. Por isso, apesar de sempre escrever *"alguns* lingüistas", ele nunca diz quem, onde e quando. Assim, fica fácil deduzir que esse "alguns" é um mero disfarce para seu preconceito contra *todos* os lingüistas.

4. *A quem interessa calar os lingüistas?*

Finalmente, vamos ver um caso interessante de preconceito contra os lingüistas, não por discriminação explícita, como no caso de Pasquale Cipro Neto, mas por absoluta desconsideração, por omissão.

Em seu tão debatido projeto de lei (de 1999) sobre "a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa", **[pg. 161]** o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), embora tratando de assuntos que dizem respeito ao campo de investigação da lingüística teórica e aplicada, em nenhum momento faz referência aos cientistas da linguagem, às pessoas que se dedicam profissionalmente ao estudo da língua. Dos pouquíssimos autores citados na justificativa do projeto, nenhum é lingüista. Um é Machado de Assis — por sinal,

numa citação que o deputado, parece, não soube ler corretamente, porque nela Machado desmente, em poucas linhas, cada uma das idéias contidas no projeto. Dois outros são jornalistas que publicaram, na época da redação do projeto, artigos em que se queixavam do atual estado de "crise" da língua.

E a Academia Brasileira de Letras? Seu espírito elitista, conservador e feudal o deputado não critica: muito pelo contrário, Aldo Rebelo escreve que "à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa no Brasil" e que "à Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardiã dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil" — afirmações que não significam rigorosamente coisa nenhuma, fazendo a gente até se perguntar se esse projeto de lei é mesmo para ser levado a sério ou se não passa de uma peça de prosa surrealista... A Academia Brasileira de Letras nem de longe pode ser chamada de "centro maior de cultivo da língua portuguesa no Brasil": afinal, por que atribuir essa qualidade a um reduzido grupo de 40 indivíduos (dos quais, para piorar, somente um número ínfimo é composto de **[pg. 162]** verdadeiros escritores), quando o português do Brasil é falado (ou seja, é de fato *cultivado)* por mais de 170 milhões de pessoas? Além disso, os "elementos constitutivos de uma língua" pertencem ao grupo social que fala essa língua, pertencem a seus falantes nativos, e não precisam de guardiães... aliás, novamente, os números voltam a gritar: podem 40 senhores e senhoras "defender" a língua contra o suposto "ataque" de seus 170 milhões de falantes? Somente uma ideologia ultraconservadora, colonialista e elitista ao extremo é que pode justificar a pretensão

de defender o português contra os seres humanos que têm ele como sua própria língua materna!

O único autor citado no projeto de Aldo Rebelo que tem alguma coisa a ver com o estudo e o ensino da língua é, novamente, Napoleão Mendes de Almeida. No entanto, é muito divertido ver que, no texto, Napoleão é apresentado como "um dos nossos maiores lingüistas". Ora, conhecendo a opinião de Napoleão sobre a lingüística, só podemos rir da piada (involuntária?) do deputado. Chamar Napoleão de lingüista é um desrespeito à sua memória, uma vez que para ele a lingüística era um "estorvo" e uma coleção de "bizantinices".

Fechamos assim mais um círculo preconceituoso que começa em Napoleão, com seus ataques contra a lingüística, passa por Pasquale Cipro Neto, que elogia Napoleão e segue suas concepções obscurantistas sobre a ciência da linguagem, e termina com Aldo Rebelo, que novamente recorre a Napoleão para justificar seu projeto insustentável de uma lei impraticável. **[pg. 163]**

É muito curiosa a situação desse projeto de lei do deputado Aldo Rebelo. A retumbante maioria dos lingüistas tem se manifestado nas mais diversas ocasiões *contra* o projeto, denunciando seus equívocos lingüísticos, políticos, históricos, sociológicos etc. A indignação dos lingüistas profissionais se concretizou até na forma de um livro coletivo — *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (São Paulo, Parábola Editorial, 2001), organizado por Carlos Alberto Faraco. Mas ninguém dá ouvido aos lingüistas. O projeto continua sua marcha vitoriosa pelo Congresso Nacional, e tudo indica que virá a ser aprovado para se tornar mais uma lei que ninguém vai cumprir, até porque seu cumprimento é inviável.

É o caso de perguntar: se um deputado sem formação em medicina inventasse um projeto de lei que tivesse relação com a prática cirúrgica e se todos os médicos do país se manifestassem contra o projeto, será que ele conseguiria ser aprovado? Por que toda e qualquer pessoa se acha no direito de dar palpites infundados e preconceituosos sobre as questões que dizem respeito à língua? Por que os profissionais de outras áreas conseguem se fazer ouvir, mas os lingüistas permanecem não ouvidos? Será que os lingüistas, apesar de se dedicarem ao estudo da língua, não falam? Será que não se dão conta de seu papel social e político, ou, mesmo conscientes desse papel, há outras forças que não nos deixam falar? A quem interessa manter calados os estudiosos da linguagem? Por que o discurso gramatical tradicional, já tão amplamente criticado pelos cientistas da linguagem com base em teorias **[pg. 164]** e métodos consistentes e coerentes, ainda tem tanto vigor e obtém tanta defesa? Que ameaça ao tipo de sociedade em que vivemos representa a democratização do saber lingüístico, a divulgação ampla das descobertas deste campo científico, a liberação da voz de tantos milhões de pessoas condenadas ao silêncio por "não saber português" ou por "falar tudo errado"? A quem interessa defender o "português ortodoxo" de uns pouquíssimos "melhores" contra a suposta "heresia gramatical" de muitos milhões de outros?

Espero que a discussão feita neste livro ajude você a encontrar suas próprias respostas para perguntas tão inquietantes. **[pg. 165]**

ANEXO

Carta de Marcos Bagno à revista Veja

Em seu número 1725 (novembro de 2001), a revista Veja *publicou uma extensa reportagem, anunciada na capa, com o título "Falar e escrever bem, eis a questão". O texto, assinado por João Gabriel de Lima, deixou a comunidade dos educadores e lingüistas estarrecida por causa da quantidade de absurdos, distorções e acusações grosseiras que continha. Em reação a isso, Marcos Bagno escreveu e enviou uma longa carta ao editor da revista, não para ser publicada, mas para marcar a posição dos pesquisadores comprometidos com o avanço da ciência brasileira diante de atitudes tão assumidamente obscurantistas e retrógradas.*

São Paulo, 4 de novembro de 2001.

Sr. Editor,

Em 1990, o lingüista e educador britânico Michael Stubbs escrevia que *"toda a área da língua na educação está impregnada de superstições, mitos e estereótipos, muitos dos quais têm persistido por séculos e, às vezes, com distorções deliberadas dos fatos lingüísticos e pedagógicos por parte da mídia"*. É triste constatar que essas palavras, publicadas há mais de uma década, se **[pg. 167]** aplicam com precisão impressionante ao que ainda ocorre hoje em dia no Brasil. Afinal, de que outro modo qualificar a reportagem de capa do número 1725 de VEJA senão como uma série de "distorções deliberadas dos fatos lingüísticos e pedagógicos por parte da mídia"?

O texto assinado pelo Sr. João Gabriel de Lima demonstra o quanto nossos meios de comunicação de massa se encontram,

perdoe-me o lugar-comum, na contramão da História quando o assunto é língua. Há um absoluto despreparo de jornalistas e comunicadores para tratar do tema (um exemplo gritante disso veio a público em outra edição recente de VEJA, a de número 1710, com a reportagem "Todo mundo fala assim").

Se falo de *contramão* é porque — passados mais de cem anos de surgimento, crescimento e afirmação da Lingüística moderna como ciência autônoma —, a mídia continua a dar as costas à investigação científica da linguagem, preferindo consagrar-se à divulgação e sustentação das *"superstições, mitos e estereótipos"* que circulam na sociedade ocidental há mais de dois mil anos. Isso é ainda mais surpreendente quando se verifica que, na abordagem de outros campos científicos, os meios de comunicação se mostram muito mais cuidadosos e atenciosos para com os especialistas da área. Quando o assunto é língua, porém, o espaço maior é invariavelmente ocupado por alguns oportunistas que, apoderando-se inteligentemente dessas "superstições, mitos e estereótipos", conseguem transformar esse folclore lingüístico em bens de consumo que lhes rendem muito lucro financeiro, além **[pg. 168]** de fama e destaque na mídia. Basta comparar o espaço dedicado, no último número de VEJA, ao Prof. Luiz Antônio Marcuschi (reconhecido hoje no Brasil como um dos nomes mais importantes da ciência lingüística entre nós) e aos atuais pregadores da tradição gramatical que infestam o cotidiano dos brasileiros com suas quinquilharias multimidiáticas sobre o que é "certo" e "errado" na língua.

Seria espantoso ver uma matéria de VEJA em que aparecessem zoólogos falando mal da Biologia, ou engenheiros criticando a Física, ou cirurgiões maldizendo da Medicina. No entanto, ninguém se espanta (e muitos até aplaudem) quando o Sr. João Gabriel de Lima, fazendo eco aos detratores da Lingüística (como o Sr. Pasquale Cipro Neto), fala da existência de *"certa corrente relativista"* e escreve absurdos como *"trata-se de um raciocínio torto,*

baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular — inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do povo'. O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo". Seria muito fácil retrucar que estamos aqui diante de um *"direitismo de meia-pataca"* que acredita na existência de uma *"ignorância popular",* mas, como cientista, prefiro recorrer a outro tipo de argumento, baseado na reflexão teórica serena e na experiência conjunta de muitas pessoas que há anos se dedicam ao estudo e ao ensino da língua portuguesa no Brasil.

Segundo a reportagem, as críticas que o Sr. Pasquale Cipro Neto recebe dessa "corrente relativista" deixam-no **[pg. 169]** "irritado". Ora, o que parece realmente irritar o Sr. Pasquale é o fato de que, apesar de obter tanto sucesso entre os leigos, nada do que ele diz ou escreve é levado a sério nos centros de pesquisa científica sobre a linguagem, sediados nas mais importantes universidades do Brasil — centros de pesquisa lingüística, diga-se de passagem, reconhecidos internacionalmente como entre alguns dos melhores do mundo. Muito pelo contrário, se o nome do Sr. Pasquale é mencionado nas nossas universidades, é sempre como exemplo de uma atitude anticientífica dogmática e até obscurantista no que diz respeito à língua e seu ensino (em vários de seus artigos em jornais e revistas ele já chamou os lingüistas de "idiotas","ociosos", "defensores do vale-tudo" e "deslumbrados").

Se o Sr. Pasquale se irrita com os cientistas da linguagem, é porque sabe que não tem como responder às críticas que recebe por parte dos pesquisadores, dos teóricos e dos educadores empenhados num conhecimento maior e melhor da realidade lingüística do nosso país. Digo isso com base na experiência de já ter participado de três debates junto com o Sr. Pasquale e ter conhecido sua estratégia de nunca responder com argumentos consistentes às críticas a ele dirigidas, preferindo sempre retrucar com arrogância, prepotência, grosserias e ataques pessoais (chamando os lingüistas de

"ortodoxos" — seja isso lá o que for — e de "bichos-grilos") ou fazendo-se de vítima de alguma perseguição (num desses encontros ele declarou sentir-se como um "boi de piranha"). **[pg. 170]**

A razão para essa falta de argumentos consistentes é muito simples: o Sr. Pasquale não tem formação científica para tratar dos assuntos de que trata. Suas opiniões se baseiam exclusivamente na arcaica doutrina gramatical normativo-prescritiva, cuja inconsistência teórica e cujos problemas epistemológicos graves vêm sendo demonstrados e criticados pela Lingüística moderna desde pelo menos o final do século XIX. As concepções do Sr. Pasquale de "certo" e de "errado" estão em franca oposição, não só com as teorias científicas mais atuais, mas até mesmo com a postura investigativa dos gramáticos profissionais de sólida formação filológica (coisa que ele definitivamente não é), para não mencionar as diretrizes pedagógicas das instâncias superiores da Educação nacional. O documento do Ministério da Educação chamado *Parâmetros Curriculares Nacionais,* por exemplo, é bem explícito em seu volume dedicado ao ensino da língua portuguesa:

> A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos *programas de difusão da mídia* sobre 'o que se deve e o que não se deve falar e escrever', não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

E este mesmo documento é enfático ao afirmar que:

> há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio **[pg. 171]** como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma

> única forma 'certa' de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

É provável, no entanto, que o Sr. Pasquale Cipro Neto e o Sr. João Gabriel de Lima acreditem que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* sejam obra de membros daquela "corrente relativista" que conseguiram se infiltrar no Ministério da Educação e se apoderar da redação do documento oficial. Vamos, então, deixar de lado as propostas oficiais de ensino e lançar um olhar sobre a própria prática normativo-prescritiva de pessoas como o Sr. Pasquale — assim ficará mais fácil descobrir por que ele não encontra argumentos para reagir às críticas bem-fundadas dos lingüistas e educadores sérios e por que só consegue fazer sucesso entre os leigos e os que se recusam (certamente por motivações ideológicas) a aceitar uma concepção de língua mais democrática. **[pg. 172]**

Consultando a gramática que Pasquale Cipro Neto assina em parceria com Ulisses Infante *(Gramática da Língua Portuguesa,* Editora Scipione, São Paulo, 1998), encontra-se, às pp. 521-522, a seguinte explicação para o uso supostamente "correto" do verbo *custar:*

> *Custar,* no sentido de "ser custoso", "ser penoso", "ser difícil" tem como sujeito uma oração subordinada substantiva reduzida. Observe:
>
> *Ainda me custa aceitar sua ausência.*
>
> *Custou-nos encontrar sua casa.*
>
> *Custou-lhe entender a regência do verbo custar.*

> No Brasil, na linguagem cotidiana, são comuns construções como “Zico custou a chutar” ou “Custei para entender o problema” [...]
> Na língua culta, essas construções em que *custar* apresenta um sujeito indicativo de pessoa são rejeitadas. Em seu lugar, devem-se utilizar construções em que surja objeto indireto de pessoa: “Custou a Zico chutar” (= Custou-lhe chutar”).

Quero chamar a atenção, aqui, para a seguinte afirmação dos autores: “Na língua culta, essas construções [...] são rejeitadas”. Aqui está um exemplo claro e nítido de uma concepção abstrata da língua, tratada como uma espécie de entidade viva, de sujeito animado, capaz de “rejeitar” alguma coisa. Ora, que língua culta é essa que supostamente rejeita essas construções? Será a língua dos nossos grandes escritores, que sempre serviu de material para o trabalho dos gramáticos normativistas? Basta investigar para descobrir que não é, porque os exemplos de **[pg. 173]** uso do verbo *custar* com sujeito são mais do que abundantes na nossa melhor literatura:

(1) “Seixas custou a conter-se” (José de Alencar)
(2) “... as moças custavam a se separar” (Clarice Lispector)
(3) “Renato custou a acordar” (Carlos Drummond de Andrade)
(4) “Felicidade, custas a vir e, quando vens, não te demoras” (Cecília Meireles)

Será que Alencar, Clarice Lispector, Drummond e Cecília Meireles não são bons exemplos de usuários da “língua culta”? Se não é na literatura, quem sabe, então, se recorrermos à imprensa contemporânea? Será que é lá que mora a famosa “língua culta” que rejeita essas construções? Ora, consultando o jornal onde o próprio Pasquale Cipro Neto escreve *(Folha de S. Paulo)* e onde presta serviços de “consultor de português” (seja isso lá o que for), encontramos:

(5) Quem foi ao show de Maria Bethânia, anteontem à noite, depois de assistir o sóbrio concerto de João Gilberto, *custou a crer* que estivesse na mesma cidade (22/6/1998, pp. 5-10).
(6) O técnico colombiano, Hernán Darío Gómez, [...] *custou a admitir* a superioridade rival (16/6/ 1998, pp. 4-14).
(7) O nome Kubitschek era complicado de pronunciar, *custou a ser assimilado* pela fonética eleitoral (21/11/1997, pp. 4-3). **[pg. 174]**

Se lembrarmos que José de Alencar morreu em 1877, fica muitíssimo claro que essa construção está viva e presente na nossa língua há muito mais de um século! Os autores da gramática estão proferindo uma inverdade ao dizer que essa construção é típica do "Brasil quotidiano". Os Srs. Pasquale e Ulisses, em vez de se curvar à realidade concreta dos fatos, tentam nos convencer de que a opção que eles preferem, só porque é a tradicional, é que deve ser considerada "a melhor". É uma atitude essencialmente dogmática, que se recusa a empreender a pesquisa empírica mínima necessária para afirmações sobre o que existe e o que não existe na língua. Além disso, essa atitude é ainda mais conservadora do que a posição assumida por gramáticos de gerações anteriores à deles, como Celso Pedro Luft e Domingos Paschoal Cegalla, que reconhecem a vitória da construção "eu custo a crer que"...

Esse é apenas um pequeno exemplo de como é fácil, para um pesquisador munido de instrumental teórico consistente e de metodologia científica adequada, desautorizar uma a uma, e de modo convincente, as afirmações presentes no trabalho do Sr. Pasquale Cipro Neto e de outros atuais defensores da doutrina gramatical tradicional mais normativa e mais prescritiva possível. Por causa de tudo isso é que a estréia do Sr. Pasquale no programa *Fantástico* da Rede Globo representa, para a grande maioria dos cientistas da linguagem e dos educadores conscientes, mais um exemplo de como o nosso trabalho ainda está no começo, apesar de

tudo o que já temos dito e feito. O quadro do Sr. Pasquale no *Fantástico* faz regredir **[pg. 175]** em pelo menos 25 anos os grandes avanços já obtidos pela Lingüística na renovação do ensino de língua na escola brasileira. Não consigo, portanto, deixar de repetir o chavão: ele se encontra na contramão da História.

Como já enfatizei acima, pessoas como o Sr. Pasquale só conseguem fazer sucesso entre os leigos, porque dizem exatamente o que as pessoas desejam ouvir: os mitos, as superstições e as crenças infundadas que, há mais de dois mil anos, guiam o senso comum ocidental no que diz respeito à língua. Refiro-me ao senso comum ocidental porque essa situação de embate entre uma ciência lingüística moderna e uma doutrina gramatical arcaica também se verifica em outros países — basta ler os livros *Language Myths,* publicado na Inglaterra sob organização de L. Bauer e P. Trudgill, e o *Catalogue des idées reçues sur le langage,* publicado na França por Marina Yaguello. É por isso que escrevi, acima, que nossa luta ainda está no começo. É uma pena que não possamos contar com a ajuda dos meios de comunicação para dissipar todos esses mitos e preconceitos, que impedem a formação, no Brasil em particular, de uma auto-estima lingüística, uma vez que tudo o que os brasileiros ouvem e lêem são os mesmos chavões, repetidos há séculos, de que “brasileiro não sabe português” e que a língua que falamos é “português estropiado”. (O pesquisador canadense Christophe Hopper localizou lamúrias e queixas sobre a “ruína” e a “decadência” do francês em textos publicados em 1933, 1905, 1730 e 1689, o que prova a **[pg. 176]** antiguidade desse discurso alarmista e preconceituoso sobre o fenômeno da mudança das línguas ao longo do tempo!)

Outro fato lamentável, na reportagem de VEJA, é que seu autor não tenha prestado o grande favor à sociedade de identificar quem são os membros dessa “certa corrente relativista”, para que todos, público leitor em geral e lingüistas profissionais em particular, pudéssemos nos precaver contra o suposto *“raciocínio torto”* de um

"esquerdismo de meia-pataca" dos que acreditam que ensinar a norma-padrão não seria útil para as classes sociais desfavorecidas. Minha curiosidade ficou especialmente aguçada porque, como pesquisador dedicado há muitos anos ao estudo das relações entre língua, ensino de língua e fenômenos sociais, até hoje não encontrei uma única obra — assinada por lingüista de formação ou por educador profissional — que negasse a importância do ensino da norma-padrão na escola brasileira, que pregasse a idéia torpe de que não se deve ensinar as formas prestigiosas da língua, ou que "preconizam que os ignorantes continuem a sê-lo", para citar as palavras infelizes da reportagem de VEJA.

Entre os membros da comunidade acadêmico-científica que não se intimidam diante da pressão esmagadora das "superstições, mitos e estereótipos" sobre a língua podemos citar a Profa. Magda Soares (reconhecida como uma das mais importantes educadoras brasileiras de todos os tempos) e o Prof. Sírio Possenti (que nunca teve papas na língua para denunciar e demolir cientificamente os absurdos proferidos por gente como Pasquale Cipro **[pg. 177]** Neto). Ora, já em 1986, Magda Soares, em seu livro (um clássico da educação brasileira) *Linguagem e Escola* (Editora Ática), escrevia, sem hesitação (p. 78):

> Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, *o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio,* e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais.

Também em seu muito divulgado livro *Por que (não) ensinar gramática na escola* (Ed. Mercado de Letras, 1996), Sírio Possenti faz questão de enfatizar (pp. 17-18):

O PAPEL DA ESCOLA É ENSINAR LÍNGUA PADRÃO

> [...] adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que *o objetivo da escola é ensinar o português padrão,* ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e ideológico.

E eu mesmo, que não tenho hesitado em combater abertamente a manutenção das concepções arcaicas e preconceituosas de língua, escrevi em meu mais recente livro publicado *(Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa,* Parábola Editorial, 2001):

> [...] como responder a pergunta (invariavelmente presente na fala dos professores de língua): qual o objeto de ensino nas **[pg. 178]** aulas de português? O que devemos ensinar a nossos alunos em sala de aula?
>
> Uma resposta concisa e rápida seria: *devemos ensinar a norma-padrão.* Já que só se pode *ensinar* algo que o aprendiz ainda não conhece, cabe à escola ensinar a *norma-padrão,* que não é língua materna de ninguém, que nem sequer é língua, nem dialeto, nem variedade, como enfatizei acima. Ensinar o padrão se justificaria pelo fato dele ter valores que não podem ser negados — em sua estreita associação com a escrita, ele é o repositório dos conhecimentos acumulados ao longo da história. Esses conhecimentos, assim armazenados, constituiriam a cultura mais valorizada e prestigiada, de que todos os falantes devem se apoderar para se integrar de pleno direito na produção/condução/transformação da sociedade de que fazem parte.

Tenho, portanto, a consciência muito tranqüila (como decerto também a têm Magda Soares, Sírio Possenti e, de fato, a maioria dos lingüistas e educadores brasileiros comprometidos com a democratização de nossa sociedade) de não fazer parte daquela “corrente relativista” e de não poder ser acusado de ter um “raciocínio torto”. Por isso, volto a lamentar que o Sr. João Gabriel de Lima não tenha dado nome aos bois, para que, juntos, pudéssemos combater esse suposto “esquerdismo de meia-pataca”. Não nomear seus adversários no plano intelectual, no entanto, é

prática corrente de pessoas como Pasquale Cipro Neto que, embora alegando referir-se a “alguns” lingüistas, nunca se dá ao trabalho de dizer quem são os “idiotas”, “ociosos” e “deslumbrados” a que se refere. **[pg. 179]**

A grande diferença entre os lingüistas e educadores que defendem o ensino da norma-padrão e os apregoa-dores da doutrina gramatical arcaica está no fato de que já se sabe hoje em dia que, para aprender as formas mais padronizadas e prestigiosas da língua, não é necessário conhecer a nomenclatura gramatical tradicional, as definições tradicionais, nem praticar a velha e mecânica análise lexical e muito menos a torturante análise sintática. Em seu depoimento a VEJA, o Sr. Pasquale Cipro Neto lamenta que ninguém mais saiba diferenciar “sujeito” de “predicado”, nem mesmo os professores. Ora, todo um longo trabalho de investigação teórica e de pesquisa em sala de aula — no Brasil e no resto do mundo —, trabalho que se faz há pelo menos trinta anos, já deixou muito claro que não é decorando as páginas da gramática normativa que uma pessoa será capaz de falar, ler e escrever adequadamente às diversas situações. O já citado M. Stubbs escrevia, em 1987, que

> Muita gente lamenta o fim do ensino da gramática formal (análise sintática e coisas assim), alegando que ele ajudava as crianças a escrever melhor, com mais precisão e assim por diante. [...] é duvidoso que aquele ensino jamais tenha ajudado muita gente a escrever melhor, e é nítido que ele afugentou um grande número de pessoas. A relação entre análise e compreensão, e entre compreensão consciente e produção de linguagem efetiva, é difícil de demonstrar.

E o pedagogo canadense Gilles Gagné, em 1983, já dizia:

> “O uso da língua procede da intenção para a convenção” [...] ao passo que a escola procede infelizmente ao contrário, isto **[pg. 180]** é, das convenções lingüísticas para as intenções de comunicação; intenções, além disso, quase sempre artificiais e impostas ou sugeridas pelo mestre.

E aquele que é considerado hoje, inclusive internacionalmente, como o nome mais importante da pesquisa científica sobre o português brasileiro contemporâneo — o Prof. Ataliba T. de Castilho, da USP, atual presidente da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina e coordenador do grande Projeto da Gramática do Português Falado (projeto apresentado de maneira distorcida e preconceituosa no número 1710 de VEJA) — escreve com toda clareza em seu livro *A língua falada e o ensino de português* (Ed. Contexto, 1998):

> [...] os recortes lingüísticos devem ilustrar as variedades socioculturais da Língua Portuguesa, sem discriminações contra a fala vernácula do aluno, isto é, de sua fala familiar. A escola é o primeiro contato do cidadão com o Estado, e seria bom que ela não se assemelhasse a um "bicho estranho", a um lugar onde se cuida de coisas fora da realidade cotidiana. Com o tempo o aluno entenderá que para cada situação se requer uma variedade lingüística, e será assim iniciado no padrão culto, caso já não o tenha trazido de casa.

Desse modo, prossegue o autor,

> a gramática deixará de ser vista pelos alunos como a disciplina do certo e do errado, reassumindo sua verdadeira dimensão, que é a de esquadrinhar através dos materiais lingüísticos o funcionamento da mente humana. **[pg. 181]**

Afinal, o que aconteceu, ao longo dos séculos, segundo Castilho, foi que

> a gramática, que não era uma disciplina autônoma, assumiu na escola uma vida própria, desgarrada de suas origens, e concentrada apenas na sentença, na palavra e no som, obscurecendo-se sua argumentação e empobrecendo-se seu alcance.

Se existe, porém, uma grande resistência contra o redimensionamento do lugar do ensino da gramática na escola é porque todos sabemos que, ao longo do tempo, o conhecimento mecânico da doutrina gramatical se transformou num instrumento

de discriminação e de exclusão social. “Saber português”, na verdade, sempre significou “saber gramática”, isto é, ser capaz de identificar — por meio de uma terminologia falha e incoerente — o “sujeito” e o “predicado” de uma frase, pouco importando o que essa frase queria dizer, os efeitos de sentido que podia provocar etc. Transformada num saber esotérico, reservado a uns poucos “iluminados”, a “gramática” passou a ser reverenciada como algo misterioso e inacessível — daí surgiu a necessidade de “mestres” e “guias”, capazes de levar o “ignorante” a atravessar o abismo que separa os que sabem dos que não sabem português...

Em conclusão, Sr. Editor, gostaria de lhe pedir que, uma vez que tão amplo espaço foi concedido aos defensores da idéia medieval de que “os brasileiros não sabem falar bem”, caberia agora a VEJA conceder igual espaço aos verdadeiros especialistas, às pessoas que dedicam toda sua energia, toda sua inteligência, toda sua vida, enfim, ao **[pg. 182]** estudo dos fenômenos da linguagem humana e à proposição de novos métodos de ensino, capazes de dar voz aos que, por força de tantas estruturas sociais injustas, sempre foram mantidos no silêncio. Talvez assim VEJA possa se livrar do risco de ser acusada de promover *“distorções deliberadas dos fatos lingüísticos e pedagógicos”*.

Atenciosamente,

MARCOS BAGNO

[pg. 183]

Referências

ALMEIDA, Napoleão M. (1994): *Dicionário de questões vernáculas.* 2ª ed., São Paulo, LCTE.

BAGNO, Marcos (1995): *A luta desigual. Mito vs. realidade nos livros didáticos de língua portuguesa.* Dissertação de Mestrado, Recife, Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal de Pernambuco, mimeo.

______ (1997): *A língua de Eulália. Novela sociolingüística.* São Paulo, Contexto.

______ (1999): *Pesquisa na escola: o que é, como se faz.* 2ª ed., São Paulo, Loyola.

BORTONI-RICARDO, S. M. (1984): "Problemas de comunicação interdialetal", in *Sociolingüística e ensino do vernáculo* (Revista *Tempo Brasileiro,* n° 78/79).

CARVALHO, A. & RIBEIRO, J. (1998): *Nossa palavra. 5ª série.* São Paulo, Ática.

CASTILHO, A. *et alii* (I: 1990, II: 1992, III: 1993, IV, V, VI: 1996): *Gramática do português falado.* Campinas, Editora da UNICAMP.

CEGALLA, Domingos P. (1990): *Novíssima gramática da língua portuguesa.* 33ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional.

CIPRO Neto, P. & INFANTE, U. (1997): *Gramática da língua portuguesa.* São Paulo, Scipione.

CUNHA, C. & CINTRA, L. E L. (1985): *Nova gramática do português contemporâneo.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

DUARTE, Sérgio N. (1998): *Língua viva.* Rio de Janeiro, Rocco. **[pg. 185]**

FIGUEIREDO, Cândido de (1929 [1903]): *O que se não deve dizer,* vol. I. 5ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora.

GNERRE, Maurizzio (1985): *Linguagem, escrita e poder.* São Paulo, Martins Fontes.

LOBATO, J. B. Monteiro (1952 [1934]): *Emília no País da Gramática.* 3ª ed., São Paulo, Brasiliense.

LUFT, Celso Pedro (1994): *Língua e liberdade.* 3ª ed., São Paulo, Ática.

MARTINS, E. (1999): *Com todas as letras.* São Paulo, Moderna.

MATTOS E SILVA, Rosa V (1997): *Contradições no ensino de português.* São Paulo, Contexto/EDUFBA.

NEVES, Mª Helena M. (1990): *Gramática na escola.* São Paulo, Contexto.

PERINI, Mário A. (1996): *Gramática descritiva do português.* 2ª ed., São Paulo, Ática.

______ (1997): *Sofrendo a gramática.* São Paulo, Ática.

POSSENTI, Sírio (1997): *Por que (não) ensinar gramática na escola.* Campinas, Mercado de Letras.

ROCHA LIMA, C. H. (1989): *Gramática normativa da língua portuguesa.* 30ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio.

SACCONI, Luiz Antonio (1998): *Não erre mais!* 23ª ed., São Paulo, Atual.

SILVA, Myrian B. (1993): *Leitura, ortografia e fonologia. 2ª* ed., São Paulo, Ática.

TERRA, Ernani (1997): *Linguagem, língua e fala.* São Paulo, Scipione.

TFOUNI, Leda V (1988): *Adultos não alfabetizados. O avesso do avesso*. Campinas, Pontes Editores. **[pg. 186]**

DISTRIBUIDORES DE EDIÇÕES LOYOLA

Se o(a) senhor(a) não encontrar qualquer um de nossos livros em sua livraria preferida ou em nossos distribuidores, faça o pedido por reembolso postal à:
Rua 1822 nº 347, Ipiranga - CEP 04216-000 - São Paulo, SP
Caixa Postal 42.335 - CEP 04218-970 - São Paulo, SP
Tel.: 11 6914-1922 - **Fax:** 11 6163-4275
vendas@loyola.com.br **www.loyola.com.br**

BAHIA

LIVRARIA E DISTRIBUIDORA MULTICAMP LTDA.
Rua Direita da Piedade, 203 - Piedade
Tel.: (71) 2101-8010/2101-8009
Telefax: (71) 3329-0109
40070-190 Salvador, BA
multicamp@uol.com.br

MINAS GERAIS

ASTECA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.
Rua Costa Monteiro, 50 e 54
Bairro Sagrada Família
Tel.: (31) 3423-7979 • Fax: (31) 3424-7667
31030-480 Belo Horizonte, MG
distribuidora@astecabooks.com.br

MÃE DA IGREJA LTDA.
Rua São Paulo, 1054/1233 - Centro
Tel.: (31) 3213-4740 / 3213-0031
30170-131 Belo Horizonte, MG
maedaigrejabh@wminas.com

RIO DE JANEIRO

ZÉLIO BICALHO PORTUGAL CIA. LTDA.
Vendas no Atacado e no Varejo
Av. Presidente Vargas, 502 - sala 1701
Telefax: (21) 2233-4295 / 2263-4280
20071-000 Rio de Janeiro, RJ
zeliobicalho@prolink.com.br

EDITORA VOZES LTDA - SEDE
Rua Frei Luis, 100 - Centro
25689-900 Petrópolis, RJ
Tel.: (24) 2233-9017 • Fax: (24) 2246-5552
vozes62@uol.com.br

RIO GRANDE DO SUL

LIVRARIA E EDITORA PADRE REUS
Rua Duque de Caxias, 805
Tel.: (51) 3224-0250 • Fax: (51) 3228-1880
90010-282 Porto Alegre, RS
livrariareus@livraria-padre-reus.com.br

SÃO PAULO

DISTRIBUIDORA LOYOLA DE LIVROS LTDA.
Vendas no Atacado
Rua São Caetano, 959 - Luz
Tel.: (11) 3322-0100 • Fax: (11) 3322-0101
01104-001 São Paulo, SP
vendasatacado@livrarialoyola.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Via Raposo Tavares, km 19,145
Tel.: (11) 3789-1425/3789-1423
Fax: (11) 3789-3401
05577-300 São Paulo, SP
expedicao@paulinas.org.br

REVENDEDORES DE EDIÇÕES LOYOLA

AMAZONAS

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Costa Azevedo, 105 - Centro
Tel.: (92) 3232-5777 • Fax: (92) 3233-0154
69010-230 Manaus, AM
vozes67@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Av. 7 de Setembro, 665
Tel.: (92) 3633-4251 / 3233-5130
Fax: (92)3633-4017
69005-141 Manaus, AM
livmanaus@paulinas.org.br

BAHIA EDITORA VOZES LTDA.
Rua Carlos Gomes, 698A -
Conjunto Bela Center - loja 2
Tel: (71) 3329-5466 • Fax: (71) 3329-4749
40060-410 Salvador, BA
vozes20@uo/.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Av. 7 de Setembro, 680 - São Pedro
Tel.: (71) 3329-2477 / 3329-3668
Fax: (71) 3329-2546
40060-001 Salvador, BA

BRASÍLIA

EDITORA VOZES LTDA.
SCLR/Norte - Q. 704 - Bloco A n. 15
Tel.: (61) 3326-2436 • Fax: (61) 3326-2282
70730-516 Brasília, DF
vozes09@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
SCS - Q. 05 / Bl. C / Lojas 19/22 - Centro
Tel. (61) 3225-9595 • Fax: (61) 3225-9219
70300-500 Brasília, DF
livbrasilia@pautinas.org.br

CEARÁ

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Major Facundo, 730
Tel.: (85) 3231-9321 • Fax: (85) 3231-4238
60025-100 Fortaleza, CE
vozes23@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Rua Major Facundo, 332
Tel.: (85) 226-7544 / 226-7398
Fax: (85) 226-9930
60025-100 Fortaleza, CE **[pg. 187]**

ESPÍRITO SANTO

LIVRARIAS PAULINAS
Rua Barão de Itapemirim, 216 - Centro
Tel.: (27) 3223-1318 / 0800-15-712
Fax: (27) 3222-3532
29010-060 Vitória, ES
livvitoria@paulinas.org.br

GOIÁS

EDITORA VOZES LTDA.
Rua 3, n° 291

Tel.: (62) 3225-3077 • Fax: (62) 3225-3994
74023-010 Goiânia, GO
vozes27@uol.com.br

LIVRARIA ALTERNATIVA
Rua 70, n° 124 - Setor Central
Tel.: (62) 3229-0107 / 3224-4292
Fax: (62)3212-1035
74055-120 Goiânia, GO
distribuidora@livrariaalternativa.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Av, Goiás, 636
Tel.: (62) 224-2585 / 224-2329
Fax: (62) 224-2247
74010-010 Goiânia, GO
livgoiania@paulinas.org.br

MARANHÃO

EDITORA VOZES LTDA.
Rua da Palma, 502 - Centro
Tel.:: (98) 3221-0715 • Fax: (98) 3222-9013
65010-440 São Luís, MA
livrariavozes@terra.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Rua de Santana, 499 - Centro
Tel : (98) 232-3068 / 232-3072
Fax: (98) 232-2692
65015-440 São Luís, MA
fspsaoluis@elo.com.br

MATO GROSSO

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Antônio Maria Coelho, 197A
Tel.: (65) 3623-5307 • Fax: (65) 3623-5186
78005-970 Cuiabá, MT
vozes54@uol.com.br

MINAS GERAIS

ASTECA DISTRIBUIDORA DE LIVRO LTDA.
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 / sala 108 - Planalto
Tel.: (31)3443-3990
31720-300 Belo Horizonte, MG

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Sergipe, 120- loja 1
Tel.: (31) 3226-9010 • Fax: (31) 3226-7797
30130-170 Belo Horizonte, MG
vozes04@uol.com.br

Rua Tupis, 114
Tel.: (31) 3273-2538 • Fax: (31) 3222-4482
30190-060 Belo Horizonte, MG
vozes32@uol.com.br

Rua Espírito Santo, 963
Tel.: (32) 3215-9050 • Fax: (32) 3215-8061
36010-041 Juiz de Fora, MG
vozes35@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Av. Afonso Pena, 2142
Tel.: (31) 3269-3700 • Fax: (31) 3269-3730
30130-007 Belo Horizonte, MG
livbelohorizonte@paulinas.org.br

Rua Curitiba, 870 - Centro
Tel.: (31) 3224-2832 • Fax: (31) 3224-2208
30170-120 Belo Horizonte, MG
gerencialivbelohorizonte@paulinas.org.br

PARÁ

LIVRARIAS PAULINAS
Rua Santo Antônio, 278 - B. do Comércio
Tel.: (91) 3241-3607 / 3241-4845
Fax: (91) 3224-3482
66010-090 Belém, PA
livbelem@paulinas.org.br

PARANÁ

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Pamphilo de Assumpção, 554 - Centro
Tel.: (41) 3333-9812 • Fax: (41) 3332-5115
80220-040 Curitiba, PR
vozes21@uol.com.br

Rua Emiliano Perneta, 332 - loja A
Telefax: (41)3233-1392
80010-050 Curitiba, PR
vozes64@uol.com.br

Rua Senador Souza Naves, 158-C
Tel.: (43) 3337-3129 • Fax: (43) 3325-7167
86020-160 Londrina, PR
vozes41@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Rua Voluntários da Pátria, 225
Tel.: (41) 3224-8550 • Fax: (41) 3223-1450
80020-000 Curitiba, PR
livcuritiba@paulinas.org.br

Av. Getúlio Vargas, 276 - Centro
Tel.: (44) 226-3536 • Fax: (44) 226-4250
87013-130 Maringá, PR
livmaringa@pauiinas.org.br

PERNAMBUCO, PARAÍBA, ALAGOAS,
RIO GRANDE DO NORTE E SERGIPE

EDITORA VOZES LTDA.
Rua do Príncipe, 482
Tel.: (81) 3423-4100 • Fax: (81) 3423-7575
50050-410 Recife, PE
vozes70@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Rua Duque de Caxias, 597 - Centro
Tel.: (83) 241-5591 / 241-5636 • Fax: (83) 241-6979
58010-821 João Pessoa, PB
livjpessoa@paulinas.org.br

Rua Joaquim Távora, 71
Tel.: (82) 326-2575 • Fax: (82) 326-6561
57020-320 Maceió, AL
livmaceio@paulinas.org.br

Rua João Pessoa, 224 - Centro
Tel.: (84) 212-2184 • Fax: (84) 212-1846
59025-200 Natal, RN
livnatal@paulinas.org.br

Rua Frei Caneca, 59 - Loja 1
Tel.: (81) 3224-5812 / 3224-6609
Fax: (81) 3224-9028 / 3224-6321
50010-120 Recife, PE
livrecife@paulinas.org.br **[pg. 188]**

RIO DE JANEIRO

EDITORA VOZES LTDA.
Rua México, 174 - Sobreloja - Centro
Telefax: (21) 2215-0110 / 2533-8358
20031-143 Rio de Janeiro, RJ
vozes42@uolcom.br

LIVRARIAS PAULINAS
Rua 7 de Setembro, 81-A
Tel.: (21) 2232-5486 • Fax: (21) 2224-1889
20050-005 Rio de Janeiro, RJ
livjaneiro@paulinas.org.br

Rua Dagmar da Fonseca, 45 / Loja A/B - Bairro Madureira
Tel.: (21) 3355-5189/ 3355-5931
Fax: (21) 3355-5929
21351-040 Rio de Janeiro, RJ
livmadureira@paulinas.org.br

Rua Doutor Borman, 33 - Rink
Tel.: (21) 2622-1219 • Fax: (21) 2622-9940
24020-320 Niterói, RJ
livniteroi@paulinas.org.br

ZÉLIO BICALHO PORTUGAL CIA. LTDA.
Rua Marquês de S. Vicente, 225 - PUC
Prédio Cardeal Leme - Pilotis
Telefax: (21) 2511-3900 / 2259-0195
22451-041 Rio de Janeiro, RJ

Centro Tecnologia - Bloco A - UFRJ
Ilha do Fundão - Cidade Universitária
Telefax: (21) 2290-3768 / 3867-6159
21941-590 Rio de Janeiro, RJ
livrarialiança@prolink.com.br

RIO GRANDE DO SUL

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Riachuelo, 1280
Tel.: (51) 3226-3911 • Fax: (51) 3226-3710
90010-273 Porto Alegre, RS
vozes05@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Rua dos Andradas, 1212 - Centro
Tel.: (51) 3221-0422 • Fax: (51) 3224-4354

90020-008 Porto Alegre, RS
livpalegre@paulinas.org.br

RONDÔNIA

LIVRARIAS PAULINAS
Rua Dom Pedro II, 864 - Centro
Tel.: (69) 3224-4522 • Fax: (69) 3224-1361
78900-010 Porto Velho, RO
fsp-pveiho@ronet.org.br

SANTA CATARINA

EDITORA VOZES
Rua Jerônimo Coelho, 308
Tel.: (48) 3222-4112 • Fax: (48) 3222-1052
88010-030 Florianópolis, SC
vozes45@uol.com.br

SÃO PAULO

DISTRIB. LOYOLA DE LIVROS LTDA.
Vendas no Varejo
Rua Senador Feijó, 120
Telefax: (11) 3242-0449 01006-000 São Paulo. SP
senador@livarialoyola.com.br

Rua Barão de Itapetininga, 246
Tel.: (11) 3255-0662 • Fax: (11) 3231-2340
01042-001 São Paulo, SP
loyola_barao@terra.com.br

Rua Quintino Bocaiúva, 234 - Centro
Tel.: (11) 3105-7198 • Fax: (11) 3242-4326
01004-010 São Paulo, SP
atendimento@livrarialoyola.com.br

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Senador Feijó, 168
Tel.: (11) 3105-7144 • Fax: (11) 3105-7948
01006-000 São Paulo, SP
vozes03@uol.com.br

Rua Haddock Lobo, 360
Tel.: (11) 3256-0611 • Fax: (11) 3258-2841
01414-000 São Paulo, SP
vozes16@uol.com.br

EDITORA VOZES LTDA.
Rua dos Trilhos, 627 - Mooca
Tel.: (11) 6693-7944 • Fax: (11) 6693-7355
03168-010 São Paulo, SP
vozes37@uol.com.br

Rua Barão de Jaguara, 1097
Tel.: (19) 3231-1323 • Fax: (19) 3234-9316
13015-002 Campinas, SP
vozes40@uol.com.br

CENTRO DE APOIO AOS ROMEIROS
Setor "A", Asa "Oeste"
Rua 02 e 03 - Lojas 111 / 112 e 113 / 114
Tel.: (12) 564-1117 • Fax: (12) 564-1118
12570-000 Aparecida, SP
vozes56@uol.com.br

LIVRARIAS PAULINAS
Rua Domingos de Morais, 660 - V. Mariana
Tel.: (11) 5081-9330
Fax: (11) 5549-7825 / 5081-9366
04010-100 São Paulo, SP
livdomingos@paulinas.org.br

Rua XV de Novembro, 71
Tel.: (11) 3106-4418 / 3106-0602
Fax: (11) 3106-3535
01013-001 São Paulo, SP
liv15@paulinas.org.br

LIVRARIAS PAULINAS
Av. Marechal Tito, 981 - São Miguel Paulista
Tel.: (11) 6297-5756 • Fax: (11) 6956-0162
08010-090 São Paulo, SP
livsmiguel@paulinas.org.br

PORTUGAL

MULTINOVA UNIÃO LIV. CULT.
Av. Santa Joana Princesa, 12 E
Tel.: 00xx351 21 842-1820 / 848-3436
1700-357 Lisboa, Portugal

DISTRIB. DE LIVROS VAMOS LER LTDA.
Rua 4 de infantaria, 18-18A
Tel.: 00xx351 21 388-8371 / 60-6996
1350-006 Lisboa, Portugal

EDITORA VOZES
Av. 5 de outubro, 23
Tel.:00xx351 21 355-1127
Fax:00xx351 21 355-1128
1050-047 Lisboa, Portugal
vozes@mail.telepac.pt **[pg. 189]**

Diz-se que o "brasileiro não sabe Português" e que "Português é muito difícil". Estes são alguns dos mitos que compõem um preconceito muito presente na cultura brasileira: o lingüístico. Tudo por causa da confusão que se faz entre língua e gramática normativa (que não é a língua, mas só uma descrição parcial dela). Separe uma coisa da outra com este livro, que é um achado.

Revista *Nova Escola*, maio de 1999.

"Eu gostaria que alguém já tivesse escrito um livro como este sobre a língua inlgesa".

Prof. Gregory Guy, *Universidade de York* (Canadá)